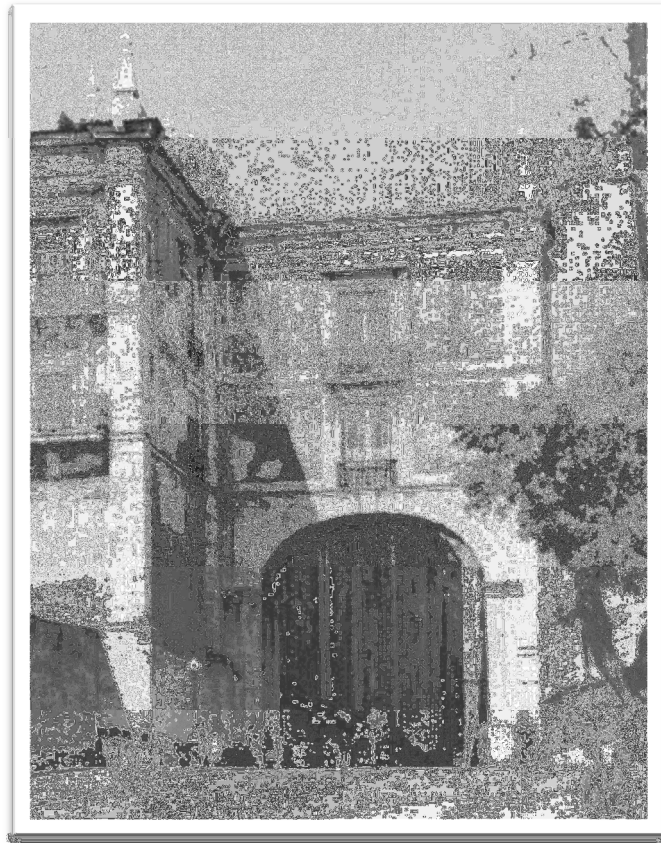


Maria Elisabete Gromicho Serol

**O *Campo* de Santa Clara, em Lisboa**  
**Cidade, História e Memória | *Um Roteiro Cultural***



**VOLUME I**



Departamento de Ciências Sociais e de Gestão

Dissertação de Mestrado em *Estudos do Património*

Orientadora: Professora Doutora Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara

Lisboa, 2012

Imagem nº 1

Arco de São Vicente – 1959

Serôdio, Armando, 1907-1978

Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

Ao Luis Carlos,

Ao Hugo,

Ao Tiago,

Ao Diogo.

## ÍNDICE GERAL

### VOLUME I

Agradecimentos .....	VI
Sinopse.....	VII
Siglas e abreviaturas .....	IX
Preâmbulo .....	1
Crítérios e Metodologia .....	4

### PARTE I. HISTÓRIA DE UM ESPAÇO .....

<b>Capítulo 1. O <i>Campo</i> de Santa Clara: Geografia, História e Urbanismo.....</b>	<b>7</b>
1. Reconstituindo a história do lugar .....	7
2. Um campo, sobre o rio, às portas da cidade .....	8
2.1. Reconstituindo a urbanização do <i>Campo</i> – O Período Medieval .....	8
2.2. Do Renascimento ao Terramoto de 1755 .....	22
2.3. O <i>Campo</i> de Santa Clara e o Período Contemporâneo.....	50

### PARTE II. AS MEMÓRIAS DO CAMPO DE SANTA CLARA: REGISTO, ESTUDO E SALVAGUARDA.....

<b>Capítulo 1. Registrar as memórias .....</b>	<b>88</b>
1. A nostalgia do passado .....	88
2. O papel da Literatura de viagens .....	90
3. A Olissipografia .....	98
<b>Capítulo 2. Construir e transmitir as Memórias .....</b>	<b>107</b>
1. História e comemorações .....	107
2. O <i>Campo</i> de Santa Clara - um percurso da sua salvaguarda .....	110

### PARTE III. VISITA AO ESPAÇO .....

1. Proposta de um Roteiro Cultural .....	133
2. Aplicação e impactos.....	145
2.1. Enquadramento Físico e Geográfico de <i>Campo</i> de Santa Clara.....	145
2.2. Caracterização do Espaço com Potencial no domínio do Património Arquitectónico e Cultural.....	146
2.3. Análise SWOT.....	146
3. Cronologia .....	149

4.	Considerações Finais .....	155
----	----------------------------	-----

**FONTES E BIBLIOGRAFIA ..... 158**

1.	Fontes .....	159
1.1.	Fontes Manuscritas .....	159
1.2.	Fontes Impressas .....	159
2.	Bibliografia.....	160
2.1.	Obras de Referência.....	160
2.2.	Periódicos, Catálogos e Actas .....	167
2.3.	Fontes Dicionários.....	171
2.4.	Teses de Mestrado e Doutorado .....	172
2.5.	Endereços Electronicos.....	174

**VOLUME II**

<b>Anexos .....</b>	<b>1</b>
<b>Nota Prévia .....</b>	<b>2</b>
<b>Índice de Documentos.....</b>	<b>3</b>
<b>Nota Prévia .....</b>	<b>119</b>
<b>Índice de Fichas de Inventário .....</b>	<b>120</b>
<b>Nota Prévia .....</b>	<b>219</b>
<b>Índice de Mapas.....</b>	<b>220</b>

## Agradecimentos

Agradeço, de forma muito especial, à minha orientadora Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara o interesse, incentivo, disponibilidade e orientação prestadas em todos os momentos necessários.

A todas as instituições e seus colaboradores que, amavelmente, me receberam e auxiliaram nesta jornada.

De forma carinhosa à minha família pelo apoio e paciência prestados em todas as fases do trabalho.

Um obrigado muito especial, ao Luis Carlos e à Andreia Henriques pela ajuda concedida na fase final do trabalho.

Um obrigado, também, muito especial, à minha colega e amiga Maria Miguel Lucas, do Departamento de Salvaguarda do IGESPAR, pelo apoio e ajuda prestados.

À Dr<sup>a</sup> Isabel Melo, Directora do Panteão Nacional, pelas facilidades concedidas para a elaboração deste trabalho.

Ao Arq<sup>o</sup> Hermínio Duarte Silva, pelo apoio e compreensão demonstrados e que tornaram possível que este trabalho chegasse a bom termo.

## SINOPSE

A História do Campo de Santa Clara remonta à conquista da cidade de Lisboa (1147), por ter sido este o local escolhido por D. Afonso Henriques (1139-1185) para acampar com as suas tropas e planear a vitoriosa conquista da cidade aos Mouros. Local de características baldias recebeu no mesmo ano, em resultado do cumprimento de um voto secreto feito ao Mártir São Vicente (Século IV) e a favor da vitória contra o infiel, a sua primeira edificação, a Igreja Mosteiro de S. Vicente. Devido à sua fraca densidade populacional, veio a tornar-se, o Campo, num local de sentenciamento e execução de penas capitais recebendo, por algum tempo, o nome de “Campo da Força”.

Em 1288, já sob o domínio de D. Dinis (1279-1325), acolheu, o Campo, na sua parte oriental o Mosteiro de Santa Clara, do qual provém o seu actual nome. Posteriormente, em meados do século XVI, foi a vez da Infanta D. Maria (1521-1577), filha de D. Manuel I (1485-1521), eleger o local para a construção dos seus Paços e para a edificação da Igreja Paroquial de Santa Engrácia, a qual pelas mais diversas vicissitudes, deu lugar ao Panteão Nacional. O local foi, igualmente, bordejado por edificações com características palacianas. No século XIX deu-se a transferência, definitiva, da Feira da Ladra para o Campo de Santa Clara e a construção de um Mercado, o único e o último dos exemplares da época de ouro da Arquitectura do Ferro em Lisboa.

O Campo de Santa Clara reúne, assim, um forte legado patrimonial, artístico e cultural testemunho da sua longa vivência e revelador das diversas mutações sociais operadas ao longo dos anos, relacionadas, por exemplo, com a extinção das ordens religiosas e a alteração de funções dos vários espaços religiosos e civis existentes. Entende-se que, apesar das várias alterações de carácter de utilização sofridas, deve o Campo de Santa Clara ser visto e entendido como um todo, que soube, ao mesmo tempo, preservar as suas características mais intrínsecas.

Portador de uma rica e variada história, incorre o Campo no risco de, quer por desleixo ou ignorância, perder a sua memória e a sua identidade. É objectivo deste trabalho recuperar, salvaguardar e perpetuar sob a forma escrita, a sua memória, a sua história e a dignidade que este local merece, valorizando-o e divulgando-o, sob a forma de roteiro histórico patrimonial. A preparação e organização deste roteiro foi precedida de um exaustivo trabalho de campo, que permitiu avaliar, seleccionar, catalogar e inventariar os elementos de maior interesse artístico, patrimonial ou cultural, existentes no local eleito para a elaboração deste trabalho, através do estudo da bibliografia existente, bem como do recurso aos mais diversos arquivos locais e nacionais, que norteou o trabalho de investigação, na busca de fontes manuscritas, impressas e iconográficas de relevante interesse para o trabalho.

**Palavras – chave:** Roteiro. Património. Santa Clara. História. Salvaguarda. Classificação. Lisboa. Panteão. Feira da Ladra. Mercado. Palácio.

## ABSTRACT

The History of the Field of Clara Saint retraces to the conquest of the city of Lisbon (1147), for having been this the place chosen for D. Afonso Henriques (1139-1185) to camp with its troops and to planear the victorious conquest of the city to the Mouros. Place of baldias characteristics received the same in year, in result of the fulfilment of a made private vote to the Mártir Is Vicente (Century IV) and in favor of the victory against the infidel, its first construction, the Church Monastery of S. Vicente. Due to its weak population density, it came to become, the Field, in a place of execution of capital punishment receiving, for some time, the name of “Field of the Gallows”.

In 1288, already under the domain of D. Dinis (1279-1325), received, the Field, in its eastern part the Monastery of Clara Saint, from which its current name comes. Later, in middle of century XVI, it was the time of Princess D. Maria (1521-1577), son of D. Manuel I (1485-1521), to choose the place for the construction of its Home and for the construction of the Parochial Church of Engrácia Saint, which for the most diverse vicissitudes, gave place to the Panteão Nacional. The place was, equally, received constructions with palacianas characteristics. In century XIX transference, definitive was given to it, of the Fair of Ladra for the Field of Clara Saint and construction of a Market, the only e the last one of the units of the time of gold of the Architecture of the Iron in Lisbon.

The Field of Clara Saint congregates, thus, a strong patrimonial, artistic legacy and cultural certification of its long experience and revealer of the diverse operated social mutations throughout the years, related, for example, with the extinguishing of the religious orders and the alteration of functions of the some existing religious and civil spaces. One understands that, although the some suffered alterations of kinds of uses, must the Field of Clara Saint be seen and be understood as a whole, that it knew, at the same time, to preserve its more intrinsic characteristics.

Carrier of a rich one and varied history, incurs the Field into the risk of, wants for negligence or ignorance, to lose its memory and its identity. It is important for this work recoup, safeguard and perpetuate under the written form, the memory, the history and the dignity that this place deserves, valuing it and divulging it, under the form of patrimonial historical script. The preparation and organization of this script were preceded of an exhausting work of field, that allowed to evaluate, to select, to catalogue and to inventory the elements of bigger artistic interest, patrimonial or cultural, existing in the elect place for the elaboration of this work, through the study of the existing bibliography, as well as of the resource to the most diverse local and national archives, that the inquiry work guided, in the search of written by hand sources, iconographic printed and of excellent interest for the work.

Words - key: Script. Heritage. Clara Saint. History. It safeguards. Classification. Lisbon. Pantheon. Fair of Ladra. Market. Palace.

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

### **Siglas**

ADL – Arquivo Distrital de Lisboa

AFCML – Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

AHMF – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

AHMOPTC – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

AHPL – Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

AHSPL – Arquivo Histórico da Sé Patriarcal de Lisboa

AHTC – Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

AICML – Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa

BA – Biblioteca da Ajuda

BAC – Biblioteca da Academia das Ciências

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CNC – Conselho Nacional de Cultura

DCF – Depósito Central de Fardamentos

DGMEN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DRL – Direcção Regional de Lisboa

DRCLVT – Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo

GEO – Gabinete de Estudos Olisiponenses

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

IGESPAR, I.P. – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico IX

IGP – Instituto Geográfico Português

IPA – Inventário do Património Arquitectónico

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

OGF – Oficinas Gerais de Fardamento

OGFC – Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado

OGFE – Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamentos

SIPA – Sistema de Inventário do Património Arquitectónico

SPAA – Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico

ZP – Zona de protecção

ZEP – Zona especial de protecção

### **Abreviaturas**

art. – artigo

cfr. – confrontar, conferir

cit. – citado (a)

Cód. – Códice

cx. – caixa

dir. – direcção de, dirigido por (responsável por obra colectiva)

doc. – documento

Dr. – Doutor

Dr<sup>a</sup> – Doutora

ed. – edição, editor (autor de edição)

Eng. – Engenheiro

Eng<sup>a</sup> - Engenheira

fig. (s) – figura (s)

fot. aut. – fotografia de autor(a)

grav. – gravura

ilust. – ilustração

introd. – introdução

Lv. – livro

mss. - manuscrito

n.º - número

op. cit. – obra citada

p. – página

pp. – páginas

pref. – prefácio

s/d – sem data (de edição)

s/l – sem local (de edição)

ss. - seguintes (páginas imediatas)

t. – tomo

XI

trad. – tradução

Vol.(s) – volume(s)

## Preâmbulo

**O Campo de Santa Clara, Percurso pela História e Património** é o título da Dissertação que nos propomos apresentar no âmbito do Mestrado em Estudos do Património, na Universidade Aberta.

Um olhar descontraído sobre o Campo de Santa Clara, não deixa de notar na beleza monumental e patrimonial que o envolve. Iniciar um estudo sobre esse legado é pensar uma realidade passada cujo valor é urgente repor. É registar o percurso histórico de um espaço urbano ímpar que, despojado dessa densidade histórica e cultural, corre o risco se perder na voracidade da vida da cidade.

Todo o espaço se integra num conjunto que hoje se entende constituir o centro histórico. E, no entanto, situado mesmo sobre o rio e as principais estações de transportes públicos (Santa Apolónia), o Campo de Santa Clara caracteriza-se por ser um espaço recatado da capital. Erguido na que foi classificada como a primeira das sete colinas de Lisboa, beneficia de uma soberba vista sobre o Rio Tejo e a sua Margem Sul.

De arrabalde da primitiva cidade de Lisboa, parece ter encontrado na decisão de aí localizar a Igreja e Mosteiro de São Vicente de Fora, razões para se constituir e desenvolver enquanto freguesia. Neste sentido, as balizas cronológicas do trabalho são bastante extensas, coincidindo, com as fases mais determinantes da vida do espaço, nomeadamente o estabelecimento de várias casas religiosas, militares e apalaçadas e a edificação das diferentes cercas amuralhadas, determinantes para o processo da urbanização e para as alterações provocadas pela contemporaneidade.

De facto, ao optar pelo estudo do Campo de Santa Clara, logo à partida, se nos colocaram algumas questões: Qual a História do *Campo*? Qual a ligação entre a História e o Património? Como os salvaguardar? Procurámos encontrar respostas fundamentadas às questões que a seguir se apresentam: Qual é a História do Local? Qual é o Património classificado no Campo de Santa Clara?

## O Campo de Santa Clara, em Lisboa

Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

É neste contexto que subsiste a essência do trabalho que nos propomos desenvolver. Em primeiro lugar, fazer o enquadramento histórico do Campo de Santa Clara, em segundo lugar, proceder ao inventário exaustivo do seu edificado e à avaliação do património local e, em terceiro lugar, apresentar, de forma sintética, os contextos culturais que estiveram na base das decisões que levaram às alterações e perdurações do espaço ao longo dos tempos, incluindo as políticas e ideológicas subjacentes aos aspectos identitários e, em quarto lugar, projectar o resultado desse trabalho na apresentação de um roteiro cultural para conduzir os visitantes numa descoberta do lugar, com o objectivo de proporcionar a sua fruição contemplativa a título individual ou organizado, à maneira dos primeiros olissipógrafos. Finalmente e por último, gostaríamos de propor e contribuir para desencadear os mecanismos de salvaguarda e conservação adequados e necessários à perduração deste espaço e destas memórias. Pensamos que o nosso trabalho se justifica, pela contribuição que dá para a actualização e síntese das informações existentes sobre este local de eleição e o seu património.

O Campo de Santa Clara localiza-se na zona oriental e pertence à Freguesia de São Vicente de Fora, entre a Estação de Santa Apolónia, a Freguesia de Santa Engrácia, a Freguesia da Graça e a Freguesia de Alfama, todos eles lugares igualmente importantes para o desenvolvimento da cidade de Lisboa.



**Fig. 1** – Campo de Santa Clara. Mapa Google, 2012.

Devido às suas características mais intrínsecas, o Campo de Santa Clara, revela-se um local aprazível da cidade de Lisboa. Tanto mais que, para além de se constituir num amplo e tranquilo largo da cidade, de grande beleza panorâmica, preserva as suas características fundadoras, escondendo nele histórias que remontam à fundação da nação. Permite estar longe do bulício do centro da cidade, e a um passo do centro histórico da mesma.

Aqui que se encontram implantados dois dos mais importantes monumentos da cidade de Lisboa, nomeadamente o Mosteiro de S. Vicente de Fora e o Panteão Nacional. O Mosteiro de S. Vicente de Fora, foi mandado construir por D. Afonso Henriques aquando da conquista de Lisboa aos Mouros e em cumprimento de um voto feito ao Mártir São Vicente, é, igualmente, um importante Panteão Régio (Dinastia de Bragança). O Panteão Nacional, também conhecido por Igreja de Santa Engrácia, que pela morosidade da sua construção, deu lugar ao adágio popular “Obras de Santa Engrácia”, é o primeiro exemplar barroco da história da arquitectura barroca em Portugal e o Panteão das Figuras Ilustres da Nação.

Também no que se refere à arquitectura civil, o Campo de Santa Clara tem um lugar especial na história da cidade, pois fazem parte do seu património edificado, quatro Palácios, em bom estado de conservação. São esses os Palácios dos Marqueses de Lavradio, Sinel de Cordes, dos Condes de Barbacena e do Conde Resende, que ladeiam o Campo de Santa Clara num fulgor de sumptuosidade e beleza artística.

Ao nível do imaterial, categoria patrimonial tão em voga, desde o ano de 1882 que às Terças e Sábados, o Campo, dá lugar à Feira da Ladra, uma feira de origem medieval, que conseguiu manter-se permeável ao evoluir dos tempos, actualizando-se e sobrevivendo aos desígnios de cada época. Inicialmente de cariz utilitário, foi-se aperfeiçoando num âmbito mais pitoresco e tradicional, garantindo lugar e permanência tanto na vida dos portugueses como nas rotas turísticas de Lisboa.

## Critérios e Metodologia

A metodologia adoptada consistiu, primeiramente, num exaustivo trabalho de campo, que permitiu fazer o reconhecimento, a avaliação, a selecção, a catalogação e a inventariação dos elementos com maior valor artístico, patrimonial ou cultural. Em segundo lugar baseou-se na consulta e contraposição dos dados fornecidos pelas fichas de inventário do IGESPAR e do SIPA. Numa terceira fase, enveredámos pela pesquisa e selecção bibliográfica, a qual, permitiu identificar as lacunas existentes no estudo da história local. Deparámo-nos com a existência de diversos estudos feitos sobre os elementos de maior relevância histórica ou patrimonial do local, como é o caso do Mosteiro de S. Vicente de Fora e do Panteão Nacional, no entanto sobre todos os outros elementos de inferior destaque nacional, mas de relevante importância local, foram apenas encontrados dados descritivos, nas várias obras de olisipografia existentes e disponíveis para consulta, nas bibliotecas públicas de Lisboa.

Serviram-nos de base essencial de trabalho as diversas Obras de Olisipografia até então publicadas, foi de extrema utilidade a consulta de algumas publicações de carácter mais divulgador, nomeadamente o *Arquivo Pitoresco*, *Semanário Ilustrado*, de Inácio Vilhena Barbosa, o *Novo Guia do Viajante em Lisboa*, de Júlio César Machado e *Olisipo*, dos Amigos de Lisboa. Como complemento ao estudo, foram consultadas diversas obras dedicadas à cidade de Lisboa, tais como *O Livro de Lisboa*, coordenado por Irisalva Moita, o *Dicionário da História da Cidade de Lisboa*, sob a Direcção de Francisco Santana e Eduardo Sucena, *História de Lisboa, Tempos Fortes*, de José Manuel Gracia, *Lisboa, Urbanismo e Arquitectura* de José-Augusto França, assim como, várias dissertações de mestrado e teses de doutoramento, que de forma mais ou menos directa contribuíram para o estudo do local e do seu legado patrimonial. Os locais escolhidos para a pesquisa e consulta de obras, publicações, dissertações e teses, foram a Biblioteca Nacional, a Biblioteca Municipal das Galveias, a Biblioteca de História da Arte da Calouste Gulbenkian e a Hemeroteca Municipal.

Parte do trabalho foi norteado pela pesquisa e consulta de documentos em arquivos, entre eles, o Arquivo do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (ARMOP), o Arquivo Histórico do

Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO), o Arquivo Histórico Militar e, o Tombo de Infra-Estruturas do Exército. Ainda assim, sentimos a lacuna que, apesar dos esforços desenvolvidos nesse sentido, se se revelou para este estudo, a ausência de documentação e plantas originais relacionadas com os diversos palácios inseridos no espaço. Para o desenvolvimento do roteiro de visita, seleccionámos o património edificado revelador de características artísticas e patrimoniais relevantes, para além da Feira da Ladra, património imaterial com grande carga identitária.

Só o cruzamento da extensa informação bibliográfica, arquivística, cartográfica e fotográfica recolhida nos possibilitou esta reconstituição histórica, patrimonial e urbana do Campo de Santa Clara, suporte imprescindível do presente trabalho de dissertação académica.

O trabalho encontra-se estruturado em dois volumes. O primeiro volume reúne o estudo e análises das questões levantadas, reservando-se o segundo volume para a apresentação dos mais diversos anexos complementares.

O primeiro volume foi dividido em três partes. A primeira parte tem um único capítulo, onde se faz a caracterização geográfica e a reconstituição urbana do local em estudo, ao longo dos séculos. A segunda parte divide-se em outros 2 capítulos. No 1º são referidos os antecedentes e as fontes que possibilitaram o estudo em causa, no 2º capítulo é abordado o tema da construção e transmissão das memórias do espaço. Na 3ª parte é feita a apresentação de uma proposta de roteiro cultural a aplicar no local de estudos, a qual pretende revelar-se numa das possíveis formas de salvaguarda do local de estudo, sob o lema “Informar para Proteger”.

## **PARTE I. HISTÓRIA DE UM ESPAÇO**

## CAPÍTULO 1. O CAMPO DE SANTA CLARA: GEOGRAFIA, HISTÓRIA E URBANISMO

### 1. Reconstituindo a história do lugar

O conhecimento do Campo de Santa Clara, e de toda a história que o envolve, baseia-se, fundamentalmente, na interpretação das fontes escritas, apoiando-se, de igual modo, nas fontes desenhadas, iluminadas, fotografadas ou cartografadas. Servem estas fontes para descortinar as histórias que outrora fizeram parte do Campo e que hoje, em nome da modernidade tendem a desaparecer. Na maioria dos casos, o que nos é passado é o testemunho material, que teve uma origem, um autor ou uma finalidade, envoltos no seu contexto histórico. O testemunho é dado em jeito de recenseamento dos edifícios mais notáveis do local, de signos ou dos valores, resultantes da ponte entre o autor e a sociedade.

O percurso da génese da memória do Campo de Santa Clara só nos foi possível empreender tendo em conta, em primeiro lugar, a vastíssima obra de carácter geral sobre a cidade de Lisboa, que nos possibilitou compreender o processo de urbanização e desenvolvimento do local eleito para este estudo e em segundo lugar, o legado dos olisipógrafos, onde nos foi possível recolher informações de carácter mais específico, nomeadamente características e notícias históricas de cada um dos elementos que constituem o local em questão.

Nestas fontes, o *Campo* é, muitas vezes, apresentado como um espaço especial, uma área urbana enobrecida pelas características do seu edificado: o *Campo* das Igrejas, dos Mosteiros e dos Conventos, o *Campo* dos Palácios e das Feiras, o Campo dos Panteões. É na génese da memória do Campo de Santa Clara que se realiza parte deste trabalho, que passamos a apresentar, tal como nos foi possível aceder e compreender.

## 2. Um *campo*, sobre o rio, às portas da cidade

Outrora um arrabalde da cidade, talvez a principal característica diferenciadora deste espaço seja a forma como – pela necessidade de adaptar a malha urbana a um terreno irregular e de acentuado declive – os edifícios, apalaçados, religiosos, militares ou populares, tiveram de se acumular em torno de um conjunto de patamares mais ou menos amplos, escondendo atrás de si um labirinto de ruas e casas.

O sítio de Lisboa, repleto de colinas e vales, onde o clima ameno proporcionou a abundância de fauna e de flora e determinou a sua ocupação por diversos povos ao longo da história. Próspero e influente, alvo da cobiça alheia, o sítio de Lisboa, viria a sofrer ao longo dos séculos vários processos de conquistas e reconquistas, de que só referimos, a título de exemplo, os Fenícios, os Gregos, os Cartagineses e os Romanos. Aos poucos, mais do que piscatória e agrícola, a sua localização privilegiada foi-lhe granjeando a vocação portuária, comercial e marítima.

Após um período de declínio proporcionado pelas várias ocupações dos povos bárbaros, o sítio de Lisboa, refloresceu às mãos dos Mouros, com a criação de novos e labirínticos bairros, espontaneamente criados de forma anárquica, envoltos por uma muralha protectora, a Cerca Moura. Esta estrutura defensiva, a Cerca Moura, que confinava a urbe que partia do Castelo até ao rio, foi sendo camuflada de pequenas habitações e amiudadas vezes rasgada por portas e postigos, que davam o acesso directo da urbe para os quintais e as hortas.

### 2.1. Reconstituindo a urbanização do *Campo* – O Período *Medieval*

Ao ser tomada aos Mouros, pelo Rei D. Afonso Henriques (1109/1185) e seus Cruzados, Lisboa ganhou um papel de relevo nas diversas crónicas<sup>1</sup> da época, tal como

---

<sup>1</sup> A Crónica é tida como o acto de narrar acontecimentos pela sua ordem temporal, abrangendo, normalmente, o tempo de vida ou de reinação de um monarca. São tidas, igualmente, como crónicas as narrações de feitos político-militares de sucesso – *Chornica da Tomada de Ceuta*, assim como, as

deixa transparecer Fernão Lopes (1378/1459) nas suas palavras, ao dizer que Lisboa é “*vida e coração deste reino*”,<sup>2</sup> de Portugal.

Em “*De expugnatione Lysbonensi*”, da autoria de Osberno<sup>3</sup>, à parte do relato das características medievais da cidade, contida entre muralhas em redor do Castelo, foram valorizadas, essencialmente, as características naturais da cidade de Lisboa. A cidade foi descrita como uma das mais ricas cidades da Europa, onde abundavam as mercadorias, o ouro e a prata, onde dos solos prosperavam cereais, árvores e frutos, dos mares recolhiam o peixe e o sal.

No ano de 1147, quando atracaram no porto de Lisboa, cerca de cento e sessenta navios, os quais transportavam homens de diversas nacionalidades, costumes e línguas, com o objectivo único, de acudir ao pedido de ajuda, feito por D. Afonso Henriques, “*Lisboa era uma cidade populosa, rica e forte. Edificada à beira dum vasto porto, estava indicada naturalmente como ponto de escala para o comércio entre o Mediterrâneo e o ocidente da Europa.*”<sup>4</sup> À sua chegada, o espaço urbano da cidade, com pouco mais de 15 ha, era composto por um Castelo com várias torres e portas,

---

narrações da vida de corporações religiosas e dos seus mais ilustres membros – *Chronica da Ordem dos frades menores*. Desenvolvida na Idade Média, esta forma de composição historiográfica de exaltação de figuras ou de factos ocorridos, é seguida por toda a Europa Latina, dando lugar a uma expressiva corrente cronística de assinalável valor cultural. Composições elaboradas à sombra dos conventos, vêm com o século XIV, a emergência de um novo sentido da «*caronica*», a qual se prende com o enobrecimento do elemento colectivo agregado aos sucessos individuais de uma personalidade, e mais tarde, já no século XV, a crónica passa as fronteiras do nacional e começa a englobar a narração das viagens ultramarinas, conferindo-lhes a valorização dos feitos portugueses no mundo, e deste modo, um carácter internacional. Com o início do século XVII, esta forma narrativa perde o seu esplendor, dando lugar à formação da «*história*» segundo os critérios mais elaborados e completos, dos historiadores do Século das Luzes.

<sup>2</sup> BRANCO, Fernando Castelo, *Breve história da olisipografia*, Instituto de Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado da Cultura, Ministério da Cultura e da Ciência, Lisboa, 1980, p. 11.

<sup>3</sup> **Osberno** (Séc. XII), cruzado inglês, que se crê integrado nas hostes que se dirigiam de Inglaterra para a Terra Santa, as quais terão desviado o percurso em auxílio de D. Afonso Henriques. É-lhe atribuído tradicionalmente a autoria de um relato da conquista de Lisboa aos mouros, em 1147, relato, esse, que se constitui num importante testemunho presencial do acontecimento. In *Osberno*. Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2011. (05-10- 2011).

<sup>4</sup> OLIVEIRA, José Augusto de, *O Cerco de Lisboa em 1147 – Narrativa do glorioso feito conforme os documentos coevos*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1938, p. 29.

## O Campo de Santa Clara, em Lisboa

Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

situado a cerca de 95 metros de altitude, pela alcáçova e pelo burgo, tudo reunido dentro de muralhas. Numa amálgama de ruas e ruelas, a cidade revela-se organizada no meio da aparente desorganização, onde coabitam casas, lojas, oficinas, igrejas, praças, portos, etc. A cidade mostrava-se, sempre, bastante activa, com predominante papel para as actividades artesanais e comerciais, não alheias à economia rural que servia de sustento a uma economia de consumo. Dos relatos da cidade, concorriam com a sua situação geográfica, a fertilidade dos solos, comparados aos melhores, os quais forneciam em abundância cereais, frutos, azeite, vinho e tudo o mais que nele se semeasse. Com proveniência do rio e mar, era a cidade abastecida de abundância de peixe e de sal. Havia comércio, ouro e prata a circular na cidade.

Desenganados pelo inimigo, da facilidade de conquista da cidade, tomaram, os Cruzados, posse dos arrabaldes a oriente e a ocidente, onde foram encontrar cavernas abertas nas encostas dos montes, repletas de alimentos armazenados. As vicisitudes de uma guerra de cerco ditaram a necessidade de erguer uma enfermaria para socorrer os feridos e um cemitério para, piedosamente, sepultar os mortos em combate. Para o efeito, foram mandadas construir duas capelas com cemitérios adjacentes: uma a oriente outra a ocidente, locais onde os exércitos cristãos montaram acampamento, fora e em torno da sua cerca. Da parte ocidental, ficaram os ingleses e normandos e da parte oriental, os alemães e flamengos, juntamente com D. Afonso Henriques. Ainda no decurso do cerco terá D. Afonso Henriques feito voto, a São Vicente, de mandar edificar uma igreja e mosteiro em sua homenagem nesse local, caso ganhasse a cidade ao inimigo.



**Fig. 2** - Vista de Lisboa Iluminura da Chronica do Primeiro Rey de Portugal  
<http://montalvoeascinciasdonosso tempo.blogspot.com/2010/08/duarte-galvao-um-cronista-e-diplomata.html>

## O Campo de Santa Clara, em Lisboa

Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

No dia 21 de Outubro do ano de 1147, renderam-se os Mouros aos Cristãos, em cumprimento da promessa, terá sido lançada a primeira pedra, precisamente, um mês depois, conforme relata a “*Crónica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarca S. Agostinho*”:

*“Do que temos dito se colhe, que o sítio do Mosteiro de S. Vicente foi o lugar em que El-Rey D. Affonso Henriquez teve o seu arrayal, quando cercou Lisboa p̄ra a parte do Oriente da mesma Cidade no mais alto do bairro de Alfama fora dos muros velhos, que por esta razão conserva ainda o nome de S. Vicente de fora, sendo que está de dentro dos muros novos que fez El-Rey D. Fernando. Tambem se colhe, que teve este Mosteiro seu principio na Capella de N. Senhora da Enfermaria, & cemitério que se sagrou no dito lugar p̄ra enterro dos que morrião no cerco da dita Cidade, & finalmente que a ocasião de se fundar foi o voto que o dito Rey fez (...)”*<sup>5</sup>



Fig. 3 - S. Vicente de Fora, Campo de Santa Clara. Mapa Google 2012.

A fundação do mosteiro e paróquia de S. Vicente de Fora (por estar fora da muralha que então rodeava a cidade) terá seguido o modelo arquitectónico vigente na época, ao inovar na criação de uma torre-nartex monumental e na aplicação de alguma decoração

<sup>5</sup> SEGURADO, Jorge, *Da Obra Filipina de São Vicente de Fora*, Academia Nacional de Belas-Artes, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Direcção-Geral do Património Cultural, Lisboa, 1976, p. 19.

escultórica exterior, revelou-se numa peça exemplar da arquitectura românica portuguesa<sup>6</sup>.



**Fig. 4** – Igreja de S. Vicente de Fora, Pormenor da Vista de Lisboa, Biblioteca da Universidade de Leiden, Mosteiro de São Vicente de Fora – Arte e História, Sandra Saldanha, p.88.

À semelhança da planta de Santa Cruz de Coimbra, também a planta original da primitiva igreja de S. Vicente, demonstra ser uma construção crúzia<sup>7</sup> de raiz, a qual mandada construir 20 anos mais tarde, terá sofrido influências exteriores, descomprometendo-se de seguir o exemplar coimbrão em pleno.

Segundo descrição de Júlio de Castilho:

---

<sup>6</sup> SALDANHA, Sandra Costa, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora – Arte e História*, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, Lisboa, 2010, p.

<sup>7</sup> **Crúzia**, “A Ordem da Santa Cruz foi fundada no ano de 1210 pelo Beato Teodoro de Celes e seus companheiros. Segundo as tradições, Teodoro participou de uma das cruzadas para a retomada de Jerusalém. Esta experiência o fez tomar mais contacto com as tradições da Cruz de Cristo. Teodoro, até então cônego na Catedral de Liège, retira-se com seus companheiros e inicia uma experiência de vida mais radical, baseada nos valores evangélicos, na autêntica vida fraterna e numa vida de oração em comum. O nome Crúzios se deriva do francês Croises, ou seja, os assinalados com a cruz. Na Inglaterra medieval, Crúzios eram conhecidos como os frades Crutched (cruzados). A designação refere-se à cruz e à espiritualidade da Ordem.

”In,[http://cruzios.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=24:nossahistoria&catid=12:no-ssa-historia&Itemid=30](http://cruzios.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24:nossahistoria&catid=12:no-ssa-historia&Itemid=30), (17/10/2011).

*“Do primitivo edifício de S. Vicente não se conhece alçado nem memória, que me conste, a não ser o pouquíssimo que na vista de Simão Beninc pode perceber-se: corpo alteroso, com torres e vários andares, como fortaleza; ou o que as duas vistas de Jorge Braunio (Theatrum Urbium) indicam melhor: um torreão ameiado com venatnas e corucheu, e junto dele o templo e o mosteiro.”<sup>8</sup>*

Após a fundação, o Mosteiro de S. Vicente, foi entregue aos Cónegos Premonstratenses<sup>9</sup>, ordem que entrou em Portugal, nesta data, mas, pouco tempo depois, a Igreja ficou dependente do padroado real e foi entregue aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, os quais ficaram encarregues de gerir a vida religiosa do mosteiro, assim como os seus bens. Foi esta casa religiosa, desde o início, beneficiada de grandes privilégios, onde se contam a independência do episcopal e entrega de avultadas doações. Os Priores do Mosteiro seguiram ainda uma agressiva política de aquisições, engrossarando valiosamente o seu património rural, essencialmente com terrenos de alta fertilidade, próximos das linhas de água e das redes de comunicação, numa rentável política de exploração agrícola, que contribuiu para o crescimento dos lucros do mosteiro. A fundação do mosteiro, embora tenha resultado da conquista da cidade de Lisboa, regia-se pela aplicação canónica, com uma organização interna e princípios espirituais pautados pelo cumprimento da *Regula Prima*:

*“No mosteiro, os cónegos regrantes “ofereciam” a salvação da alma, o perdão dos erros cometidos e o descanso eterno, ao mesmo tempo que garantiam, pela oração, o Além. Nos campos, faziam frutificar as colheitas, que abasteciam igualmente o refeitório, a sacristia e o hospital, no exercício da assistência e da caridade, e em obediência aos princípios da Regula. Procuravam, deste modo, dentro e fora da canónica, diminuir a dureza do mundo terreno, procurando um lugar na cidade de Deus, cuja entrada parecia garantia através dos cuidados*

---

<sup>8</sup> ARAÚJO; Norberto, Pequena Monografia de São Vicente, Edição dos Amigos de Lisboa, Lisboa, p.19.

<sup>9</sup> **Cónegos Premonstratenses**, são também conhecidos como Cónegos Brancos ou de São Norberto, derivados dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho. A Ordem foi fundada em 1119 por São Roberto em Prémontré, França.

*físicos e espirituais que dedicavam ao próximo, eternos garantes de um lugar no Céu.*”<sup>10</sup>

A igreja foi consagrada à Virgem Maria e a S. Vicente<sup>11</sup>. Não se alheando ao fervor religioso que parte da população do reino dedicava a S. Vicente, bem como ao facto de ser favorável à sua política de conquistas, os favores de um Santo hispânico, decidiu D. Afonso Henriques, nomeá-lo padroeiro da cidade de Lisboa, pelo que terá o regente buscado incessantemente pelas relíquias do santo. No ano de 1173 em ambiente de grandes festejos, chegaram a Lisboa as relíquias de S. Vicente, as quais após breves disputas de poder entre as várias casas religiosas de Lisboa, acabaram por ficar depositadas na Sé, cabendo à Igreja de S. Vicente um precioso relicário oferecido por D. Afonso Henriques, o qual continha “*algumas tábuas do caixão e um pedaço do «casco» do Santo.*”<sup>12</sup>. Em jeito de homenagem foram escolhidos como símbolos apresentados no brasão de armas da cidade, a naus de S. Vicente e acompanhada por dois corvos, uma á proa e outro à popa que, segundo relato de várias testemunhas, terão acompanhado o corpo do Santo na viagem para Lisboa. No local da igreja de S. Vicente, foi, à época, instituída uma paróquia<sup>13</sup> com o mesmo nome.

---

<sup>10</sup> (Séc. IV), Vicente que durante o Império de Diocleciano, no século IV, terá sido perseguido e martirizado até à morte, viria a ser canonizado e tornado num dos santos hispânicos de maior veneração. Considerado detentor de poderes taumatúrgicos, protector dos pescadores e dos marinheiros, o seu culto foi mantido pelos moçárabes, desde o século IX, no Cabo de S. Vicente, no extremo ocidente do Algarve, onde acreditavam terem sido depositadas as suas verdadeiras relíquias.

<sup>11</sup> SALDANHA, Sandra Costa, *Op. Cit.*, p. 32.

<sup>12</sup> ALVES, José da Felicidade, *O Mosteiro de São Vicente de Fora*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, p. 17.

<sup>13</sup> **Paróquia (eclesiástica)**, instituição destinada ao exercício do culto, á qual corresponde uma igreja matriz ou sede paroquial, com a sua devida circunscrição territorial, que mantinham laços indissolúveis com os seus paroquianos. Era na paróquia que se iniciava e terminava a vida na “Terra”. Uma pessoa ao nascer, iniciava a sua vida cristã ao ser baptizado na pia baptismal, prosseguia com a primeira comunhão, passava pelo confessorário com a absolvição dos seus pecados, casamentos, festas, tudo tinha o seu ritual religioso, culminando inevitavelmente o caminho na “Terra” com a morte, o funeral e a sepultura “*No adro da paróquia, ao longo das suas capelas, ou no chão da igreja, atapetado de lajes mortuárias, dormiam o derradeiro sono, pais, irmãos, filhos, espôsas.*” In SILVA, Augusto Vieira da, *As Freguesias de Lisboa (Estudo Histórico)*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1943, p. 6.



**Fig. 5** - S. Vicente – Postas do Sol / Lisboa

O século XII, é ao mesmo tempo, para a cidade de Lisboa, um tempo de abertura, de acolhimento e de mudança. Após a reconquista acolheu, a cidade, uma nova e heterogénea população, composta por cavaleiros portugueses, cruzados estrangeiros, gente do norte e mouros convertidos à religião cristã, que viveu sob as normas do foral de Lisboa, concedido em 1179, por D. Afonso Henriques, em forma de agradecimento e legitimação dos direitos que lhe foram conferidos pelo poder das armas. Mais tarde, o aumento da segurança imposto pela conquista definitiva das terras do Algarve, e a franca prosperidade da cidade de Lisboa, ditaram a nomeação da cidade de Lisboa como Capital do Reino, a transferência da Corte de D. Afonso III de Portugal para o seu núcleo, e a uma franca expansão demográfica, com vista a ocidente e oriente.

Lisboa contava, no século XIII, com 23 Freguesias, onde 3 eram periféricas, incluindo-se nesse número, a de St<sup>o</sup> Estevão, que passou a deter o poderio sobre o Campo de Santa Clara, na medida em que a Freguesia de S. Vicente de Fora passou a estar dentro dos limites da nova cerca fernandina.<sup>14</sup> A organização urbana da cidade medieval revela os três poderes que então disputavam entre si a preponderância na gestão do quotidiano, sendo inegável a preponderância da função religiosa, com as suas várias capelas, igrejas, conventos e mosteiros, quer pela função económica, marcada pelas

---

<sup>14</sup> SILVA, Augusto Vieira da, *As Freguesias de Lisboa (Estudo Histórico)*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1943, p. 12.

praças e mercados, pelas ruas de artesãos e mercadores e pelo porto, quer pela função política, com a imposição da figura do Rei acima de todas as outras, materializada pelo Paço régio, implantado na alcáçova, ou seja, no espaço dominante de toda a cidade.

Por esta altura, a sociedade entra numa crise vinculada ao declínio do feudalismo e ao nascimento de uma burguesia, cada vez mais poderosa, que provoca desequilíbrios de ordem social, económica e política. É através da religião que se busca o equilíbrio, pelo do enaltecimento dos valores essenciais à vida em detrimento das coisas mundanas. No quadro deste crescente fervor religioso, surge a sul do arrabalde, denominado Campo da Forca, devido à instalação, nos seus terrenos, de uma local para a aplicação de penas capitais, uma outra edificação religiosa, o Convento de Santa Clara (1288)<sup>15</sup>.

*“(...) o edifício do mosteyro acaba onde começa hum campo que vai pêra o Real Convento dos muyto Reverendos Conegos de Sancto Agostinho, chamado Sam Vicente, do qual como de casa real e muyto mays antiga podia o campo ter tomado o nome chamandose Campo de Sam Vicente, mas parece quis esperar a fundaçam do mosteyro de Sancta Clara pêra se gloriar com o nome de tam illustre e prodigiosa virgem chamandose Campo de Sancta Clara, apelido pello qual he somente conhecido e celebrado na cidade.”<sup>16</sup>*

---

<sup>15</sup> **Santa Clara de Assis**, nasceu no ano de 1194 e morreu no ano de 1253, em Assis (S. Damião). Clara ter-se-á cruzado na vida religiosa de Francisco, na medida em que se tornou num dos pilares do novo modelo de vida consagrada à pequena Regra escrita por S. Francisco Xavier e aprovada pelo Papa Inocêncio II, no entanto dirigida ao feminino. O primeiro mosteiro de clarissas surgiu em Portugal, no ano de 1258, na cidade de Lamego, embora a Ordem tenha nascido no ano de 1212, em Santa Maria da Porciúncula, local onde Clara se terá consagrado ao Senhor. Em pouco tempo, multiplicaram-se os mosteiros, num total de 24 só em Itália. Em Portugal, as suas actividades compreendiam a pregação popular, o ensino, a saúde e a assistência. Viviam despojadas de bens materiais. A sua influência fez-se sentir nas mais diversas tradições populares, desde as festas às devoções. In ARAÚJO, Hermínio, *A Família Franciscana em Portugal, das origens ao início do século XXI*, OFM, Brotéria nº 162, Lisboa, 2006, pp. 83/90.

<sup>16</sup> LIMA, Durval Pires de, *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Tomo II, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa LXXII, p. 232.



**Fig. 6** – Convento de Santa Clara, Campo de Santa Clara, Mapa Google, 2012.

O Convento de Santa Clara de Lisboa era um convento feminino, pertencente à Ordem dos Frades Menores e à Província de Portugal da Observância. Foi mandado construir por quatro Damas, Dona Inês Fernandes, asturiana, viúva de Dom Vivaldo Pandulfo, um “rico” mercador genovês naturalizado português, Maria Martins, Maria Domingues e Clara Eanes, para o qual adquiriram o Breve do Papa Franciscano Nicolau IV (1227/1292) no ano de 1288. Iniciou-se a sua fundação no lugar da Trindade. Dois anos depois, em resultado de um sonho de uma das fundadoras, em que a mesma insiste ter recebido orientações de Deus Nosso Senhor para a edificação da referida casa religiosa noutra sítio, foi a fábrica do Convento transferida para o local do sonho, o Campo de Santa Clara.

No ano de 1292 recebeu o Convento as suas primeiras religiosas, segundo Gomes de Brito, em *“Lisboa do Passado: Lisboa dos Nossos Dias”*, com o decorrer dos anos, o Convento passou a caracterizar-se e a distinguir-se entre os diversos Mosteiros de Religiosas de Lisboa, pela primazia do número de religiosas que albergava, chegando às 140 Freiras de Véu e outras tantas Noviças, Servidoras e «mulheres ali depositadas».

*“Tem quatro Padres que lhe assistem, dous Confessores, hum Capelão, & hum Feytor, para a vivenda dos quaes ha hum grande dormitorio, que tem dez Cellas, & hum refeytorio, & tambem ha quatro Donatos, tres que assistem aos Padres, & hum da Sacristia. O claustro he quadrado, nelle ha diversos jardins, & no meyo huma fonte que corre artificialmente todo o dia, aonde está agua de que bebem, & gastão todas as Religiosas: ao redor deste claustro estão*

*todas as officinas do Mosteyro, aonde estão as Capellas douradas com os sete Passos admiravelmente ornadas: (...)*<sup>17</sup>

Em 1294, foi lançada pela mão do Bispo Dom João Martins de Soalhães (?/1325), (...) *a primeyra pedra, em que estava impresso o sinal da Cruz, (...) concorrendo a esta solemnidade muytos grandes da Corte, como forão João de Alprão, Chançaarel, Estevão Annes, Reposteyro-mór del-Rey, & muytas Donas illustres.*<sup>18</sup> A primitiva igreja, viria a sofrer, mais tarde, melhoramentos pelo risco do Architecto Pedro Nunes Tinoco (?/1641):

*“Como a primeira igreja do mosteyro de Santa Clara levantou sua fundadora Dona Ines no anno de 1294 fosse feyta com muyta preça, e por isso com menos perfeçam pello dezejo grande que a fundadora tinha de ver seo mosteyro em forma de ser habitado lhe nam desse tempo pera a igreja ter a grandesa e perfeçam que a fundadora quizera, e posto que continuando os annos a devoçam e spirito das religiosas foy melhorando muyto a igreja, nam se deram contudo nunca por satisfeytas as Religiosas de tam insigne mosteyro com a obra da sua antiga igreja e assim, sendo Abbadeça a madre soror Maria de Jesu, se resolveram a dar principio à reedificaçam da igreja na forma em que hoje se vê, sendo architecto Pedro Nunes Tinoco que a fundou com tanta capacidade que se lhe nam iguala alguma de todas as igrejas que se vem em os muytos mosteyros de Lixboa e nam so tem a dita igreja a excellencia de sua muyta capacidade, junta com grande proporçam em cumprimento, largura e altura que se termina em hum nobilíssimo tecto em meyo circulo, (...)*<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> COSTA, Padre António Carvalho, *Corografia Portugueza, eDescripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contém; Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observações*, Tomo 3º, Lisboa, 1998, CD-ROM, p.17

<sup>18</sup> *Idem.*, p.17

<sup>19</sup> *Idem.*, p. 235

Permaneceram estas duas edificações por muitos anos, no lado de fora dos muros de Lisboa. No entanto, a partir do final do 3º quartel do século XIV, as muralhas da cerca moura começaram a dar provas da sua ineficiência no que dizia respeito à defesa da, então, crescente cidade de Lisboa, pelo que seguidamente à invasão protagonizada, em 1373, pelo exército castelhano à cidade de Lisboa, o qual deixou para trás um cenário de devastação, decidiu D. Fernando mandar construir, nesse mesmo ano, uma nova muralha à volta da cidade, que conhecia à altura novos bairros extramuros e que se encontravam desta forma à mercê do inimigo.

*“«Em ordenamdo elRei estas cousas que avees ouvijdo, (...) veosse a Lixboa, e começou de cuidar « no mal e dano, que o poboo da çidade avia recebido (...) e como espiçiallmente ouverom «gram perda os moradores de fora da cerca (...) «arredor da çidade, des a porta do ferro ataa porta da Cruz. «Emtom elRei seemdo presente, (...) hordenou per hu ou- «vesse de seer çercada (...) E foi logo «acordado, que começassem de çercar primeiramente da porta de «Martim Moniz vijmdom pêra a porta de Samto Amdre, des i «per Samto Agustinho e per Sam Viçente de fora (...)”<sup>20</sup>*

Da Cerca Fernandina construída em conformidade com as ideias de defesa da cidade que configuravam à época, faziam parte várias Torres, Cubelos, Portas e Postigos.<sup>21</sup> Segundo Fernão Lopes no seu tempo existiam 77 Torres e 38 Portas. Da resenha histórica feita por Vieira da Silva<sup>22</sup> constam 76 Torres e 35 Portas. Algumas

---

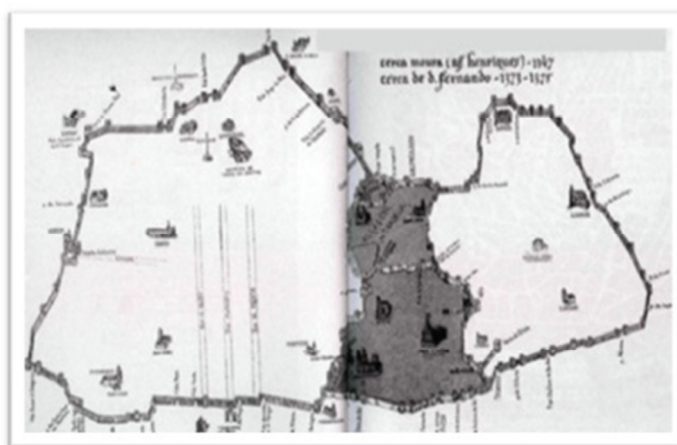
<sup>20</sup> SILVA, Augusto Vieira da, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Volume I, 2ª Edição, Sociedade Tipográfica, S.A., Lisboa. 1987, p.8.

<sup>21</sup> “(...) Torres eram especialmente as construções defensivas e de flanqueamento dos muros, que tinham dimensões maiores, (...) ultrapassava, em muito, a das muralhas contíguas, e ficavam geralmente situadas nos vértices dos salientes da cerca ou em pontos onde podiam servir também de atalaias; os Cubelos tinham só três paramentos à vista, ficando pegados às muralhas, cuja altura não excediam geralmente.”; As portas e postigos era “(...) aberturas ou vãos de serventia abertos nas muralhas da cerca; mas as Portas eram especialmente as serventias mais importantes e fortificadas, construídas, algumas delas, por uma quadra ou recinto rectangular murado, com um ou dois vãos de portas nos seus muros dianteiro e posterior, e guarnecido o da frente com duas torres defensivas laterais (...)” In

<sup>22</sup> SILVA, Augusto Vieira da, *Op. Cit.*, pp. 23 e 25.

dessas Portas tinham junto delas um posto de cobrança de direitos de entrada e saída de mercadorias, onde se incluía a Porta da Cruz. Esta Porta ficava situada a sul Mosteiro de S. Vicente de Fora e era considerada umas das mais importantes, da cerca nova.

Da Graça descia um muro da cerca nova que cortava a cerca do Mosteiro de S. Vicente-de-Fora separando-o das suas quintas e propriedades que lhe ficavam a ocidente. Por razões desconhecidas, aquando da construção da Cerca Fernandina, acabaram por ser separadas, igualmente, as duas casas religiosas da colina oriental da cidade, ficando o Mosteiro de S. Vicente no lado de dentro da muralha e o Convento de Santa Clara do lado de fora.



**Fig. 7** - Traçado das duas muralhas de Lisboa. “Peregrinações em Lisboa”- Norberto de Araújo, 1939.

Abriram-se, no entanto, 2 postigos em S. Vicente, um que dava para o Telheiro de S. Vicente e o outro que dava para o Campo de Santa Clara. A comunicação entre o mosteiro e a sua horta passou a ser feita pelo andaime que corria por cima do postigo que dava para o Campo de Santa Clara. Seguiu, depois, a muralha um troço enviesado, e, mais abaixo no estrangulamento com a via pública, entre o Campo de Santa Clara e o Outeirinho da Amendoeira, abriu-se uma porta da cidade ladeada de duas torres, denominada de Porta de S. Vicente ou Postigo do Arcebispo. A sua posterior transformação em Arco, mudou-lhe o nome para Arco Debaixo ou Arco Pequeno de S. Vicente. O postigo que dava para o Campo de Santa Clara foi, em data incerta, substituído por um enorme arco em cantaria, o Arco Grande de Cima.



**Fig. 8** - Arco de São Vicente – [1945] Bácia, José Artur Leitão, [1871/?]

AFCML

Sobre o então denominado Arco Grande de S. Vicente, escreveu Norberto de Araújo nas suas “*Legendas de Lisboa*”:

*“O sítio é privilegiado. Dos raros de Lisboa destinados ao sonho e a visões retrospectivas. O Arco é, só por si, meia freguesia deste bairro fidalgo e popular, que se fez crescer à sombra do velho mosteiro dos cónegos regrantes de Santo Agostinho – a mais contemplativa e arrogante das vivendas conventuais da freirática Lisboa. (...) passado e presente, mosteiro e mercado, contemplação e beleza – é o Arco de S. Vicente, com os seus dois pavimentos e a sua quietude nostálgica, que a certas horas, ao som dos sinos, se torna medieval.”<sup>23</sup>*

Mas, a prosperidade de Lisboa foi abruptamente interrompida por uma série acontecimentos, os quais no seu conjunto terão dizimado mais de metade da população.

---

<sup>23</sup> ARAÚJO, Norberto de, *Legendas de Lisboa*, Veja, Lisboa, 1994, p. 180.

Foram estes a ocorrência de vários terremotos, que destruíram parte dos edifícios, e mais tarde a fome e a Peste Negra.

Com a revolução de 1383/85 nasceu um novo capítulo da história da cidade, quando após a morte de Fernando de Portugal, o Reino passou a ser governado por D. João I (1357/1433). A população de Lisboa, que tinha desenvolvido, através dos seus portos, uma altamente rentável rede mercantil, insurge-se contra a reclamação de supremacia dos nobres do norte do país, que reclamavam o seu poder sobre a capital e todo o reino. Com D. João I de Portugal no poder, a nova aristocracia portuguesa constitui-se, essencialmente, por mercadores lisboetas, alta burguesia, a qual reclama a si o poderio da nação.

## **2.2. Do Renascimento ao Terramoto de 1755.**

A partir do reinado de D. João I, voltou a cidade de Lisboa a encontrar a prosperidade, conseqüentemente o aumento da população e um grande desenvolvimento a vários níveis, mas foi no Reinado de D. Manuel (1459/1521) que Lisboa beneficiou de grandes obras de renovação e requalificação arquitectónica, período correspondente, mais concretamente, à emergência do urbanismo moderno em Lisboa.

Considerada uma das cidades mais poderosas e importantes da Europa, a Lisboa, chegavam pessoas vindas de vários países europeus, com os mais diversos fins, fenómeno que terá, igualmente, contribuído para o crescimento da cidade, que foi feito sem plano, vagueando à vontade por montes e vales.

Vivia-se a período das expedições além-mar, onde foram descobertas novas terras, nomeadamente os arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias e desta feita, a exploração de novos mercados com resultados benéficos para a burguesia portuguesa. Melhores mercados e produtos viriam com a descoberta de África, Índia e Brasil, tornou-se a capital do reino de Portugal, num mercado de produtos de luxo, procurado por toda uma elite europeia. Com a transferência do Paço para a Ribeira, D. Manuel,

afirmou incontestavelmente o poder real e o centralismo régio, focando toda a atenção na zona ribeirinha da cidade.

No que à parte oriental da cidade diz respeito, também ela, banhada pelo rio, com uma longa extensão de terra por ocupar e tendo nas suas imediações uma das mais movimentadas portas de Lisboa, a qual estabelecia o contacto com o norte do País, revelou-se uma zona chave para o crescimento e desenvolvimento da cidade, facto constatado também pelas palavras de Norberto de Araújo, na sua obra intitulada “*A Ribeira de Lisboa*”, quando refere que devido ao declive bastante acentuado que caracterizava o *Campo* foi mandada fazer, por D. João de Castro, Presidente do Senado de Lisboa, uma muralha parapeito na parte sul do Campo de Santa Clara: “(...) *Não sei quais fossem todas obras. Esta do Campo de Santa Clara foi certamente e das mais bem pensadas, por ser aqui passagem concorridíssima, e como que o intróito da Cidade*”<sup>24</sup>



**Fig. 9** – Parede de sustentação, feita entre o Campo de Santa Clara e a Rua do Paraíso. Placas comemorativas colocadas pela CML.

Beneficiava, ainda, a zona, da existência de duas casas religiosas, nos seus baldios terrenos. Destacando-se, à época, S. Vicente como um ponto de grande romaria na cidade de Lisboa, acabou por desempenhar outros papéis, não menos importantes, na vida dos fiéis e dos residentes na cidade. Assim, devido à grande afluência de

---

<sup>24</sup> CASTILHO, Júlio de Castilho – *A Ribeira de Lisboa, Descrição Histórica da Margem do Tejo, desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, C.M.L., Lisboa, 1940, p. 154.

peregrinos, foi instituído no mosteiro um hospital-albergaria e uma botica, os quais acabaram por ser anos mais tarde integrados no Hospital Real de Todos-os-Santos. Caracterizou-se, igualmente, o mosteiro por ter sido um dos pioneiros na área da educação e formação, ao desenvolver escolas monásticas e bibliotecas, onde professou uma das personagens mais emblemáticas da igreja, Stº António de Lisboa.

S. Vicente de Fora funcionou como local de impressão de obras. A mando de D. Sebastião (1554/1578), terá o francês Germão Galharde (1519-1560) organizado esse serviço no referido mosteiro. “*Sabe-se que, na Época Moderna, havia impressores que trabalhavam para quem solicitasse os seus serviços e impressores que procediam a impressões exclusivamente para o Santo Ofício da Inquisição, os bispos, a Casa Real (...)*”<sup>25</sup> Para além do facto de se ter constituído num dos pólos de atracção no que ao movimento demográfico diz respeito.

Muito para além de todas as outras funções, as Clarissas, do Convento de Santa Clara em Lisboa, cultivaram a aprendizagem dos mais diversos géneros literários, bem como a desenvoltura no domínio das línguas, Como forma de engrandecimento do culto divino, aplicaram-se ao estudo da música. Aficionadas pelas artes, dedicavam-se às artes decorativas, ao desenho e pintura, aos bordados a ouro e prata. Ao desenvolvimento das artes culinárias aliaram os dotes caligráficos, com a escritura de livros culinários.

Segundo Pinho Leal, no século XVI, a Infanta D. Maria (1521/1577), filha de D. Manuel I, mandou construir “*(...) umas casas (...) junto ao convento (...) por estimar muito as suas religiosas (...)*”<sup>26</sup>.

A Princesa “*(...) para além do dote da beleza, e da riqueza, o que tornou verdadeiramente notável a Infanta D. Maria (...) foi, sem dúvida, a sua piedade e o seu*

---

<sup>25</sup> SALDANHA, Sandra Costa (dir.), *O Mosteiro de S. Vicente de Fora – Arte e História*, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, Lisboa, 2010, p. 41.

<sup>26</sup> LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. IV, Livraria Editora de Mattos & Companhia, Lisboa, 1874, p. 168.

*gosto pela Cultura, que fizeram dela, porventura, a princesa mais ilustrada da Renascença.*”<sup>27</sup>.



**Fig.10** – Infanta D. Maria in [http://www.arqnet.pt/dicionario/maria\\_inf7.html](http://www.arqnet.pt/dicionario/maria_inf7.html) - Janeiro 2012

Caracterizada como uma princesa com bastante sensibilidade para as artes e dotada de uma cultura invulgar, terá sido atraída e por sua vez atraído ao Campo de Santa Clara, toda uma elite que fazia ou ambicionava fazer parte da sua Corte, onde predominavam a aprendizagem das letras, da música e das artes decorativas, para além dos “(...) *famosos saraus literários* (...)”<sup>28</sup> dos quais fizeram parte grandes nomes da história da cultura portuguesa.

No século XVI, Lisboa viveu culturalmente envolta numa geração de Ouro, proporcionada pelos descobrimentos, os quais permitiram o desenvolvimento das ciências (astronomia, medicina, matemática, entre outras), ao mesmo tempo que influenciavam a literatura e a arte. São nestes vários domínios reflectidas as influências marítimas que os descobrimentos acarretaram.

Sendo a freguesia mais a oriente de Lisboa, com grande extensão de terrenos por ocupar, tendo por início as muralhas da cerca fernandina, junto ao Mosteiro de S. Vicente e a Porta da Cruz, uma das mais importantes e movimentadas portas do século XVI, recebeu a partir desta altura a implantação de vasto casario popular, de várias Quintas de Recreio, de Palácios Senhoriais e até mesmo de outras Casas Religiosas.

<sup>27</sup> SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Op. Cit.*, p. 566.

<sup>28</sup> SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Op. Cit.*, p. 565.

Para obviar a dificuldade dos já muitos moradores no local, os quais tinham que se deslocar à Igreja de Stº Estevão para assistir à Missa, conseguiu a Infanta, em 1568, através do Breve do Papa Pio V, a desanexação de uma parcela do território da extensa freguesia de Stº Estevão.

Em 1569, foi criada a nova Freguesia de Santa Engrácia, com base na edificação de uma nova Igreja Paroquial em homenagem a Santa Engrácia (Séc. IV)<sup>29</sup>, a qual se estendia até aos Olivais e que passou a deter no seu domínio o Campo de Santa Clara. Até então, de características predominantemente rurais devido ao facto de ter sido excluída da cidade de Lisboa pela Cerca Fernandina, desempenhou, esta freguesia, a partir desta altura um relevante papel na expansão de Lisboa.

Da Igreja de Santa Engrácia, mandada erguer pela Infanta D. Maria, desconhece-se o primitivo plano da Igreja, atribuído a Nicolau de Frias<sup>30</sup>, sendo, no entanto, de prever que o mesmo espelha-se o alto estatuto da sua fundadora, considerada à época, uma das mais cultas e ricas princesas da cristandade. Nessa primitiva Igreja de Santa Engrácia, para além de ser celebrada a memória da mártir bracarense, a Infanta deixou escrito, em testamento, que gostaria que no templo se evocassem unicamente Santos Portugueses.

Á data da morte da Infanta D. Maria (1577), a Igreja de Santa Engrácia encontrava-se, ainda, em obras de construção, quer:

*“Seja pela susceptibilidade a factores de ordem social e política, seja, de forma mais facilmente sustentável, pela constante escassez de numerário,*

---

<sup>29</sup> **Santa Engrácia**, nascida em Braga, no séc. IV, filha do governador romano de Bracara Augusta (Braga) ter-se-á convertido à religião cristã. Prometida em casamento ao Duque de Rozilhão, em França, a meio da viagem que fazia para preconizar tal união, terá sido martirizada a mando de Daciano, no contexto do édito de perseguição lançado aos cristãos por parte de tal personagem.

<sup>30</sup> Catálogo da Exposição, *Obras de Santa Engrácia – O Panteão na República*, Panteão Nacional, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 2010, p. 53.

*na fatídica noite de 15 de Janeiro de 1630, a igreja estaria ainda por concluir, e a demora das obras já ao tempo se tornaria evidentes”<sup>31</sup>*

Efectivamente, a noite de 15 de Janeiro de 1630 revelou-se fatídica para a Igreja de Santa Engrácia, na medida em que foi, esta, alvo de um gravíssimo desacato, materialmente saldado no arrombamento do sacrário e na vandalização dos vários objectos litúrgicos e cultuais existentes. Conta a história, que tal acto foi, protagonizado por um jovem rapaz, o qual terá remexido no sacrário e no cofre das santas partículas, da referida igreja, sem intenção de a assaltar, mas tão só de provocar um sacrilégio, na medida em que nenhuma peça valiosa terá desaparecido em tal acto de vandalismo.

A notícia propagou-se, de boca a boca, a uma velocidade estrondosa e foram dadas ordens para a busca dos culpados a uma velocidade não menor.

*“(…) Juizes, meirinhos, quadrilheiros, tudo procurava e investigava. (...) Fidalgos, burgueses e gente miúda procuravam ajudar as justiças. (...) Apareceu enfim um denunciante. (...) encontrara quatro homens (...)Um deles era Simão Lopes Solis, (...)”<sup>32</sup>*

Foram afixados editais onde os avisos informavam da proibição de sair de casa. Dessa busca incessante pelo culpado, resultaram diversas detenções. Das várias detenções surgiram várias versões do ocorrido, até que se deu lugar a uma denuncia, a qual recaiu sobre um cristão-novo, que tinha sido visto, na fatídica noite de 15 de Janeiro de 1630, naquelas redondezas montado num cavalo com os cascos entrapados, esse cristão novo era Simão Pires Sólis.

Detido e interrogado, confessou-se sempre inocente, não revelando, no entanto, o que andava a fazer por aquelas bandas na noite do ocorrido assalto. De referir que, à

---

<sup>31</sup> JACQUINET, Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves, *Em desagravo do santíssimo sacramento: o “Conventinho Novo”: devoção, memória e património religioso*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa, 2008, p. 26.

<sup>32</sup> “O Campo de Santa Clara” in OLISIPO – Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa, N.ºs 139-140, Ramos, Afonso & Moita, Lisboa Anos 39º e 40º, p. 16.

época, colhiam os cristãos-novos a animosidade da nação, que não aceitava de bom grado o benefício filipino que lhes tinha sido atribuído, o que agravou o peso da ofensa proferida à divindade do povo cristão e culminou num forte desconforto entre cristãos e cristãos-novos.

Foi, Simão Sólis, encarcerado, condenado sem provas testemunhais e executado no dia 3 de Fevereiro do ano de 1631:

*“A que com baraço e pregão pelas ruas públicas e costumadas, seja [...] arrastado e levado ao Campo de Santa Clara, aonde está a dita igreja de Santa Engrácia, e aí lhe serão decepadas as mãos e queimadas à sua vista, e em um mastro alto, à vista de todos será posto, aonde será queimado vivo. E seus bens [...] serão aplicados à confraria do Santíssimo Sacramento [...] para que o juiz e confrades da confraria [...] a seu arbítrio gastarem os ditos bens no que parecer para mais ornato do sacrário e capela-mor, e outras obras do culto do dito Senhor. E mandam, que sendo o dito réu levado ao dito lugar, e feito por fogo em pó, suas cinzas serão lançadas no mar, para que de todo se extinga a sua memória.”<sup>33</sup>*

Segundo testemunhas presentes no local, terá o condenado, ao passar diante da profanada igreja no caminho para o suplício, lançado uma maldição à Igreja, profetizando tão certo estar inocente como as obras daquela igreja nunca mais terminarem.

Efectivamente, muito para além do facto de o condenado se ter confessado sempre inocente, registou-se no andamento do referido processo, falta de rigor, a inexistência de provas e o recurso a testemunhos forjados, de acordo com o que a acusação pretendia e o momento requeria.

Sobre este caso vários foram os comentários proferidos, inclusivamente da parte do Rei Filipe III, que chegou a enviar ao condenado, no dia do suplício, uma ordem de perdão em troca da entrega dos outros participantes no ocorrido. Também nesse dia

---

<sup>33</sup> JACQUINET, Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves, Op. Cit., p. 14.

vários eram os presentes para assistir ao acto, sem que com isso, ao contrário do que era habitual, tivessem apedrejado o condenado, revelando alguma insegurança relativamente ao veredicto.

Anos mais tarde, em Orense, ao ser condenado à morte, um português pelo assalto de uma igreja, vendo-se, o mesmo, já no leito de morte, terá confessado a autoria do desacato de Santa Engrácia. Veio este episódio dar popularidade ao acontecido, conferindo à história um carácter de continuidade, bem ao contrário do que era esperado aquando da aplicação da pena a Simão Sólis.

Anteriormente a tal ocorrência, terá o desacato acarretado uma série de consequências, nomeadamente o encerramento do culto na Igreja profanada, sendo o mesmo transferido para a Ermida de Nossa Senhora do Paraíso<sup>34</sup>, fundada em 1562, na Rua do Paraíso, nº 9, perto da, então, profanada igreja que ficou, por séculos, à espera de ser terminada.

*“A ermida nada sofreu com o terramoto de 1755, e a freguesia permaneceu nela, em conformidade com o Plano de reforma paroquial de 1770, até 5 de Abril de 1835, em que foi transferida para a igreja do extinto convento de Nossa Senhora dos Anjos, de Religiosos Barbadinhos Italianos, na Calçada dos Barbadinhos.”*<sup>35</sup>

Ter-se-á seguido a exortação da realização de grandes festejos em honra e louvor do Santíssimo Sacramento, assim:

---

<sup>34</sup> **Ermida de Nossa Senhora do Paraíso**, foi instituída em 1366 uma confraria de Nossa Senhora do Paraíso, com sede no local “da Cruz da pedra”, no caminho de Xabregas, onde em 1470, mandou D. João II, construir uma nobre casa para as Comendadeiras de S. Tiago, casa essa que antecedeu o grande Mosteiro de Santos-o-Novo. A Ermida foi sagrada por D. Belchior Beliago, Bispo de Fez, numa fazenda deixada por Diogo Pereira e, sua esposa, Branca de Autoguia. Serviu esta Ermida de Paróquia a St<sup>a</sup> Engrácia, a partir do ano de 1630 e em resultado do Desacato de Santa Engrácia, até ao ano de 1835, ano em que também esta foi alvo de um sacrilégio. No final do século XIX acabou por ser totalmente demolida., in BARTHOLO, Maria de Lourdes, *Uma Panorâmica Inédita de Lisboa dos Princípios do Séc. XVI*, Tese Final de Estágio para Conservador de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, 1955, p. (s/marcação).

<sup>35</sup> SILVA, Augusto Vieira da, *Dispersos*, 2ª Edição, Biblioteca de Estudos Orlisiponenses, Sociedade Tipográfica, Lisboa, 1968, p. 272.

*“O ceremonial expiatório, ordenado por aquele arcebispo, começou com um oitavário na Sé, «armada ricamente com os panos Reaes da tomada de Tunes»(28), a que se sucedeu uma procissão solene com início também na Sé e termo na Igreja de Santa Engrácia. Revestido de dimensão verdadeiramente espectacular, se disse então que, por «ser tãta a nobreza, & povo, q. acompanharão esta procissão [...] a Cidade ficou despejada.» Da nobreza, em particular, «não faltou pessoa conhecida, que não acompanhasse o Santissimo Sacramento indo infinitos Irmãos de todas as Confrarias de todas as Igrejas desta Cidade da mesma Irmandade com suas capas vermelhas, círios, & tochas acesas». Encerrou a cerimónia um oitavário realizado, desta feita, na igreja profanada, para o efeito «ricamente armada fazendosse a festa & culto della de musica, & pregação, ceia, & ricos cheiros» (29)”<sup>36</sup>*

Mais em consonância com o seu estatuto, a nobreza, terá ela própria instituído uma vertente mais elogiosa de se dedicar ao desagravo da situação. Num acto de compromisso foi fundada a Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento, composta por cem dos mais ricos nobres de Portugal.



**Fig. 11** – Insígnia da Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento / Catálogo da Exposição “Obras de Santa Engrácia – O Panteão na República”

<sup>36</sup> JACQUINET, Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves, *Op. Cit.*, p. 13.

Passaram pela Irmandades membros das casas do Louriçal, do Cadaval, de Távora, de Vila Nova de Cerveira, de Barcarena, entre outras. Foi igualmente tomada sob protecção do Rei D. Filipe II, que encabeçou a confraria. Essa protecção revestia entre outros aspectos a sustentabilidade das acções pela confraria praticadas, passando com o andar dos anos, a serem suportadas pela concessão de esmolas. A Irmandade acolheu por parte da realeza mais algumas situações de apadrinhamento, especialmente por parte de D. Pedro II.

Instituiu a Irmandade, que a partir dessa data, nos dias 16, 17 e 18 de Janeiro, se celebrassem umas festas em desagravo do sacrilégio. Festas, essas, que atraíam uma imensa multidão de crentes, de tal modo que a primitiva Igreja se tornou pequena para a receber e acomodar, decidindo a Irmandade, mandar construir uma segunda edificação, de maior porte, no mesmo local.

*“Todos os annos [os Escravos do Santíssimo] o festejão trez dias, com luzidissima pompa, [...], e nelles, trazem publicamente sobre o peito, pendente de hum listão encarnado, huma Medalha com os sinaes da sua escravidão, de que muito de prezão, como devem. Neste primeiro dia, faz a festa a Capella Real, com assistência dos Reys, e Infantes; No Segundo, e terceiro, a fazem varias Religioens por seus turnos, e quasi todas vão em comunidade adorar o sacramento a diversas horas dos três dias; Na tarde do ultimo, assistem outra vez as Pessoas Reays, e na Procissão (com que se dá fim á festa), levam as primeiras varas do Palio.”<sup>37</sup>*

Os festejos em honra do desagravo não se compunham, unicamente, pela vertente litúrgica, os quais se iniciavam e terminavam na igreja profanada, onde o Santíssimo Sacramento, ficava exposto à veneração os fiéis, culminando com a realização de uma majestosa procissão, extravasavam para o universo profano dos festejos, os quais decorriam durante três dias e três noites, nas mais variadas vertentes.

---

<sup>37</sup> JACQUINET, Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves, *Op. Cit.*, p. 33.

Em feição com a época, a Confraria decide resgatar a ofensa ao Santíssimo, com a construção de uma nova igreja no local do templo profanado. Assim, no ano de 1632, decide-se a Irmandade em fazer demolir o Templo profanado, símbolo da heresia cometida, para dar lugar a uma nova edificação ainda mais digna do Santíssimo.

Arrancaram as obras no referido ano de 1632, inicialmente custeadas às expensas dos bens de Simão Sólis, e pelas esmolas de cada escravo da confraria, passando, mais tarde, a comungar de tal resolução o próprio Rei, que passou a contribuir com uma certa quantia para as referidas obras.

Foi encarregue de tão ambicioso projecto o Arquitecto Mateus de Couto, *o Velho*. Posteriormente sofreu este projecto alterações sob o risco de Mateus de Couto, *Sobrinho*. Desta segunda edificação, da Igreja de Santa Engrácia, nada restou numa noite de temporal, no ano de 1681.

Durante o período em que a atenção se centrou na Igreja de Santa Engrácia, também, a Igreja e Mosteiro de S. Vicente, apesar da grande protecção que sempre beneficiou por parte dos soberanos portugueses, seus padroeiros, começou a dar mostras do estado de degradação a que tinha chegado, para além do facto de começar a dar mostras de não ter mais capacidade, pelas suas dimensões, de dar cumprimento às funções que lhe eram exigidas. Por volta de 1582<sup>38</sup>, encontrava-se o Templo em ameaça eminente de ruína, quando decidiram os cónegos iniciar obras de restauro, as quais foram embargadas pelo então Regente de Portugal, D. Filipe I de Portugal (1527/1598). Reclamou, este, o poder que detinha sobre as coisas do reino e decidiu alterar completamente a fisionomia da dita edificação, dando plenos poderes ao arquitecto Felippo Terzi (1520/1597), para que construísse algo digno do soberano que o ordenava.

Facto não alheio à reconstrução, de raiz, da Igreja de S. Vicente, foi o facto de ter sido abandonado o projecto de construção de uma Igreja dedicada a S. Sebastião, mandada construir por D. Sebastião (1554/1578), seu antecessor, junto ao Paço da Ribeira.

---

<sup>38</sup> TRAVASSOS, J. M. D. O., *Breve Notícia do Real Templo e Mosteiro de S. Vicente de Fora e Das Pessoas Reais Que N'elle Jazem*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1863, p. 6.

Foi, então, esta pedra toda utilizada na reconstrução da Igreja de S. Vicente e determinado que, a partir daquele momento, a Igreja passava a acolher, como oragos, os dois mártires, S. Vicente e S. Sebastião.

Ao iniciarem a demolição do antigo edifício, deram como achada a pedra fundadora lançada pelo primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques. Deste segundo templo, ali, edificado, foi lançada a primeira pedra a 25 de Agosto de 1582, pelo Cardeal Arquiduque Alberto de Áustria (1559/1621), que detinha, então, o Cargo de Vice-Rei de Portugal. Mais de quarenta anos depois, a 28 de Agosto de 1629, foi a Igreja oficialmente inaugurada, com a celebração da 1ª missa, prosseguindo as obras de conclusão por mais quase um século.

Apesar de ser genericamente atribuída a Felippo Terzi a autoria da planta da nova Igreja de S. Vicente de Fora, a verdade é que a mesma é referenciada por dois cronistas, dignos e respeitáveis, que no entanto se contradizem. São eles, D. Marco da Cruz, autor do “*Catalogo dos Priores do Mosteiro de Sam Vicente*” escrito em 1626 e D. Nicolau de Santa Maria, autor da “*Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarca S. Agostinho*”, escrita em 1668, onde o primeiro atribui a autoria do desenho a Joan Herrera (1530/1597) e o segundo a Felippo Terzi.<sup>39</sup>

*“A autoria do projecto desta nova igreja (...) está documentalmente referenciada como pertencente a Filipe Tercio, (...) e a Juan de Herrera (...) representa a adesão a um modelo maneirista de forte influência italiana que se irá desenvolver até às experiências barrocas de finais de Seiscentos, constituindo a sua edificação o centro de trabalho dos maiores architectos portugueses que desde os finais do séc. XVI até ao séc. XVIII, como Baltazar Álvares, Pedro Nunes Tinoco, João Nunes Tinoco, Luís Nunes Tinoco e, por fim, Frederico Ludwing e Mateus Vicente de Oliveira (...)”.*<sup>40</sup>

Um século depois de ter sido lançada a primeira pedra da nova Igreja de S. Vicente de Fora, em 1682, foi a vez de se dar início à construção de uma terceira Igreja

---

<sup>39</sup> SEGURADO, Jorge, *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>40</sup> SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Op. Cit.*, p. 828.

de invocação a Santa Engrácia, no preciso local onde foram edificadas as duas anteriores igrejas.

Para o efeito, um ano antes, em 1681, depois de recebidas e analisadas várias propostas, decidiu-se a Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento pela escolha da planta apresentada pelos, então, Mestre Pedreiro João Antunes (1643/1712), para construção de um novo templo em homenagem a Santa Engrácia.

*“Único no género, o programa constituiu uma novidade no meio nacional e assim permaneceu sem continuidade. Distingue-se pela planta centralizada, em cruz grega, onde os quatro braços de igual dimensão, são unidos exteriormente por paredes ondulantes, marcadas nos ângulos por torreões, cuja escala, ritmo e proporção sofrem inspiração italiana.”<sup>41</sup>*

João Antunes terá realizado a planta da igreja tendo em atenção o intento da Irmandade, a encomendante – que pretendia que a igreja, “(...) inserida numa política de perseguição aos cristãos-novos, fosse um símbolo da vitória do Santo Ofício. Para isso era necessário que a igreja se demarcasse das restantes existentes no reino (...)”<sup>42</sup>

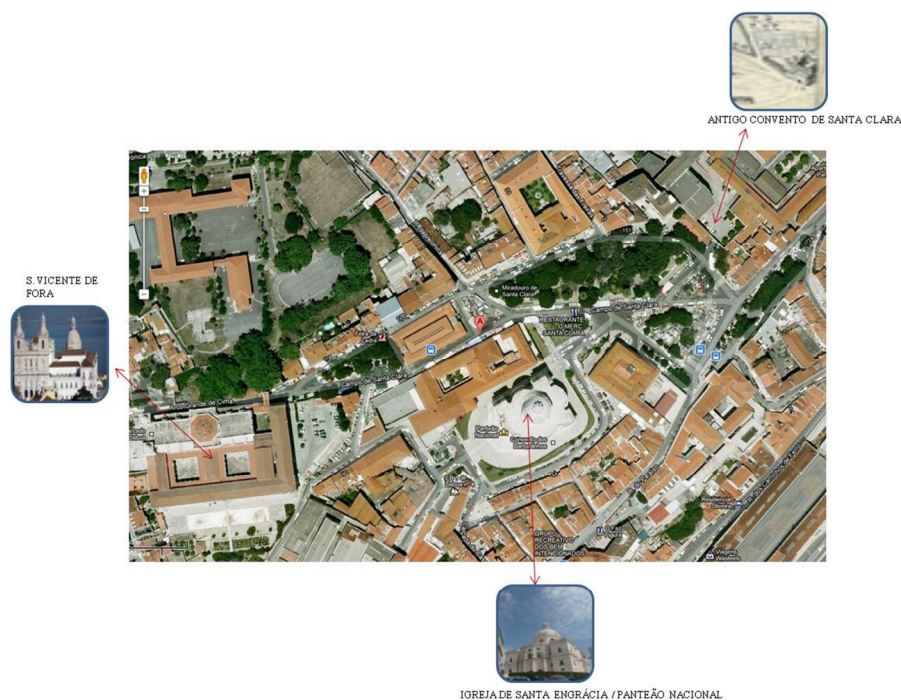
Em 1712, quando o, já então, arquitecto morre, encontrava-se a igreja construída até à cimalha.

---

<sup>41</sup> Catálogo da Exposição, Obras de Santa Engrácia, 2010, Op. Cit., p. 60.

<sup>42</sup> MANTAS, Helena Alexandra Jorge Soares, *O Panteão Nacional – Memória e afirmação de um ideário em decadência. A intervenção da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais na igreja de Santa Engrácia (1956-1966)*, Volume I, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002, p. 10.



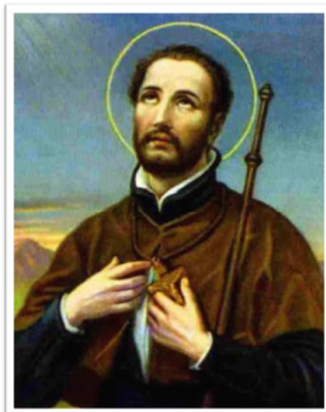


**Fig. 13** - Igreja de Santa Engrácia no Campo de Santa Clara, Mapa Google, 2012.

*“Sta. Engrácia foi um verdadeiro marco de passagem; é um edifício estranhamente isolado no panorama arquitectónico nacional; não pertence ao período anterior nem ao seguinte. Erguida sob o risco de arquitectos nacionais (João Antunes, João Nunes Tinoco, o padre Tinoco, etc), e sob a conjugação das suas ideias próprias com vagos modelos estrangeiros, a igreja faz coexistir uma planimetria estática e centrada com a monumentalidade dos alçados e o ondular das paredes exteriores, o que lhe dá características peculiares (...) Entre um classicismo purificado e a influência do barroco romano mais audaz, Sta. Engrácia concentra em si o melhor da mais erudita leitura portuguesa das correntes europeias, mas dá ao mesmo tempo mostras de um ecletismo de escolha que, embora o templo pareça simbolizar a própria «arquitectura do humanismo» em si, à margem de subcorrentes e subperíodos, ainda se não traduz em ecletismos formais.”<sup>43</sup>*

<sup>43</sup> GOMES, Paulo Varela, *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no Séc. XVIII*, Caminho, Lisboa, 1988, pp. 14/15.

No mesmo ano de 1682, no mesmo ano que se iniciaram as obras da terceira igreja de Santa Engrácia, sob licença de D. Pedro II, foi inaugurada, no Campo de Santa Clara, uma outra casa religiosa, de homenagem a S. Francisco de Xavier (1506/1552).



**Fig. 14** – Imagem de S. Francisco de Xavier

<http://diadossantoscatolicos.blogspot.com/2009/12/sao-francisco-xavier.html>

Jorge Fernandes de Vila Nova, natural e residente em Lisboa, um nobre senhor que recebera de seus pais abastada herança, porque guardava do Instituto da Companhia de Jesus grande estima, decidiu-se realizar o desejo de:

*“(...) acrescentar dous Collegios, hum no bayrro de Alfama, pêra os moradores delle, e pêra os que se estendem diante do Campo de Santa Clara. E outro na visinhança do convento das Religiosas da Esperança, pera os que vivem naquelle sitio, e se avisinham à nova porta de Alcantera. Mas como pera effeytuar a fundaçam dos dous Collegios que Jorge Fernandes julgava necessários em Lisboa, pêra commodidade dos estudantes, nam fossem bastantes os seos cabedaes resolveo, com o que tinha, a fundar hum no bayrro de Alfama, o que dispoz tivesse efeyto por sua morte, ordenando no testamento com que faleceo (...)”*<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Tomo II, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa LXXII, p. 155.

Assim, ao falecer no dia sete de Março de 1677, Jorge Fernandes Vila Nova, deixou escrito em testamento a sua última vontade para o bem dos moradores de Alfama e Santa Clara. Escolheu como local, o que mais lhe aprouvera para o estabelecimento do Colégio da Companhia, com invocação a S. Francisco de Xavier, decidiu-se pela Ermida de Nossa Senhora do Paraíso, caso os Irmãos que nela se encontravam, não levantassem contestação. Em caso de contrariedade deveria, então, a Companhia proceder à escolha de outro local nas redondezas da Ermida. Pretendia que no Colégio se ensinasse a ler, a escrever e a contar, todos os meninos que quisessem aprender, independentemente da sua classe social. Deveriam, igualmente, e ao mesmo tempo aprender a doutrina cristã e os bons costumes que os Padres lhes instruísem. Considerava importante acolher, não só os filhos, mas também os pais que se aproovessem a aprender.

*“(...) E porque o ditto fundador nam só tinha muyto zelo da boa creaçam dos filhos de Lisboa, mas tambem tinha grande zelo do bem das almas, e sabia a utilidade que a ellas rezultava das Missões que costumam fazer os da Companhia, ordenou que dous padres do ditto Collegio, no tempo pera isso mays acomodado, andassem cada anno em missam pello Arcebispado de Lisboa (...) deyxou de pensam ao Collegio que cada anno contribuísse com huma esmola de sessenta mil rés a favor dos Religiosos da Companhia missionários do grande Imperio da China. Encarregou tambem de obrigaçam so Collegio duas missas quotidianas por sua alma, e outras duas pella de seo pay, por elle assim lho ter encarregado, as quaes missas ham a dizer capellães, aos quaes deve o Collegio satisfazer com esmola sufficiente. Tambem deve o Collegio satisfazer a pensam de sessenta mil rés cada anno, pêra esmola de mininos captivos.(...)”<sup>45</sup>*

Como a Irmandade da Nossa Senhora do Paraíso não atendeu a tal desejo, foi obrigada a Companhia a procurar outro local para o dito Colégio, conforme desejo do fundador. Passados quatro anos, em 1682, dois padres da Companhia alugaram umas

---

<sup>45</sup> *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Op. Cit., p. 160.

casas perto da Ermida do Paraíso, e lá deram início ao ensino do latim entre outras matérias.

*“O sitio da casa, ainda que he limitado, logra belíssima vista sobre o rio que lhe fica muy próximo, e quando passam os olhos da agoa do rio os recream com a vista de muytos lugares que descobrem da outra parte delle. E nam só gozam os moradores daquella pequena casa o alivio da boa vista que ella lhe offerece, mas tambem a recreaçam de huma pequena horta, provida de muyta e boa agoa que lhe dá hum poço muy copioso della, com que lhe nam falta nunca boa hortaliça, nam só pera provimento da casa mas tambem pera com ella fazer mimo e regalo, specialmente no tempo do veram a algumas casas a que os Padres se reconhessem a mandam pedir, a que os Padres costumam acodir com boa vontade. E como todos os moradores daquella visinhança conhessem boa vontade em os Padres, todos mostram tambem dezejo de ver adiantada a fabrica da igreja e da casa, que tendo começado há vinte sinco annos se tem adiantado tam pouco que se podia dizer que ainda nam começou, porque na igreja que há de ser ainda se nam lançou a primeyra pedra, e da fabrica que se determina fazer nada está feyto por difficuldades que se tem offerecido, que esperamos se venceram por beneficio do Senhor pera cujo serviço se pretende fazer o Collegio.”<sup>46</sup>*

---

<sup>46</sup> *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Op. Cit., p. 160.



**Fig. 15** – Colégio de S. Francisco de Xavier no Campo de Santa Clara, Mapa Google, 2012.

A par das várias casas religiosas que escolheram o Campo de Santa Clara para a fundação dos seus templos, a partir do século XVII, a zona oriental da cidade foi procurada para a construção de vários Palácios e Quintas. Os seus proprietários, muitas das vezes senhores nobres, com ocupações na Corte ou detentores de altos cargos militares, desempenharam, para a zona, um importante factor de desenvolvimento económico.

Nos Palácios, os factores económicos prendiam-se, com as deslocações ou estadia das famílias, por períodos de tempo mais curtos ou mais longos, nos referidos aposentos, com os jantares e festas que ofereciam, pelo consumo que daí provinha e pela contratação de serviçais com os mais diversos cargos.

*“Todas as famílias com algumas posses tinham vários empregados, já que esse facto era um sinal distintivo em termos sociais, (...) Nas casas os criados eram sujeitos a uma hierarquia de tarefas rígida, cuja importância determinava o seu poder relativo.”<sup>47</sup>*

<sup>47</sup> "Os quotidianos da vida na Lisboa dos séculos da modernidade", Teresa Veiga | PDF, Revista Camões nº15/16 2003, P. 174,

Contribuíram estes Palácios, em conta partida com as casas religiosas, para o ordenamento urbano do local, na medida em que estes foram delimitando o espaço na sua periferia, crescendo na sua sombra um labirinto de ruas e ruelas de casa pequenas, lojas e todos os mais serviços necessário à vida da comunidade. O espaço foi sendo moldado pelas estruturas sociais e pelas práticas dos seus habitantes, numa apropriação determinada por princípios e finalidades.

Da possessão de um edifício apalaçado, de amplas dimensões, com forma quadricular, paredes lisas, despojado de qualquer tipo de ornamentação, para além do escudo de armas da família e uma estátua a tocar uma trombeta, existente no Campo de Santa Clara, a sul da Igreja de S. Vicente e Santa Engrácia, dá-nos conta Castilho:

*“A primeira pessoa da família possuidora do Morgado de Resende que encontramos morando na freguesia de Santa Engrácia e de-certo já nas suas casas do Campo de Santa Clara, D. João de Castro, filho de D. Simão de Castro, senhor de Roriz e de Resende, e de D. Margarida de Vasconcelos, filha de Diogo de Sousa de Vasconcelos, o Galego. (...) (...) D. Helena (...) por intermédio do assento do baptismo desta filha de D. João de Castro, lançado com a data de 13 de Outubro de 1606 é que tivemos conhecimento da sua morada na freguesia.”<sup>48</sup>*

---

In [http://cvc.institutocamoes.pt/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=913&Itemid=69](http://cvc.institutocamoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=913&Itemid=69), (02/11/2011).

<sup>48</sup> CASTILHO, Júlio de, 1940, *Op. Cit.*, p. 264.



Fig. 16 – Palácio dos Condes de Resende no Campo de Santa Clara, Mapa Google, 2012.

O Cargo de Almirante do Reino, foi desempenhado por várias gerações desta família, que na pessoa de D. António José de Castro (1745/1814)<sup>49</sup>, casado em 1741, com D. Teresa Xavier de Távora, recebeu, de D. José I, o título de 1º Conde de Resende por carta de 9 de Junho de 1754, nome que foi, igualmente, atribuído para designar o Palácio (Palácio dos Condes de Resende).

*“Rézende é também um appellido nobre me Portugal, cuja família procede de Martim Affonso de Bayão, que deixou o appellido da sua varonia (Bayão) por haver herdado o senhorio de Rézende, por sua mãe, D. Urraca Affonso.”*<sup>50</sup>

<sup>49</sup> **D. António José de Castro (1719/1782)**, desempenhou as funções de Almirante de Portugal, um alto cargo criado por D. Dinis, no século 13, com a função de exercer o comando da Armada Real, tendo sido nomeado como primeiro titular o genovês Manuel Pessanha. Deixou, anos mais tarde, de estar o cargo ligado à função de comando naval, passando a ser um título honorífico e hereditário, detido pelos Condes de Resende desde o início do século 18.

<sup>50</sup> LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, Op. Cit., p. 162.

“No 1º quartel do séc. XVII veio para Portugal João Baptista Cordes, nomeado por Filipe III de Espanha e II de Portugal como tesoureiro do fisco real.”<sup>51</sup>Terá João Baptista mandado a Quinta de Nossa Senhora da Conceição. Descendentes de João Cordes, terão, mandado construir um Palácio ao Campo de Santa Clara, segundo nos diz Vilhena Barbosa:

“(…)este palácio da família Sinel de Cordes foi construído pouco depois de 1740 (2), sem contudo nos informar se esse pouco depois vai até ao terramoto ou se estende além dele. Por nossa parte o que sabemos é que os Condes moraram nas suas casas da rua Direita do Loreto até às proximidades do cataclismo de 1755, conforme nos elucidam os livros paroquiais da freguesia da Encarnação. Lá estavam em 1751 quando na

---

<sup>51</sup> Quando **João Baptista Cordes**, nomeado por Filipe III de Espanha e II de Portugal como tesoureiro do fisco real, veio para Portugal mandou edificar um solar à beira da Ribeira de Barcarena, a Quinta de Nossa Senhora da Conceição. Mais tarde a Quinta foi pertença de Baltazar António Sinel de Cordes e de Mariana Antónia Clementina Ludovice, a qual deixou a seu filho João José Sinel de Cordes (1867-1930) o qual acaba por casar com a sua prima direita, Maria da Conceição La Roche Ludovice. João José foi um dos generais que fizeram o movimento do 28 de Maio de 1926 e foi ministro das Finanças do Estado Novo.

“Se todo o edifício reflecte uma pretensa austeridade de cariz medieval, mas pautado por conjuntos de azulejos do século XVII, a capela, de reduzidas dimensões, denota a plena utilização de uma linguagem protobarroca, de final de Seiscentos. O contraste entre o exterior, de grande sobriedade e apenas marcado pela existência de uma sineira, e o interior da capela, de forte sentido decorativo, é muito acentuado, reflectindo, de alguma forma, as imposições ditadas pelo Concílio de Trento. (...) o conjunto de azulejos que reveste a zona inferior das paredes da capela encontra-se assinado **por Gabriel del Barco**, o pintor de azulejos de origem espanhola, que trabalhou em Portugal no final do século XVII e inícios do seguinte, introduzindo a pintura figurativa azul e branca, à qual conferiu grande notoriedade, através de um desenho simples mas trabalhado em pinceladas de forte expressividade.(...) Gabriel del Barco chegou a Portugal como pintor de tectos, tendo desenvolvido esta actividade durante algum tempo. Razão pela qual se encontram atribuídas a este artista as pinturas a têmpera da abóbada da capela, representando grinaldas, anjos, frutos e conchas, de tonalidades vermelha, verde e dourado, que enquadram um medalhão central com a cena da Visitação, onde se podem ler as palavras pronunciadas por Santa Isabel “Exultavit infans in utero meo”, ou seja, “saltou de alegria o menino em meu seio” (Lc. 1, 44) (MECO, 1979, p. 108).” Na Capela, dedicada a D. João de Baptista, o retábulo de embutidos em mármore é atribuído ao Arquitecto **João Antunes**. Capela de Nossa Senhora da Conceição ou Quinta de Sinel de Cordes, In <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74289/>, visualizado em 31 de Outubro de 2011.

respectiva paroquial, em 8 de Setembro, se baptizou com o nome de Manuel um filho de António Luiz Sinel de Cordes e de sua mulher D. Ana Margarida Sanches de Almeida do Amaral, filha do desembargador António de Sanches Pereira (3); em 1752 quando no dia 24 de Maio faleceu Baltazar Peles Sinel de Cordes escrivão da Câmara do Desembargo do Paço, casado com D. Marta Prudenciana Manso de Medeiros e pai do António Luiz citado (4); e em 1753 quando em 27 de Julho nasceu Baltazar, baptizado em 15 de Agosto (5) e irmão do Manuel a que já nos referimos.”<sup>52</sup>



Fig. 17 - Palácio Sinel de Cordes no Campo de Santa Clara, Mapa Google, 2012.

Defronte de onde existiu em tempos o Convento de Santa Clara, foi mandado construir, no início do século XVIII, por “ (...) Pedro de Mendonça, filho de Tristão de Mendonça, Comendador de Mourão, Capitão de Chaul, e de D. Maria de Albuquerque, filha de Lopo de Albuquerque e de D. Joana de Bulhão.”<sup>53</sup> um vasto edifício conhecido pelo nome de Palácio da Cova. Anos mais tarde, foi mandado ampliar, pelo Cardeal

<sup>52</sup> CASTILHO, Júlio de Castilho, 1940, Op. Cit., p. 270.

<sup>53</sup> CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga - Bairros Orientais*, 2ª Edição Revista e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva, Volume I, Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1939, p. 104.

## O Campo de Santa Clara, em Lisboa Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

Arcebispo de Lisboa, D. António de Mendonça, tendo desaparecido em 1717 em resultado de um enorme incêndio.

Do lado norte do Campo, foi mandado construir, em meados do século XVIII, por D. Tomas de Almeida, primeiro patriarca de Lisboa, um Palácio no local “(...) em que a Infanta D. Maria, filha de D. Manuel, possuía casas de habitação que davam acesso ao célebre Convento de Santa Clara (...)”<sup>54</sup>

E onde, D. Tomas, fez demolir umas casas que:

“(...) segundo corre impresso, tinham sido construídas no terceiro quartel do século XVII pelos ascendentes do mencionado patriarca (...) em 1619, já vamos encontrar domiciliados na freguesia de Santa Engrácia, D. António de Almeida e sua mulher D. Madalena de Ataíde, bisavós de D. Tomaz de Almeida.”<sup>55</sup>



**Fig. 18** – Palácio dos Marqueses do Lavradio no Campo de Santa Clara, Mapa Google, 2012.

<sup>54</sup> SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Op. Cit.*, p. 294.

<sup>55</sup> CASTILHO, Júlio de, 1940, *Op. Cit.*, p. 259.

A família dos marqueses de Lavradio era considerada uma das mais ilustres famílias do reino de Portugal.

*“Teve como principio em Payo Guterres, esforçado cavalleiro de D. Sancho I, ao qual, por ter tomado aos mouros a praça de Almeida, appellidaram o Almeidão. Era filho de Soeiro Paes e neto de Pelayo Amato, fidalgo da corte do conde D. Henrique (pae de D. Afonso I) e seu amigo e companheiro.*

*Teem os srs. Marquezes de Lavradio a honra de contar entre os seus nobilíssimos ascendentes, o grande D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da India.”*<sup>56</sup>

Em consonância com a condição social da família, foi mandado erguer o imponente edifício que dá pelo nome de Palácio do Lavradio. Sob o risco do Arquitecto João Frederico Ludovice (1670/1752), caracteriza-se o edifício por ser um dos exemplares da arquitectura civil barroca do período joanino. Depois de concluído a obra, o Palácio foi oferecido por D. Tomás de Almeida ao seu sobrinho, D. António de Almeida Soares Portugal e Alarcão Eça e Melo, 4º Conde de Avintes e 1º Conde e Marquês do Lavradio.

Ainda, a norte do Campo, próximo do Palácio do Lavradio, surgiu em meados do século XVIII, sob o risco do Arquitecto Manuel da Costa Negreiros (1701/1750), um outro Palácio, mandado fazer por Luís Xavier Furtado de Mendonça, 4º Visconde de Barbacena.

O edifício foi construído fugindo ao padrão mais comum dos palácios portugueses. Sobre a forma quadricular, cujo corpo central, foi rasgado por janelas e varandas, ostenta no portal, centrado entre duas varandas do andar nobre, o brasão da família Barbacena.

---

<sup>56</sup> LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, *Op. Cit.*, p. 60.

## O Campo de Santa Clara, em Lisboa Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

Numa das salas, ostenta no tecto uma vistosa composição pictural alegórica (Vénus e Eros rodeados de Cupidos)<sup>57</sup>, obra de José António Narciso. Ainda sobre informações recolhidas por Castilho:

*“No palácio e oratório dos Ex.mos Viscondes de Barbacena – (no Campo de Santa Clara) – se conserva um cofre de prata, que mandou o Pontífice Gregório XIII a el-Rei D. Sebastião, e contém um pedaço de ferro de umas setas de S. Sebastião banhada em sangue;”*<sup>58</sup>



**Fig. 19** – Palácio dos Condes de Barbacena no Campo de Santa Clara, Mapa Google, 2012.

No dia 1 de Novembro de 1755, deu-se em Lisboa um sismo de grande magnitude, seguido de um tsunami e de múltiplos incêndios que durante vários dias, destruindo grande parte da cidade de Lisboa. O terramoto teve um elevado impacto sócio-económico para a sociedade portuguesa e principalmente para a capital e seus residentes. O facto de o sismo ter ocorrido no dia de Todos-os-Santos e ter destruído

<sup>57</sup> MOITA, Irisalva, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Junta Distrital de Lisboa, 2º Tomo, Lisboa, 1975, p. 184.

<sup>58</sup> CASTILHO, Júlio de, 1939, *Op. Cit.*, p. 84.

grande parte das igrejas da capital, foi visto à luz da época, como sendo um castigo de Deus-Todo-Poderoso, no entanto sem explicação aparente ou pelo menos perceptível.

A família real que escapou ilesa à catástrofe, decidiu mudar-se para a Ajuda, mandando construir para seus aposentos um luxuoso complexo de tendas, que ficou denominado a Real Barraca da Ajuda. Toda a cidade “antiga”, principalmente, na parte baixa da cidade teve de ser toda reconstruída.

No que ao Campo de Santa Clara diz respeito, apesar de ter sido considerado um dos locais menos afectados da capital, teve a lamentar a perda total do Convento de Santa Clara, com o acréscimo da morte muitas pessoas que se encontravam no seu interior.

*“Com as lágrimas nos olhos entro a escrever a memoria deste famoso Mosteiro de Santa Clara de Lisboa. Antes do terramoto do anno de 1755 era aquella clausura a mais respeitável entre os mosteiros de religiosas da Côrte pela sua grandeza e observância regular. Delle se faz memoria em varias partes da Coronica Serafica, principalmente na sexta parte que escrevemos, e ainda não sahio á luz do publico. A grandeza dos mosteiros como huã villa, o calustro era o mais espassozo que tinha a Côrte, e a igreja era hum sumptuoso templo. A prata que tinha se avaliou em quarenta mil cruzados. As rendas chegavaõ a dezoito mil cruzados, com empenho grande. Entre religiosas, educandas e seculares, creadas e recolhidas, chegavaõ ao numero de sette centas pessoas. O terremoto lançou por terra a igreja e coro, e também muitos edificios interiores. Morreraõ no coro debaixo das ruínas, e também pelo âmbito do mosteiro, duzentas pessoas das moradoras nelle, em que se contavaõ 10 religiosas mortas. Na igreja morreraõ dous religiosos, e bastantes pessoas seculares.”<sup>59</sup>*

---

<sup>59</sup> SILVA, A. Vieira da, *Memórias Curiosas em que, por estes annos de 1778, se acham as principaes cousas da Corte de Lisboa, Por Fr. António do Sacramento, Com uma notícia sobre o original manuscrito*, Biblioteca da “Feira da Ladra”, Fascículo I, A Oficina do “Tombo Histórico”, MCMXXXIX, p. 35.

Também na Igreja de S. Vicente de Fora, foram registados avultados prejuízos e perdas:

*“O zimbório do templo era a cousa mais magnífica que tinha a Côrte, assim na altura como na sua arquitectura. Com os movimentos do terramoto, que durou nove ou dez minutos, desencaxaraõ aquella admirável maquina, e se despenhou, parte das pedrarias para a rua á parte do norte, e a mayor parte no meyo do cruzeiro, offendendo muito as simalhas reais que em sirkulo o sustentavaõ.”<sup>60</sup>*

Logo após ao cataclismo, fugidos pelo medo de que tudo se voltasse a repetir, serviu o Campo de Santa Clara, pelas suas dimensões e largueza, de abrigo às centenas de pessoa, que das freguesias vizinhas saíram em busca de um local desprovido de edificações, para aí montarem uma barraca.

*“Aquelle espaçossíssimo terreiro esteve durante o resto do inverno, e por todo o anno seguinte, convertido em um grande acampamento, pois que, prolongando-se os abalos da terra por alguns mezes, e dando ouvidos a credulidade popular ás sinistras prophcias que circulavam de boca em boca, annunciando que a cidade se subverteria no primeiro anniversario do cataclismo, ninguém ousava, por mais incommodos que sofresse, deixar a barraca armada no meio de um campo, praça, ou quinta, para ir habitar de novo nas estreitas ruas da cidade, embora ficassem as suas casas de pé, e incólumes.”<sup>61</sup>*

Com o passar dos dias, a terra deixou de tremer, e o tempo foi apagando da memória dos sobreviventes os horrores sofridos. Incutidos pelo rigor do inverno, muitas pessoas voltaram para as suas casas, muito mais cómodas que as tendas improvisadas.

---

<sup>60</sup> SILVA, A. Vieira da, MCMXXIX, Op. Cit., p. 27.

<sup>61</sup> BARBOSA, Vilhena, *Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inéditos)*, Archivo Pitoresco, Volume I, Lisboa, 1858, p. 30.

*“(...) mas outras, em grande numero, preferiram edificar novas casas em sitio desaffogado, onde pudessem viver com mais confiança.”<sup>62</sup>*

### 2.3. O Campo de Santa Clara e o Período Contemporâneo

Apesar dos impactos negativos, pode concluir-se que o terramoto contribuiu grandemente para o crescimento populacional na parte oriental da cidade, mais especificamente no Campo de Santa Clara, pelo facto de ter sido este local escolhido, por muita gente das redondezas, para recomeçar uma nova vida.

Ao contrário dos Condes de Resende, que aterrorizados pelo ocorrido, deixaram ao abandono o seu ancestral Palácio, e à semelhança da Família Real, procuraram refugio, lá para os lados da Ajuda, próximo da Real Barraca, outros foram, que como os Sinel de Cordes, fugiram das suas casas em ruínas para se refugiarem no Campo de Santa Clara.

Certo é que o Campo de Santa Clara pela qualidade de vida que proporcionava aos moradores, oferecendo-lhes um amplo espaço, tranquilo, com uma soberba vista para o rio, conquistou o coração dos Resende que regressaram ao Palácio, assim como de muitos outros Lisboaetas, que por lá se estabeleceram. **[Mapa 1]**

Sob a promulgação da Lei que mandou expulsar todos os Jesuítas, do reino de Portugal, deu-se como extinto o Colégio de S. Francisco de Xavier, que, em 1797, terá acolhido nas suas instalações o hospital da Real Armada:

*“Para Hospital privativo da marinha, Sousa Coutinho consegue obter o edifício do antigo Convento de S. Francisco de Xavier, (...) que depois da sua expulsão do reino pelo Decreto de Pombal de 3 de Setembro de 1759, tinha sido adaptado a asilo de mulheres, designado por*

---

<sup>62</sup> BARBOSA, Vilhena, *Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inéditos)*, Archivo Pitoresco, Volume I, Lisboa, 1858, p. 30.

*Recolhimento do Castelo (...) Hospício dos Jesuítas (...) que por ordem do Ministro Sousa Coutinho, (...) teve de procurar outro edifício (...) a fim de que no mesmo local se construísse o novo Hospital Real da Marinha, «sólido, cómodo e sadio», segundo a expressão do autor desconhecido do projecto, e cuja necessidade tanto se fazia sentir «porque os doentes estavam muito mal acomodados no Desterro.»<sup>63</sup>*

Foi adquirido um terreno contíguo, a poente, ao Conde de Resende, pelo valor de 1 300\$00, para ampliação do espaço que se mostrava insuficiente para acolher o novo hospital. As obras de adaptação do edifício às novas funções, mandadas fazer sob o risco de Francisco Xavier Fabri<sup>64</sup>, levaram bastantes anos a ser concluídas, datando-se de 1806 a transferência dos primeiros doentes internados no Convento do Desterro, assim como o pessoal médico e auxiliar. Parte da estrutura térrea do antigo edifício terá sido integrada na nova construção. No entanto, devido à necessidade de acompanhar a rápida evolução tecnológica no tratamento dos doentes, foi necessário proceder a algumas transformações estruturantes arrasando com grande parte das primitivas estruturas internas.

Segundo um esboço pertencente ao arquivo do Comandante D. Carlos de Sousa Coutinho :

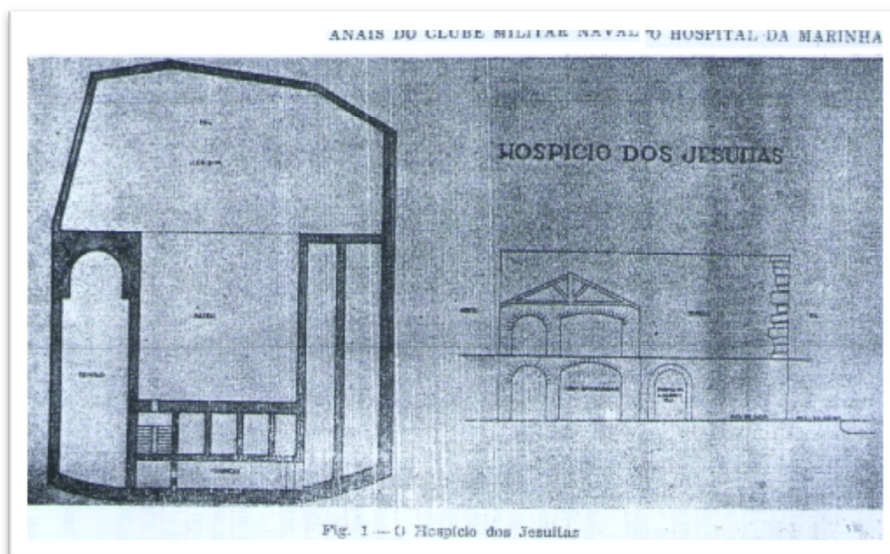
*“(...) o Convento dos Jesuítas era um edifício de três corpos com a configuração de um U, em torno de um pátio a que se seguia um jardim, a meia encosta, aberto ao Sul (...) Sobrepondo a planta, que é de 1946, do actual 2º pavimento, ao esboço da planta do antigo Hospício (Fig. 3), verifica-se que o corpo central, subterrâneo para o lado da Rua do Paraíso, foi mantido, e que o antigo Convento foi todo incorporado na construção do Novo Hospital Real da Marinha, (...)”<sup>65</sup>*

---

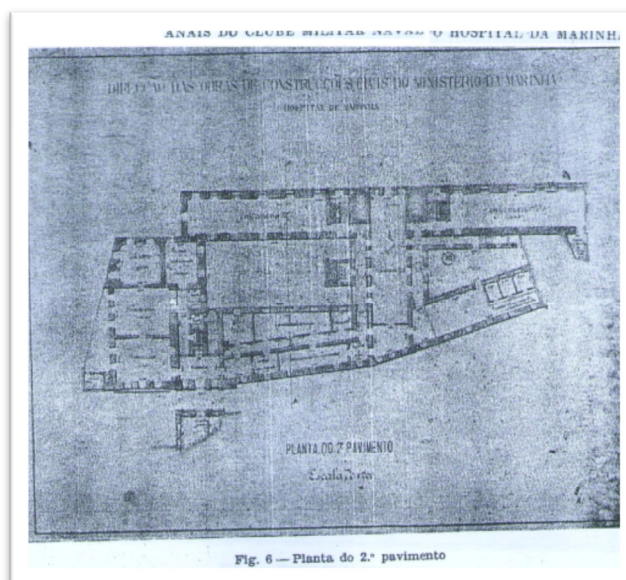
<sup>63</sup> FARO, Emílio de Tovar, “O Hospital da Marinha – Suas Origens (Subsídios para a história do Serviço de Saúde Naval)” in Anais do Clube Militar Naval, Volume XCVII, Lisboa, 1967, p. 767

<sup>64</sup> ALMEIDA, Abel Fernandes de, *Campo de Santa Clara e sua Envolvente*, Quilate, Albergaria dos Doze, 2009, p. 104.

<sup>65</sup> FARO, Emílio de Tovar, Op. Cit., p. 771.



**Fig. 20** – Hospício dos Jesuítas – Anais do Clube Militar Naval



**Fig. 21**– Planta do 2º Pavimento do Hospital Real da Marinha, Anais do Clube Militar Naval

Do Hospital da Marinha saiu toda a estrutura dos Serviços de Saúde da Armada Portuguesa e do Ultramar, tendo sido utilizado como centro de estudos protagonizados pelo Dr. Bernardino A. Gomes Filho (1806/1877), que serviu a Marinha, durante largos anos, com muita dedicação, trabalho que lhe valeu ser agraciado com a Ordem da Torre e Espada.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

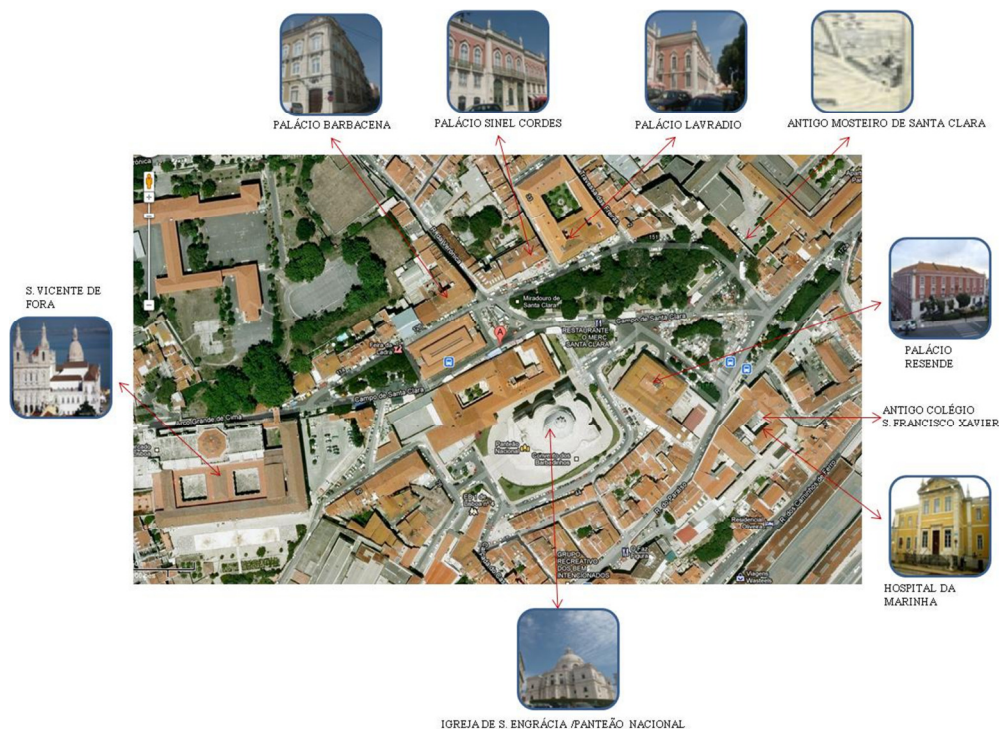
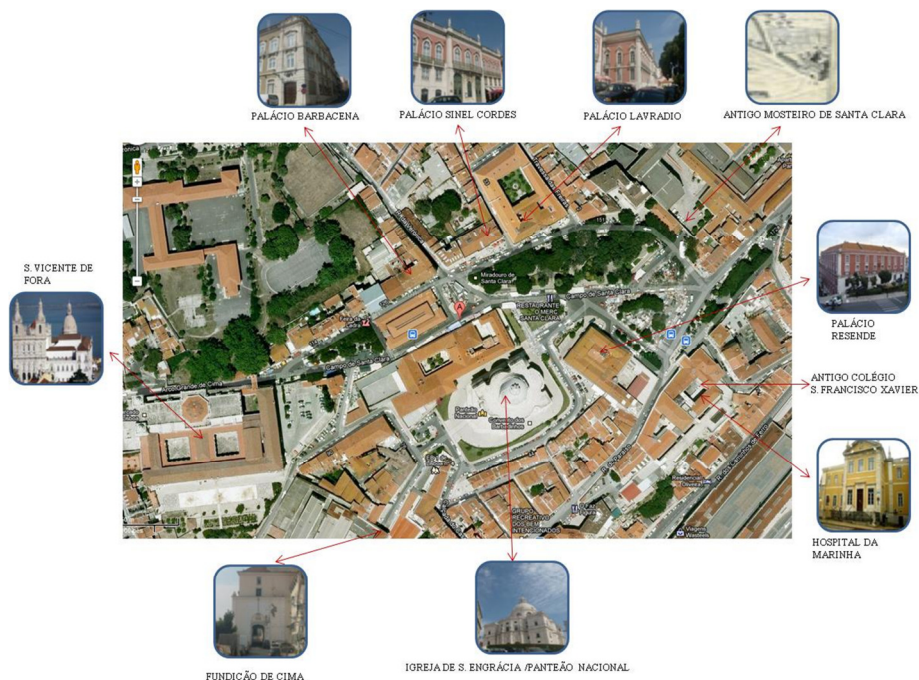


Fig. 22 – Hospital da Marinha no Campo de Santa Clara, Mapa Google, 2012.

Com o objectivo de garantir o fabrico, aquisição, guarda, conservação e distribuição de armas ligeiras, artilharia e diverso outro material de guerra, foram criadas, em 1640, as Tercenas da Porta da Cruz. Além das fundições da Fazenda Real, existiam outras particulares, como é o caso das do Postigo do Arcebispo, de Santa Engrácia, Santa Clara, etc. Tudo leva a crer que, no reinado de D. João III (1502 /1557), a Fazenda Real se tenha apossado das fundições particulares, ampliando e agrupando as do Postigo do Arcebispo e as de Santa Engrácia numa única. Perante a situação de fragilidade em que o domínio filipino deixou Portugal, houve a necessidade de recorrer à importação de armamento. No reinado de D. João V (1689 /1750), foi ordenada a construção de uma oficina de fundição de artilharia, num local que se passou a denominar de “Fundição de Baixo”, por oposição à antiga “Fundição da Coroa Real”, que por estar situada num local alto, se passou a denominar “Fundição de Cima”<sup>66</sup>.

<sup>66</sup> SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Op. Cit.*, p. 425.

## O Campo de Santa Clara, em Lisboa Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*



**Fig. 23** – Fundação de Cima no Campo de Santa Clara, Mapa Google, 2012.

A Fundação de Cima, composta por diversas “casas”, era a fundição que mais laborava, no entanto, por indicação do Conde de Lippe (1724 /1777), houve a necessidade de construir mais 3 fornos de tijolos refractários para a produção de obuses de campanha. A data de “1762” que se encontra inscrita na verga do portão de entrada, assinala a conclusão destas obras, assim como, o início da chefia de Bartolomeu da Costa (1731/1801), Oficial do Exército, intendente geral da fundição de Artilharia. Em 1771, sob a sua chefia e a mestria do escultor Machado de Castro (1731/1822), foi executada, na Fundação de Cima, a estátua equestre de D. José I<sup>67</sup>.



**Fig. 24** – Porta de entrada na Fundação de Cima

<sup>67</sup> A estátua equestre de D. José, que foi colocada na Praça do Comércio, em Lisboa, foi fundida num jacto único, pesando 29 371kg, que com 5 874 Kg de armação, perfaz um total de 35 245 Kg, com uma altura de 6,93m. Na fundição desta estátua empregaram-se 38 564 Kg de bronze.

*“Em 1764, a Tenência, sob cuja jurisdição estava na Fundação de Cima, passou a Arsenal do Exército, mas esta mudança de nome não trouxe alterações ao regime anterior.”<sup>68</sup>*

Desde a sua fundação em 1764 até 1802, o Real Arsenal do Exército foi organizado por várias fábricas, depósitos, repartições e paióis, cujas instalações se estendiam por esta zona da cidade. Sob indicação do Marquês de Pombal foi estabelecida sobre as ruínas do Convento de Santa Clara de Lisboa, totalmente destruído pelo terramoto, um depósito de Artilharia, que funcionava como estabelecimento de apoio à Fundação de Cima, que dava pelo nome de Parque de Artilharia. Mais tarde, esse local foi aproveitado para construir outra fundição, a Fundação de Santa Clara, a que foi acrescentada, no ano de 1864, a Fábrica de Armas. **[Mapa 2]**

Neste mesmo local, no ano de 1842, o Tenente - General José Baptista da Silva Lopes (1784/1857)<sup>69</sup>, Barão de Monte Pedral, com a clara intenção de vir a criar um núcleo museológico, determinou as medidas necessárias para se reunissem e classificassem, objectos raros e curiosos, modelos de máquinas e aparelhos, armas de vários géneros, etc., em depósitos próprios **[Doc. I]**

*“(...) que deram origem, em 1851 pelo decreto que reformou o Arsenal do Exército, ao Museu de Artilharia (4), que aqui se iria manter mais vinte e cinco anos, durante os quais, a ele se referiram alguns mestres lisiponenses tais como Barbosa Vilhena (5), através de que ficámos a*

---

<sup>68</sup>SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Op. Cit.*, p. 426.

<sup>69</sup> **José Baptista da Silva Lopes**, nasceu em 1784 e morreu em 1857. Foi colocado como 1º Tenente no Regimento de Artilharia de Elvas, distinguindo-se no cerco de Badajoz. Tomou parte da insurreição do Porto, na época de D. Miguel e passou a exercer o Comando Geral de Artilharia das forças de D. Pedro. Foi um dos principais autores da reorganização do exército, levada a cabo em 1834. Em 1835 recebe, das mãos da rainha D. Maria II, o título de Barão de Monte Pedral. Exerceu o cargo de Inspector-Geral do Arsenal do Exército, prestando relevantes contribuições para a instituição. Em 1845 foi nomeado Tenente-General e, em 1849, é nomeado Par do Reino. In [http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2011\\_04\\_01\\_archive.html](http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2011_04_01_archive.html) (Janeiro 2012)

*saber que o Museu «ocupava um vasto salão (...) que entretanto, com a reorganização da Arma de Artilharia, em 1869, passou a estar a cargo do director da Fábrica de Armas, a que Pinho Leal (8) faz, também, referência designando-o por «Museu de Artilharia (...)»(9), até à sua transferência definitiva, em 1876, para as instalações do extinto Colégio dos Aprendizes da Fundação de Baixo, (...)»<sup>70</sup>*

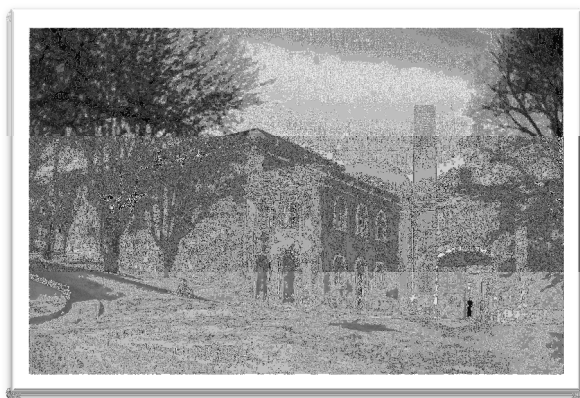
Devido às diversas reestruturações sofridas por este organismo, e apesar dos vários melhoramentos ocorridos, no ano de 1867, o Real Arsenal do Exército admitiu por parte do General Fontes Pereira de Melo (1819/1887), a sua primeira extinção. Pelo que no decreto de 18 de Dezembro de 1902, o qual aprovava o novo regulamento do Arsenal, deixaram de estar incluídas a Fundação de Cima e a Fábrica de Armas, por se encontrarem notoriamente obsoletas.

Nas instalações desocupadas da antiga Fábrica de Armas, por Decreto nº 13.171 de 17 de Fevereiro de 1927, é criada a Fábrica de Equipamentos e Arreios, com a finalidade de se “(...) proceder à manufactura e reparação de correame, equipamentos individuais, arreios e equipamentos regimentais”<sup>71</sup> Pelo Decreto-lei nº 49.188, de 13 de Agosto de 1969, foi extinta a Fábrica Militar de Santa Clara e incorporado o seu património nas Oficinas Gerais de Fardamento que passaram a designar-se por Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

---

<sup>70</sup> “*Museu fabril das OGFE – Pressupostos históricos e museológicos na origem do projecto*”, in Revista Casão Militar, Lisboa, 2001-2002, p. 6. Neste artigo as referências são:” (4) *Decreto-régio de 10 de Dezembro de 1851, que organiza o Arsenal do Exército, cujo artigo 19º continha a seguinte disposição: «Fica garantida a existência do Museu de Artilharia, actualmente estabelecido no Arsenal do Exército e o Governo proverá o desenvolvimento de todas as suas partes, sem prejuízo dos outros estabelecimentos e ramos de serviço»;* (5) *Vilhena Barbosa, «Fundição do Campo de Santa Clara» in: Archivo Pitoresco, Semanário Ilustrado, v.6, Lisboa, 1858;* (8) *Pinho Leal. Dicionário de Portugal antigo e moderno, v.4, 1874;* (9) *Idem, p. 184.*”

<sup>71</sup> “*Fotobiografia OGFE*”, in Revista Casão Shopping, Lisboa, 2001, p. 9.



**Fig. 25** – Porta de entrada das OGFE – Fábrica no Campo de Santa Clara, [1898 e 1908] Fotografia não identificado, AFCML

O antigo Arsenal do Exército era composto de três edifícios: Fundição de Baixo, Fundição de Cima e Fundição de Santa Clara. Na Fundição de Baixo foram feitas as novas instalações para acolher o espólio do Museu de Artilharia, hoje chamado de Museu Militar. Encontra-se lá depositado, entre outras preciosidades e curiosidades, o carro que fez o transporte da estátua equestre de D. José para o Terreiro do Paço, sob a tutela do museu encontram-se guardados na antiga Fundição de Cima os moldes da referida estátua.

A Fundição de Cima é uma construção que, à partida, não se revela digna de um interesse especial, regista na sua memória um acontecimento importante e único da cidade de Lisboa, a fundição da estátua equestre de D. José, sob a direcção do general de engenharia Bartolomeu da Costa e a destreza do mestre Machado de Castro, a qual foi colocada no Terreiro do Paço no ano de 1775 e marcou um ponto de viragem na história da estatuária portuguesa.

*“Trata-se da primeira estátua equestre realizada em Portugal, sendo também, neste país, um dos primeiros monumentos escultóricos feitos na rua dedicados a uma pessoa viva. Ela tornou-se, pois, a referência de uma nova actividade, até então cingida à representação de santos.”<sup>72</sup>*

---

<sup>72</sup> Centro Nacional de Cultura in <http://e-cultura.sapo.pt/DestaqueCulturalDisplay.aspx?ID=589>, (Dezembro de 2011).

A Fundação de Santa Clara ou a “Fábrica de Armas”, edifício construído no local onde existiu o Convento de Santa Clara, passou, em 1927, a designar-se Fábrica de Equipamentos e Arreios. Neste local foram instaladas, mais tarde, as Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamentos (OGFE).<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> As OGFE tiveram a sua origem, em 1884, numa pequena Oficina de Alfaiate, criada no antigo Quartel do Regimento de Artilharia N.º 4 do Campo Entricheirado de Lisboa, no Palácio dos Condes de Resende. Ao ganhar amplitude, a Oficina é transformada, por decreto de 25 de Agosto de 1903, em Oficina e Depósito de Fardamento da Grande Circunvalação Militar do Sul. Anos mais tarde foi criado pelo decreto de 11 de Abril de 1907, o Depósito Central de Fardamentos. Desenvolvidos estudos no sentido de se criar um novo modelo de bota de infantaria (mod. 1911), a fábrica é ampliada instalando-se, no ano de 1911, no inacabado Edifício de Santa Engrácia. Devido às deficientes condições que o edifício oferecia, foram adquiridas umas instalações no Rio Seco. Em 1926, com o desdobramento do Depósito Central de Fardamentos, em Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado e em Depósito Geral de Fardamentos, receberam as Oficinas em troca do seu património no Rio Seco, a parte superior do Edifício da Fundação de Cima. Em 1942, é inaugurada uma nova Fábrica de Calçado, no Largo do Outeirinho da Amendoeira (Terrenos anexos à Fundação). Em 1957 é instituído nas instalações do Palácio dos Condes de Resende, o Centro Comercial das OGF. *“As Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento - OGFE, são um Estabelecimento Fabril do Exército nascido, em 1 de Setembro de 1969, da fusão das Oficinas Gerais de Fardamento - OGF com a Fábrica Militar de Santa Clara - FMSC. Embora, ao longo da sua existência, estes dois antigos Estabelecimentos Militares, tivessem conhecido outras designações, pode dizer-se que as OGF nasceram em 1903, com a criação, em Lisboa, de uma Oficina e Depósito de Fardamento e que a FMSC teve origem na Fábrica de Equipamentos e Arreios, criada no ano de 1927. Remontando a 1907, vemos que a Oficina e Depósito de Fardamento transforma-se, pela necessidade crescente de se constituírem reservas avultadas para abastecimento das tropas, no Depósito Central de Fardamentos - DCF que, como o seu nome indica, centralizou a aquisição das matérias-primas e a manufactura dos fardamentos para todo o Exército. Alargou-se o seu âmbito, em 1911, com a criação da Sucursal do Porto e a entrada em funcionamento da Fábrica de Calçado, no Edifício de Santa Engrácia, onde se laborou até 1942, ano da instalação definitiva na “Nova Fábrica”, dando origem a um Bloco Industrial situado no extremo ocidental do Campo de Santa Clara, no local da antiga Fundação de Canhões do Real Arsenal do Exército. (“Fundição de Cima”) Em 1926, o DCF, ao ser definido o seu âmbito como Estabelecimento Fabril de Produção do Ministério da Guerra, é desdobrado em Depósito Geral de Fardamento - DGF e Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado - OGFC. Esta última designação, pela Lei n.º 2.020, de 19 de Março de 1947, foi encurtada para OGF, tendo-se mantido até 1969, ano da já referida junção. A partir desta, e com a entrada em funcionamento das sucursais e delegações ultramarinas, devido à Guerra de África, a área industrial das OGFE, atinge a sua máxima extensão, ocupando também o extremo oriental do Campo de Santa Clara, local da antiga Fundação do mesmo nome e da Fábrica de Armas, cujo espólio deu origem ao Museu de Artilharia que aqui nasceu e funcionou, de 1851 a 1876, ano da sua instalação definitiva nas dependências desocupadas da antiga*

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

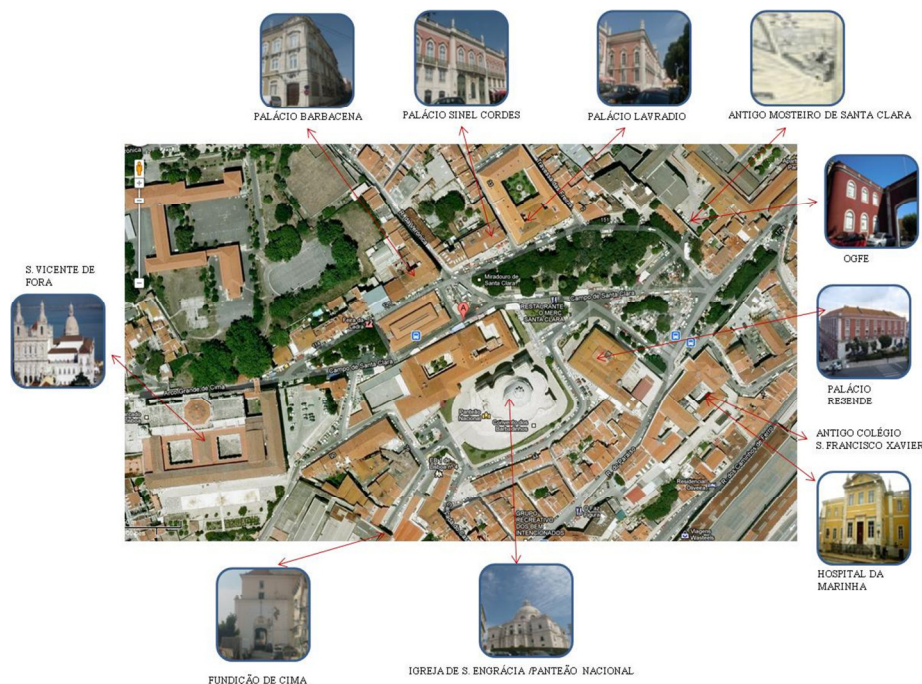


Fig. 26 – OGFE no Campo de Santa Clara, Google, 2012.

No decorrer do ano de 1779, a corte mariana desdobrava-se em atenções na reconstrução e construção de casas religiosas, sendo a mais emblemática de todas elas, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Grande destaque teve igualmente o convento que nasceu no Campo de Santa Clara, no mesmo local onde mais de um século antes, ocorreu o desacato de Santa Engrácia, um Convento de desagravo ao Santíssimo, que mais tarde foi apelidado de “Conventinho do Desagravo”. Situado defronte da fachada norte da Igreja de Santa Engrácia foi “*Acolhido em ambiente festivo, «com a pompa usual d’aquellas épocas, não se falando durante muito tempo n’outra coisa», o tão aguardado Conventinho saldou, com o seu advento, uma dívida ao lugar onde tudo se preparar para o acolher.*”<sup>74</sup> [Mapa 3]

---

*Fundição de Baixo.*” A actividade comercial deste Estabelecimento Fabril, desenvolvida pelos Serviços Comerciais e Centros Comerciais de Lisboa e Porto, compreende: Apoio logístico e exportação, apoio à família militar, fábrica de confecções, fábrica de metalomecânica e fábrica de equipamentos. In <http://www.exercito.pt/sites/OGFE/Historial/Paginas/default.aspx> (Dezembro 2011)

<sup>74</sup> JACQUINET, Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves, *Op. Cit.*, p. 127.



Fig. 27 – Conventinho do Desagravo no Campo de Santa Clara, Mapa Google, 2012.

Mandado erguer por vontade da Infanta D. Maria Ana (1736/1813), filha de D. José I, em 1783, o Conventinho de Santa Clara terá sido fruto de uma anterior intenção.

*“(...) uma carta de 1781 enviada ao Papa Pio VI (...) esclarece ainda que, mesmo não tendo sido fundado canonicamente o anelado mosteiro, a piedade Real, e Christãã, e de pessoas dos prim.os grandes da Corte, tem ideado, e principiado hum Conv.º Similhante ao do Louriçal da mesma Regra, Instituto, e Observancia, Aonde haja o mesmo continuo dezagravo so SS.mo Sacram.º, e com effeito se acha a obra com bastante aumento, e vivem dentro dos seus muros alguãs Donzellas em Clauzura, exercitando o mesmo modo de Vida do Convento do Louriçal.”<sup>75</sup>*

<sup>75</sup> JACQUINET, Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves, *Op. Cit.*, p. 96.

Efectivamente a gravidade do assalto ocorrido na Igreja de Santa Engrácia, levou à tomada de diversas medidas em honra do desagravo do Santíssimo Sacramento, sagrando-se a construção deste convento numa das mais perpétuas e notáveis.

*“Herdeiras históricas, ainda que de certa forma indirectas, do desagravo pela profanação de Santa Engrácia, as religiosas do Conventinho e, em primeiro lugar, a Infanta D. Maria Ana, instituíram-se igualmente herdeiras depositárias de objectos simbólicos, dos quais se destaca o famoso cofre de tartaruga que, assim como as partículas consagradas, a tradição rezava haverem sido escondidas no local onde mais tarde se erigiria o mosteiro.”<sup>76</sup>*

O período de apogeu deste Convento, foi, no entanto, fugaz, na medida em que aliada à animosidade revelada pelo jacobinismo revolucionário contra as ordens religiosas estava a sua abolição.

Efectivamente, a extinção das ordens religiosas tiveram uma origem anterior, a qual, já, provocara perdas no Campo de Santa Clara, com a expulsão dos Jesuítas sob efeitos do Alvará de 3 de Setembro de 1759, com a confiscação e incorporação dos seus bens por parte da Fazenda Nacional. A vida e história do Conventinho alterar-se-ia, ainda, antes do ano de 1834, quando por decreto de 5 de Agosto de 1833, se expulsaram, dos conventos de religiosas, todas as noviças e se proibiu a admissão de novas, provocando-lhes uma morte lenta.

O processo de supressão do Conventinho foi, ainda, acelerado no ano de 1897, quando a sua comunidade que contava com um número insignificante de religiosas viu o Conventinho ser, precariamente, cedido às Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Esta ocupação antecipou-se, em pouco, à data do falecimento da última professa, que ocorreu no dia 12 de Dezembro de 1901, do qual resultou, segundo a Lei de 4 de Abril de 1861, a extinção do convento e a apropriação do seus bens por parte da Fazenda Pública. Processo que originou a execução de um inventário regular de bens. Sob um pedido, do Ministério das Finanças ao inspector da Academia Real de

---

<sup>76</sup> JACQUINET, Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves, *Op. Cit.*, p. 120.

Belas Artes, esta elaboraria uma lista de objectos dignos de serem depositados no Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia.

O edifício não viria a sofrer a imediatamente apropriação e desamortização, mas antes, uma ocupação, precária e provisória, por parte de diversas instituições de índole social e educativa, não completamente alienadas da vida religiosa. A primeira instituição a ficar instalada no convento foi a Associação das Servitas de Nossa Senhora das Dores, elas próprias desapropriadas dos seus bens com Sede no Rego.

Passados poucos anos, a Lei de 20 de Abril de 1911, que proporcionou a separação da Igreja do Estado, provocou novos desenvolvimentos na história do convento. Com efeito, em 1919, vê-se a Associação das Servitas de Nossa Senhora das Dores obrigada a abandonar o edifício, que foi automaticamente incorporado na Fazenda Pública.

*“Com a República teria início o segundo grande momento da história dos bens materiais do mosteiro, em que se concretizaria a incorporação no actual MNAA de boa parte do recheio artístico inventariado e em que teria lugar a indissolúvel desvirtuação da parte edificada e a dispersão e descaminhos dados aos bens da igreja, bem assim, da sua completa desvirtuação.”<sup>77</sup>*

O processo de ocupação do convento prosseguiu, no entanto, com instituições que se afastavam cada vez mais, do conceito religioso. Assim, em 1912, viria o convento a ser alugado à Direcção-Geral da Assistência Pública (criada pela Lei de 25 de Maio de 1911), para instalação dos alunos do Colégio do Calvário. O edifício e toda a sua estrutura interior tinham sido poupados aquando das anteriores ocupações, situação que se viu alterada durante a legislação republicana, quando em 1914, a igreja do convento foi cedida provisoriamente ao Depósito Central de Fardamentos.

Para além de ter sido desmontado parte do interior da igreja, para acolhimento do material do depósito, foi, posteriormente, feito um pedido de cedência de todo o

---

<sup>77</sup> Idem JACQUINET, Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves, *Op. Cit.*, p. 132

mosteiro a fim de nele serem instaladas as oficinas de calçado, situação que se verificou até 27 de Novembro de 1919.

Entre 1919 e 1932 o convento manteve-se desocupado, altura em que foi cedido à Direcção-Geral de Assistência para ampliação do Asilo de Santa Clara.

*“De assinalar, ainda assim, que a cedência da igreja foi antecipada pela imediata retirada dos bens que, aos olhos da época, se entendera salvaguardar: foi o caso do retábulo da capela-mor e de algumas poucas alfaias, cedidas, neste contexto, à paróquia de uma pequena vila do concelho de Pombal.”<sup>78</sup>*

A necessidade de adaptação à funcionalidade como Asilo de Santa Clara, também conhecido por Escola Profissional Feminina de Santa Clara, proporcionou a rápida alteração dos espaços e a sua descaracterização. *“(…) os painéis azulejares que recobriam parte das paredes seriam retirados e enviados para a referida matriz da zona de Pombal, (…)<sup>79</sup>*

Em 1941, viria a planar sobre o que restava do antigo convento, a possibilidade do seu total desaparecimento, em favor do embelezamento das zonas envolventes das Igrejas de S. Vicente e de Santa Engrácia. Apesar de não ter sido executada a proposta, os arranjos urbanísticos impostos pela adaptação da Igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional resultaram, na transfiguração do espaço exterior e envolvente do convento.

Posteriormente em 1970, com a sua cedência à Casa Pia de Santa Clara, seria dada continuidade ao desvirtuamento do seu espaço interior, numa vaga de transformações necessárias ao acolhimento da instituição, que culminariam com a profunda alteração da cozinha e refeitório, bem como do desaparecimento da monumental chaminé.

No Séc. XVIII, a inovadora e imponente Igreja de Santa Engrácia mantinha-se inacabada. Registou, no entanto, a partir desta data, tantas tentativas de conclusão quantas as vicissitudes que a impediram. Assim, poucos anos depois do terramoto de

---

<sup>78</sup> JACQUINET, Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves, *Op. Cit.*, p. 131.

<sup>79</sup> *Idem*, p. 134.

1755, foi nomeado, pelo Marquês de Pombal, membro da Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento, como Inspector da Obra de Santa Engrácia, o seu irmão, Paulo de Carvalho e Mendonça (1702 /1770).

*“De salientar as muitas carradas de pedra encomendadas por esta altura, sobretudo para o interior do templo, (...) compra de grandes mastros de madeira, destinados, por certo, à empreitada da construção da cúpula. Estes não viriam a cumprir a função destinada, (...)”*<sup>80</sup>

No início do Séc. XIX, antes da implantação do liberalismo em Portugal, registaram-se vários estudos, sob o intento de concluir as Obras de Santa Engrácia, os quais nem sempre respeitaram a “primitiva” planta de João Antunes:

*“Segundo a descrição de 1825, onde são enumerados os elementos em falta Para a conclusão da Obra, tal qual se acha designada desde a sua primitiva, a igreja planeada por João Antunes teria zimbório e não previa a extensão das torres para lá do segundo registo do edifício, tal como é representado no painel da Grande Vista de Lisboa do início de setecentos. “*<sup>81</sup>

Apesar de inacabado, o templo de Santa Engrácia, foi classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto de 16 de Junho de 1910 [Doc.II]. No entanto, através das novas ideologias revolucionárias e anticlericais o templo acabou por ser cedido ao Ministério da Guerra [Doc. III, IV e V], que, por sua vez, o atribuiu à Direcção-Geral de Artilharia, “para depósito de sucata, de carvão, de areia de moldação e outros artigos preciosos para as suas fábricas situadas no Campo de Santa Clara”.<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> Catálogo da Exposição, *Obras de Santa Engrácia – O Panteão na República*, Panteão Nacional, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 2010, p. 64.

<sup>81</sup> Idem, p. 67.

<sup>82</sup> Catálogo da Exposição, 2010, Op. Cit., p. 71.



**Fig. 28** – Depósito da Direcção- Geral de Artilharia a funcionar nas instalações da Igreja de Santa Engrácia, (1920) “Obras de Santa Engrácia – O Panteão na República”, p. 69.

Efectivamente, no ano de 1903, foi criada em Lisboa, uma Oficina e Depósito de Fardamento (OGF), a qual em 1907, pela necessidade crescente de proceder à constituição de reservas para abastecimento das tropas, se viu transformada num Depósito Central de Fardamento de todo o Exército. Com o alargamento do seu âmbito, desenvolvido, através de um estudo feito, no sentido de criar um novo modelo de bota de infantaria (mod. 1911), houve a necessidade de procurar um novo local para a implantação de uma nova fábrica de calçado. Na medida em que as OGF se encontravam sediadas no Campo de Santa Clara, o inacabado e abandonado templo de Santa Engrácia tornou-se propício à referida instalação, a qual veio a ocorrer no ano de 1911 e se manteve até ao ano de 1954.<sup>83</sup> [Doc. VI]

---

<sup>83</sup> In <http://www.exercito.pt/sites/OGFE/Historial/Paginas/default.aspx> (Dezembro 2011)



**Fig. 29** - Fábrica de calçado militar a funcionar nas instalações da Igreja de Santa Engrácia (1939), “Obras de Santa Engrácia – O Panteão na República”, p, 70.

Enquanto a fábrica laborava “a todo o vapor” dentro da inacabada Igreja de Santa Engrácia, intelectuais e políticos, arreigados do espírito romântico, expuseram o seu desagrado e o interesse de destinar esse mesmo monumento a uma nova funcionalidade, a de Panteão Nacional. Apesar de não se ter revelado numa escolha consensual, já, desde 1837, essa ideia recolhia apoiantes, na Corte Constituinte, pela voz do deputado Mariano Franzini. A ideia de concluir as obras do templo, com uma cúpula para cobrir o cruzeiro, evidenciava as suas semelhanças com o panteão francês, para além do facto de a sua forma arquitectónica ser comparável com a do panteão de Roma.

Em 1896, Ramalho Ortigão apresentou publicamente essa sugestão, a qual recolheu por parte do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (1906), o seu apoio:

*“(...) o seu presidente, o architecto Ventura Terra veio a realizar um projecto para concluir e adaptar o monumento a Panteão Nacional. A proposta viria a ser levada ao parlamento, já na República, por iniciativa do coronel e senador Francisco Ramos da Costa a 14 de Março de 1913 e três anos depois, seria consagrada a adaptação da*

*igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional por lei de 29 de Abril de 1916.*”<sup>84</sup>

Apesar de todo o interesse e regulamentação, para proteger e terminar as Obras de Santa Engrácia, porque Portugal se encontrava envolvido numa situação de guerra (Primeira Guerra Mundial), a fábrica de calçado manteve-se em laboração dentro das instalações do monumento, deitando por terra todo o esforço feito no sentido de lhe devolver alguma dignidade.

Entretanto, aqueles que, pela sua dedicação e zelo pela pátria, se viam distinguidos, eram sepultados provisoriamente no Mosteiro dos Jerónimos.

*“Na Antiguidade, a palavra pântheon significava o conjunto de todos os deuses. O termo veio a ter uma conotação funerária, distinguindo o lugar de sepultura de reis, altas dignidades da Igreja e nobres famílias. Já sob o espírito da Revolução Francesa, toma o sentido de monumento laico consagrado à memória dos grandes homens da Nação, constituindo a última morada daqueles que, por obras valorosas, contribuíram para a grandeza da sua pátria.*

*Aos Grandes Homens a Pátria reconhecida (Marquês de Pastoret, decreto de 1791)*”<sup>85</sup>

Em 1934, foi criada uma primeira Comissão para efectuar o estudo da situação da adaptação da Igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional, relançando, de novo, o intento de concluir as obras do monumento. Em 1936, é apresentada pelo arquitecto Bernardino Coelho, uma nova solução de acabamento do templo, a qual consistia numa cúpula e torres. Passados 3 anos, dois arquitectos, o António e Ruy do Couto, avançaram com um estudo de cripta que veio fortificar a intenção de adaptar a Igreja a

---

<sup>84</sup> Catálogo da Exposição, 2010, Op. Cit., p. 83.

<sup>85</sup> Idem, p. 79.

Panteão. Porém, as várias dúvidas que assolaram, durante séculos, a sua conclusão, provocaram, mais uma vez, o arrastamento da situação por vários anos<sup>86</sup>.

Em 1950, no âmbito do plano de Fomento Económico, mediante novos programas de orçamento para as Obras Públicas, as atenções voltaram-se para o inacabado monumento.

*”O restauro monumental, encarado como parte integrante de uma política de restauração mais vasta que visava alcançar todos os sectores da vida nacional, impôs-se como um meio por excelência de afirmação do poder e superioridade de um regime que pusera fim ao caos lançado pelos governos anteriores, (...)”*<sup>87</sup>

O intento de conclusão das Obras de Santa Engrácia foi retomado em 1956, saído das mãos de Arantes de Oliveira, o convite a vários arquitectos para a apresentação de propostas de conclusão das obras. Desse convite resultaram e foram apresentadas propostas por parte de António Lino, Joaquim Areal e Silva, Raul Lino e de Luís Amoroso Lopes.

A proposta escolhida foi a de Luís Amoroso Lopes, na medida em que “ (...) *ao considerar o monumento como alvo de um restauro, onde a acção deveria ser mínima,*

---

<sup>86</sup> Segundo a leitura feita por Ayres de Carvalho sobre a documentação, referente à igreja, encontrada nos arquivos da Sé de Lisboa, assim que as paredes do templo atingiram a cimalha foram levantadas dúvidas e problemas estruturais, relacionados com a capacidade de as paredes suportarem a construção de uma cúpula. Incertezas, essas, sustentadas por Monsieur Verger que, por ser considerado um dos melhores arquitectos, foi chamado a visitar a obra. Apesar de considerar injustificadas as dúvidas dos mestres pedreiros, por desconhecer a qualidade da pedra com a igreja tinha sido feita, recomendou o reforço da fachada principal, que se encontrava menos forte, devido às aberturas dos vãos das portas de acesso, através da colocação de contrafortes, com a forma de mísulas invertidas que arremessam sobre as colunas colossais que demarcam os três arcos de volta perfeita de acesso à galilé que precede o portal. In MANTAS, Helena Alexandra Jorge Soares, *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>87</sup> *Idem*, p. 45.

o suficiente, apenas, para permitir a utilização do templo.”<sup>88</sup>, fez a apresentação de uma proposta que consistia no simples remate do cruzeiro com uma cúpula.

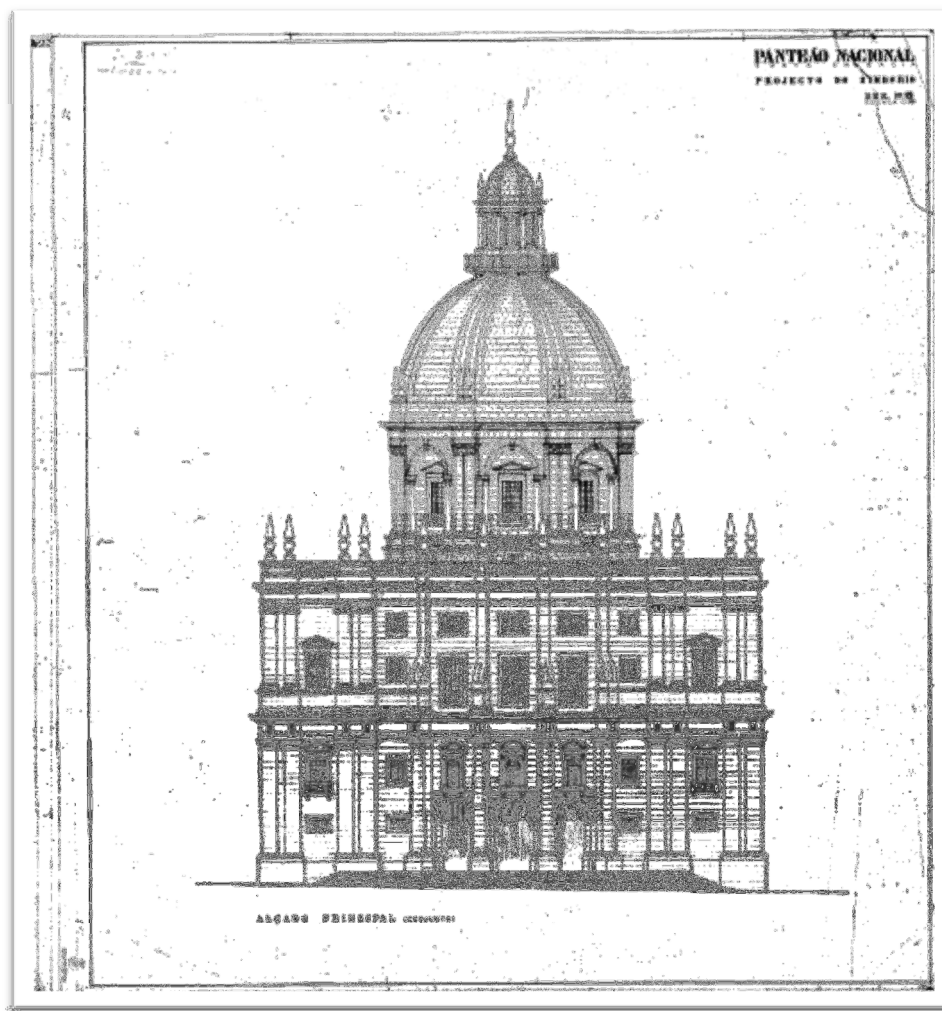


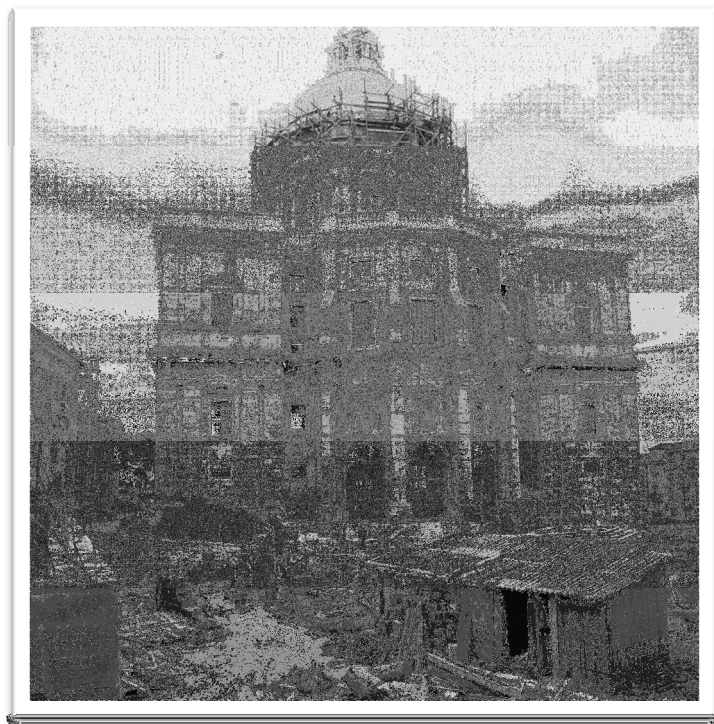
Fig. 30 – Projecto para conclusão das Obras de Santa Engrácia, Alçada Principal, Luís Amoroso Lopes, 1956, MOP.

Os trabalhos arrancaram em 1960, com um prazo de 10 para a sua conclusão, sob a alçada da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumento

<sup>88</sup> Catálogo da Exposição, 2010, Op. Cit., p. 94.



**Fig. 31** – Obras de Santa Engrácia: Janeiro 1966 – AFCML



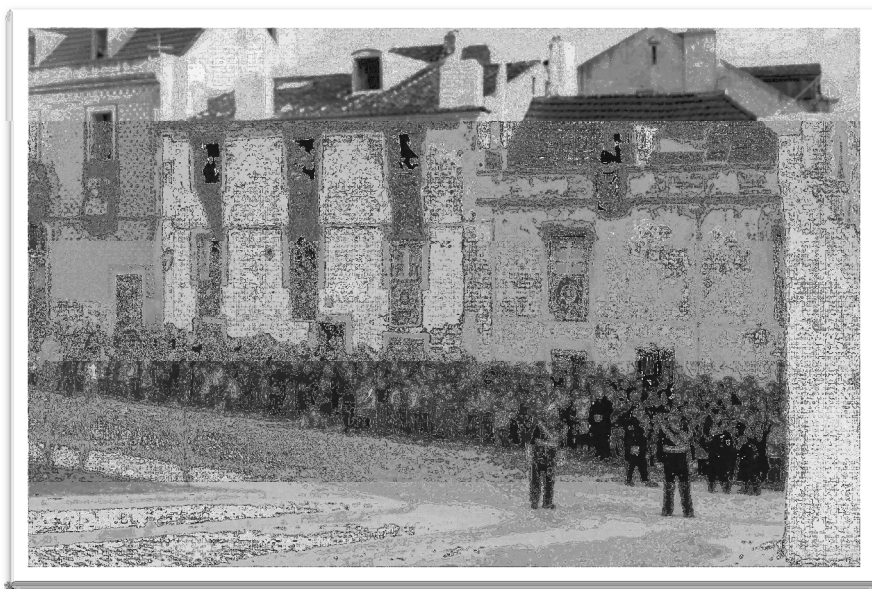
**Fig. 32** – Obras de Santa Engrácia: Agosto 1966. AFCML.

*O Campo de Santa Clara, em Lisboa*  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

As obras terminaram quatro anos antes do final do prazo estipulado e, a inauguração do Panteão Nacional, realizada com toda a pompa e circunstância, deu-se no dia 7 de Dezembro de 1966. [Doc.VII]



**Fig. 33** – Inauguração do Panteão Nacional, 1966. AFCML.



**Fig. 34** - Inauguração do Panteão Nacional, 1966.AFCML.

*O Campo de Santa Clara, em Lisboa*  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

Por altura da inauguração do Panteão Nacional, foram trasladados do Mosteiro dos Jerónimos, os restos mortais dos antigos Presidentes da República, Teófilo Braga, Sidónio Pais e Óscar Carmona, e dos escritores Almeida Garrett, João de Deus e Guerra Junqueiro. Posteriormente, o Panteão acolheu os restos mortais do marechal Humberto Delgado (1990), da fadista Amália Rodrigues (2001), do Presidente da República, Manuel de Arriaga (2004) e do escritor Aquilino Ribeiro (2007).



**Fig. 35** - Transladação do Mosteiro dos Jerónimos para o Panteão Nacional, 1966. AFCML.

No que a S. Vicente de Fora diz respeito, no ano de 1771<sup>89</sup>, por força da instalação da Patriarcal em São Vicente de Fora, viram-se os Cónegos Regrantes de

---

<sup>89</sup> SALDANHA, Sandra Costa, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora – Arte e História*, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, Lisboa, 2010, p. 55.

Santo Agostinho deslocados para Mafra, tendo regressado em 1792, e aí permanecerem até, 1834, ano em que foi decretada a extinção das ordens religiosas.

*“Por decreto de 31 de Janeiro de 1834 foram o convento, a igreja e a cerca incorporados nos Próprios da Nação para residência do Cardeal-Patriarca, estabelecimento de Seminário Patriarcal e Câmara Eclesiástica, e para guarda das pessoas reais tumultadas no Panteão. A igreja foi requisitada pelo governador civil para servir de paróquia de S. Vicente, em ofício de 27 de Abril de 1836.”<sup>90</sup>*

D. Frei Patrício da Silva foi o primeiro patriarca a habitar o Paço de São Vicente de Fora, para as suas instalações foram, igualmente, transferidos os serviços da Câmara e Cúria Patriarcal. Tornando-se o Mosteiro no único pólo de formação sacerdotal da diocese de Lisboa. Devido a obras na Sé de Lisboa, entre 1858 e 1863, foi ali instalada a cátedra patriarcal. Entre 1896 e 1905, por iniciativa do Cardeal Patriarca D. José Neto, funcionou em São Vicente um novo seminário de preparatórios, destinado a crianças pobres que se dispusessem à aprendizagem do ensino eclesiástico, o qual foi transferido para Santarém, no ano de 1905.

No final do século XIX, a vida do Mosteiro pautou-se por um quotidiano de ofícios fúnebres e inúmeros sepultamentos, devido à criação de um Panteão Real da Dinastia de Bragança, no local onde em tempos funcionou o refeitório. Este Panteão alterou e marcou profundamente a vida do Mosteiro, que segundo os jornais da época se revelaram num verdadeiro acontecimento mediático, atraindo às instalações do Mosteiro vários milhares de pessoas interessadas em ver os despojos dos Reis e Príncipes para lá transladados.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> SILVA, Augusto Vieira da, *Op. Cit.*, 1968, p. 220.

<sup>91</sup> SALDANHA, Sandra Costa, *Op. Cit.*, p. 63.



**Fig. 36** - Panteão da Dinastia de Bragança, Mosteiro de S. Vicente de Fora.

<http://auren.blogs.sapo.pt/351607.html> (Janeiro 2012)

Por do decreto de 16 de Junho de 1910, e à semelhança da Igreja de Santa Engrácia, também, a Igreja de São Vicente de Fora é declarada Monumento Nacional. Nesse mesmo ano, à luz da lei de 8 de Outubro, são extintas as congregações religiosas. Menos de um ano mais tarde, em 20 de Abril de 1911, sob a lei da Separação da Igreja e do Estado, dá-se o colapso total no seio da Igreja Católica, que para além de se ver espoliada dos seus bens materiais e privada das competências administração das suas paróquias, se viu, ainda, perseguida pelas forças anticlericais, ao ponto de ver parte do seu corpo religioso partir para o exílio. “No dia 3 de Janeiro de 1912, D. António Mendes Belo parte para o exílio, encerrando-se assim o ciclo do Mosteiro de São Vicente enquanto Paço Patriarcal.”<sup>92</sup>

No período que se segue, as instalações da Igreja de São Vicente viram-se invadidas por inúmeras instituições, nomeadamente pelo Liceu Gil Vicente, pelo Registo Civil, pelo Recenseamento Militar, entre outras repartições públicas.

Em 1940, o Patriarcado de Lisboa, recebeu para seu usufruto, o Paço de São Vicente e a zona envolvente. No ano de 1944, foi a vez de se declarar, também, como Monumento Nacional, o Mosteiro de São Vicente.

---

<sup>92</sup> SALDANHA, Sandra Costa, *Op. Cit.*, p. 64.

*“O edifício conventual mostra, ao todo, 222 panos, de alguns duplos ornados de molduramento, e 202 intercolúnios, florões, ligações e ângulos. (...) representam deliciosos assuntos das fábricas Lafontaine, e os restantes paisagens, vistas do mar, cenas de corte, da caça, assuntos pastoris ou campestres.”<sup>93</sup>*

Ainda neste século, são feitas profundas intervenções no Panteão da Dinastia de Bragança, bem como foi criado, com carácter definitivo, um Panteão para acolher, os restos mortais de, todos os prelados lisboenses desde D. Carlos da Cunha – o Panteão do Patriarcas.

A década de 80 trouxe ao Mosteiro várias obras de beneficiação, sob a orientação do Arq. Jorge de Brito e Abreu, e a instalação do arquivo histórico e biblioteca do Patriarcado de Lisboa, na década de 90, a igreja fica afectada ao Instituto Português do Património Arquitectónico. Sob o âmbito do Programa de Infra-estruturas Turísticas e Equipamentos Culturais houve a possibilidade de restaurar a zona conventual e criar espaços museológicos dinamizados através da concretização de diversas exposições de âmbito cultural. No ano de 1998 o Mosteiro acolheu o Gabinete do Patriarca e os diversos serviços da Cúria Patriarcal de Lisboa.

*“No discurso à comunicação social que marcou o regresso da Cúria Patriarcal de Lisboa ao Mosteiro de São Vicente de Fora, D. José Policarpo diz: «Termina hoje uma interrupção que a história permitiu fosse longa demais.»<sup>94</sup>*

A salvo do grande terramoto de 1755, não resistiram, no entanto, os Palácios do Campo de Santa Clara à emergência do século XIX que se revelou fulminante para as suas vidas. Neste século viram-se os Palácios, por razões quase sempre semelhantes, alienados das posses familiares a que há tantas gerações pertenciam, para darem lugar a outros proprietários e a outras utilizações.

---

<sup>93</sup> ARAÚJO, Norberto de, 1939, Op. Cit., p. 67.

<sup>94</sup> SALDANHA, Sandra Costa, Op. Cit. p. 69.

## O Campo de Santa Clara, em Lisboa

Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

O Conde de Resende e a sua família habitaram o Palácio do Campo de Santa Clara até, possivelmente, 1822, sabe-se que D. António Benedito e Castro, 4º Conde de Resende, terá falecido no ano de 1865, pelo que a família se veio a instalar na cidade do Porto.

*“(...) em parte do palácio se inaugurou em 11 de Abril de 1844 o teatro Sociedade Thalia a que pertenciam as famílias mais distintas da capital, e que para a noite de inauguração escreveu Garrett O tio Simplício, comédia em um acto que obteve aplauso unânime. Em 11 de Janeiro de 1873 inaugurou-se ainda no palácio outra casa de espectáculos, o teatro Popular de Alfama, que Sousa Bastos diz não ter chegado a durar um ano porque o público teimou em não frequentar.”*<sup>95</sup>

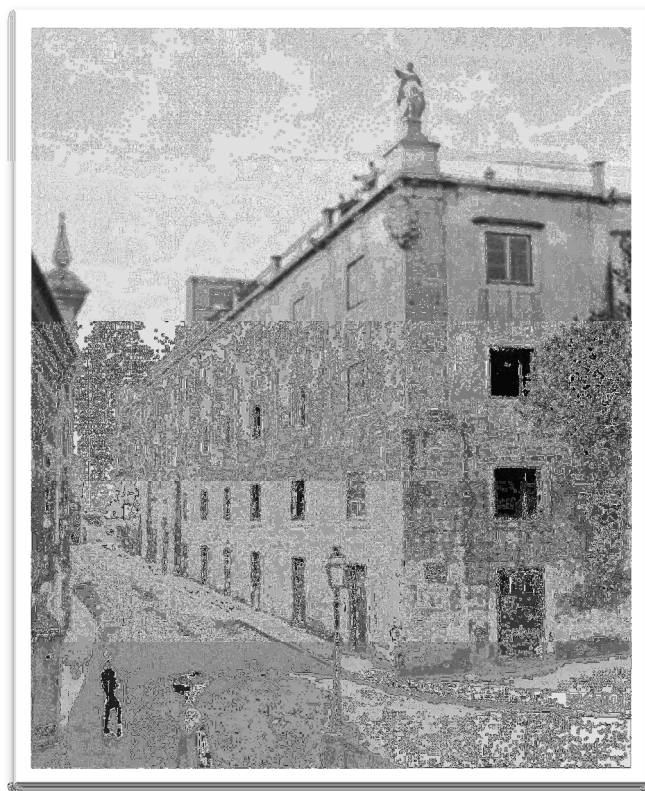
No ano de 1880, o edifício foi vendido por D. Juliana Castro Pamplona, filha do 4º Conde de Resende, ao comerciante Sr. Henry Burnay que o terá restaurado e vendido, 4 anos mais tarde, ao Ministério da Guerra. A venda do edifício ao Ministério da Guerra alterou profundamente a funcionalidade do antigo Palácio, na medida em que, nele foi instalado o Quartel do Regimento de Artilharia de Guarnição Nº 4 e posteriormente nele criada uma Oficina de Alfaiate.

Esta oficina viria a ganhar tal amplitude, que no ano de 1903, por decreto de 25 de Agosto, seria transformada em Oficina e Depósito de Fardamento da Grande Circunvalação Militar do Sul. Em 1957 foi instituído nas instalações do antigo Palácio dos Condes de Resende um Centro Comercial das OGF, destinado ao corpo do exército.

Apesar de quase se encontrar quase completamente descaracterizado, o edifício mantém na memória a imponência de uma construção volumosa, que abraça um quarteirão, ostentando com orgulho o brasão de armas da família que o habitou - os Condes de Resende, Almirante do Reino.

---

<sup>95</sup> CASTILHO, Júlio de, 1940, Op. Cit., p. 265



**Fig. 37** – Palácio Resende no Campo de Santa Clara.

<http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2011/01/campo-de-santa-clara-v.html> (Janeiro 2012)

#### O Palácio de Barbacena,

*“(...) em cujos descendentes permaneceu até à extinção da família, com o 7º Visconde e 2º Conde, Francisco Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, falecido em 1854. Posteriormente o palácio foi a leilão, sendo adquirido pelo Patriarcado para residência dos prelados, recebendo então obras de beneficiação que lhe introduziram algumas alterações.”<sup>96</sup>*

Apesar de ter servido por pouco tempo de residência do prelado de Lisboa, ganhou este Palácio na gíria popular a designação de Palácio da Mitra. Sabe-se através “*Semanário Ilustrado – Branco e Negro*” datado de 1896 [Doc. VII] que Sua Ex<sup>a</sup> a

---

<sup>96</sup> MOITA, Irisalva, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Junta Distrital de Lisboa, 2º Tomo, Lisboa, 73, p. 183.

*O Campo de Santa Clara, em Lisboa*  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

Rainha D. Maria Pia (1847 / 1911), terá dotado Lisboa de um confortável estabelecimento preparado para acolher os soldados vindos de Africa, tendo para o efeito escolhido o edifício do antigo Palácio dos Condes de Barbacena.

No ano de 1925 passou para as mãos dos serviços de Manutenção Militar que nele fez instalar a Messe dos Oficiais do Exército. Apesar de ter sofrido obras, de adaptação à nova funcionalidade, o Palácio manteve a antiga traça de uma imponente construção barroca também ela bordejada pelo brasão da família que o mandou erguer – os Condes de Barbacena.



**Fig. 38 – Palácio Barbacena no Campo de Santa Clara.**

[http://2.bp.blogspot.com/\\_vMZxJeLUiIQ/TTG64UvBG8I/AAAAAAAAEwg/luA4v3IhIDM/s1600/2-A9158-Campo%2Bde%2BSanta%2BClara.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_vMZxJeLUiIQ/TTG64UvBG8I/AAAAAAAAEwg/luA4v3IhIDM/s1600/2-A9158-Campo%2Bde%2BSanta%2BClara.jpg) (Janeiro 2012)

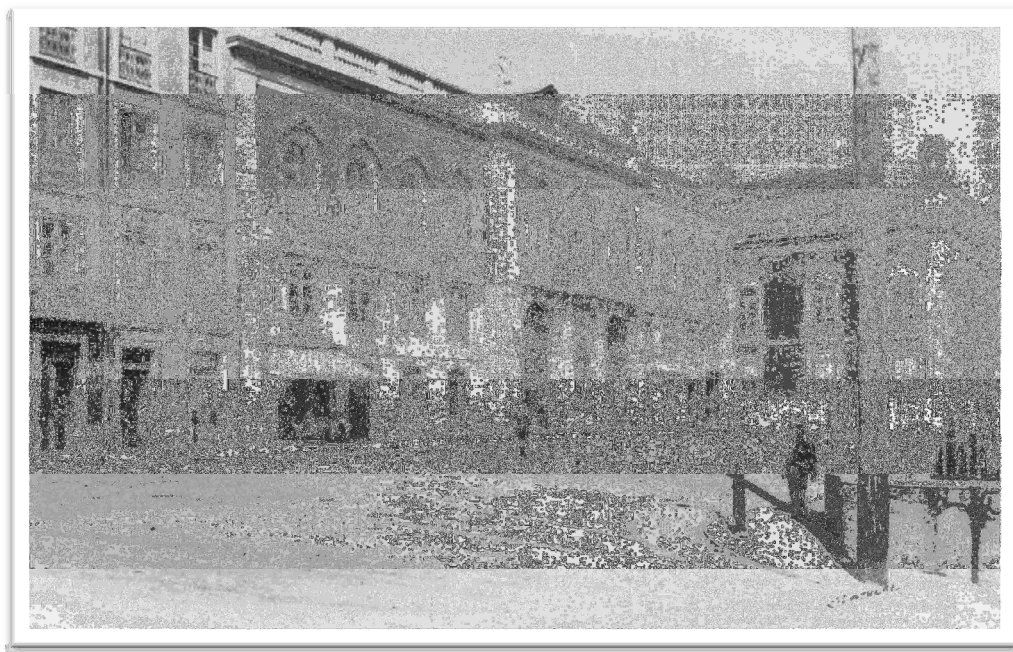
No seu interior, apesar da grave descaracterização a que foi sujeito, manteve a primitiva e:

*“(...) rica e variada decoração azulejar setecentista , distribuída pelo vestíbulo (painéis de cenas palacianas), escadaria (vistosos silhares figurativos e, figuras de convite, sobre o silhar de padrão nos patamares), e, em grande número de salões (cenas palacianas, cenas campestres, tipo padrão, etc). A chamada Sala dos Oficiais ostenta um*

*tecto com vistosa composição pictural alegórica (Vénus e Eros rodeados de Cupidos), obra de José António Narciso.”<sup>97</sup>*

O Palácio Cordas,

*“(...) assim designado pelo vulgo, foi adquirido pelo dr. José Correia Godinho da Costa, depois Visconde de Correia Godinho por decreto de 17 de Agosto de 1865, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, (...) o qual reformou o palácio «acrescentando-lhe a bablaústrada e vasos que o coroam. Sucedeu na posse da casa seu filho José da Costa Godinho, 2º Visconde de Correia Godinho (...)”<sup>98</sup>.*



**Fig. 39** – Palácio Sinel de Cordes no Campo de Santa Clara.

<http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2011/01/campo-de-santa-clara-vi.html> (Janeiro 2012)

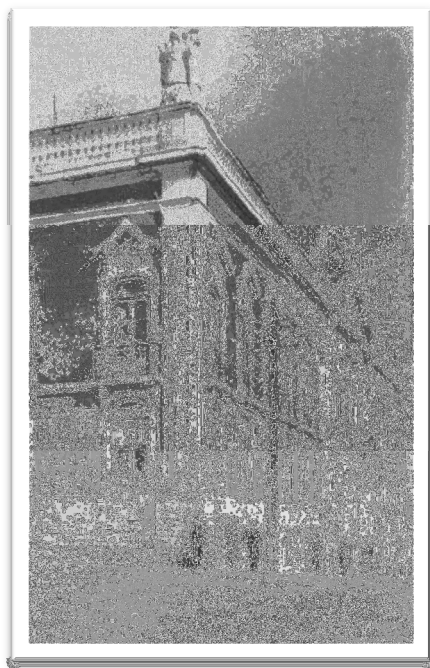
No ano de 1869, viria a falecer o seu novo proprietário, pelo que, no início do século encontrava-se o antigo Palácio Sinel de Cordes ocupado pela Legação de Itália, altura em que terá, o edifício, sofrido de um violento incêndio, no seu interior, seguido

<sup>97</sup> MOITA, Irisalva, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Junta Distrital de Lisboa, 2º Tomo, Lisboa, 73, p. 184.

<sup>98</sup> Barbosa, Vilhena, *Arquivo Pitoresco*, Vol. VII, pág. 30.

de obras de reconstrução. No século XX, já sob propriedade de descendentes de Carlos Ribeiro Ferreira, foi o antigo Palácio transformado em Escola Primária Oficial.

O Palácio do Lavradio permaneceu nas mãos dos seus descendentes, até ir à praça depois da morte do 5º conde, em 1874, partidário acérrimo de D. Miguel.[**Doc. VIII**] Foi adquirido pelo Estado em 1875, onde instalou, depois de obras de adaptação, os Tribunais Militares. Dessas obras de adaptação contam-se, entre outras, alterações arquitectónicas o acrescentar de um frontão triangular, no qual está colocada uma estátua representando a Justiça, uma figura feminina, sentada, com a espada e a balança em cada uma das mãos e uma cimalha decorada com motivos de gosto neoclássico, panóplias constituídas por couraças, elmos e escudos redondos armoriados. Interiormente foram feitas obras de adaptação muito profundas, abusando-se de estuques que cobriam tectos e paredes. Salvaram-se apenas alguns silhares de azulejos policromos setecentistas no vestíbulo. Emoldurando o brasão de armas dos Lavradios, na escadaria e patamar nobre, representando cenas palacianas e caçadas. Surgem também mais algumas salas, que apesar de terem sofrido alterações várias, conservam ainda os silhares primitivos. Das obras de adaptação à nova funcionalidade como Tribunal Militar, o palácio viu-se ampliado, passando a ocupar a totalidade de um quarteirão.



**Fig. 40** – Palácio do Lavradio no Campo de Santa Clara.

<http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2011/01/campo-de-santa-clara-iii.html> (Janeiro 2012)

Os bens imóveis, do Marquês do Lavradio, arrematados pelo Estado eram constituídos por um palácio de 4 andares e mais 2 edifícios, que se encontravam encostados ao mesmo. Um, deles, situado na Travessa Conde de Avintes, com 3 andares e o outro na Travessa das Freiras, com 2 andares. [Doc. X e XI]

A inicial utilização militar do palácio centrou-se em duas entidades: a Engenharia Militar (Comando-Geral de Engenharia, desde a arrematação para o Estado e até 1889) e os Tribunais Militares (desde a arrematação para o estado e até ao ano de 2004). Em virtude das várias reorganizações do Exército, ao longo dos anos, houve uma maior rentabilização das instalações do edifício, com a instalação de diversos órgãos militares. Assim, no ano de 2004, o imóvel foi entregue à, então, Direcção dos Serviços de Engenharia.

*“Com a última transformação do Exército, em 2006, nos termos do Decreto-Lei n. 61/2006, de 21 de Março, foram extintas quer a Direcção dos Serviços de Engenharia, quer a Direcção de Documentação e História Militar, sendo criadas a Direcção de Infra-Estruturas (DIE) e a Direcção de História e Cultura Militar (DHCM). (...) No que concerne à actual utilização dos espaços do palácio, a DIE utiliza parte do piso inferior (...); o EME utiliza espaços do 1º pavimento (...) e a DHCM utiliza parte do 3º pavimento (...)”<sup>99</sup>*

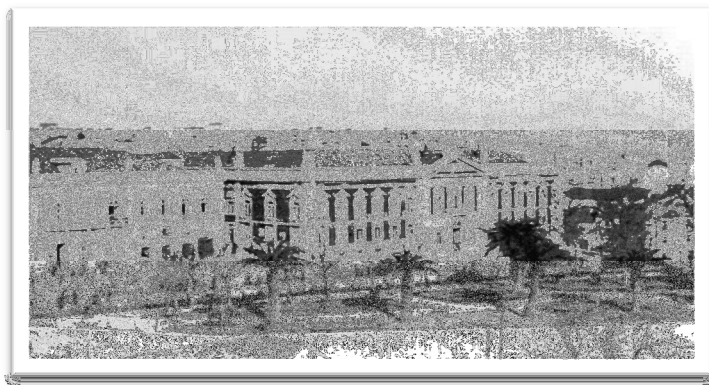
No final do século XIX para dar resposta às necessidades de uma sociedade emergente, mais letrada, mais culta e mais urbana, foram a arquitectura e a engenharia colocadas à disposição do ambicioso programa de obras públicas implantado pelo governo português. Assim, para além de outro tipo de construções, foi necessário desenvolver uma rede de infra-estruturas diversificada que correspondesse às necessidades dessa sociedade e ao bom funcionamento da vida urbana. Do conjunto de infra-estruturas indispensáveis à vida na cidade surgiu a necessidade de construir novos espaços para a comercialização de produtos frescos, os quais teriam forçosamente de ser

---

<sup>99</sup> ALMEIDA, Paulo, *O Palácio dos Marquês do Lavradio*, Lisboa, S/D, p. 18., Tombo da Secção de Património/Repartição de Planeamento e Gestão do Património, da Direcção de Infra-Estruturas do Exército, Palácio do Lavradio.

“Funcionais na sua organização, higiénicos e pragmáticos na construção, os mais importantes e qualificados incorporaram soluções da arquitectura do ferro (...)”<sup>100</sup>

Assim, em 1877, em frente ao Jardim Botto Machado (1865), foi construído um mercado, o Mercado de Santa Clara, de estética romântica, sob o domínio de uma arquitectura verdadeiramente inovadora, que estava a ser ensaiada, por engenheiros, no ramo das obras públicas, a arquitectura do ferro.



**Fig. 41** – Jardim Botto em frente aos Palácios Lavradio e Sinel de Cordes.

<http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2011/01/campo-de-santa-clara-iii.html#uds-search-results>  
(Janeiro 2012)



**Fig. 42** – Mercado de Santa Clara no Campo de Santa Clara.

<http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2011/01/campo-de-santa-clara-ii.html> (Janeiro 2012)

---

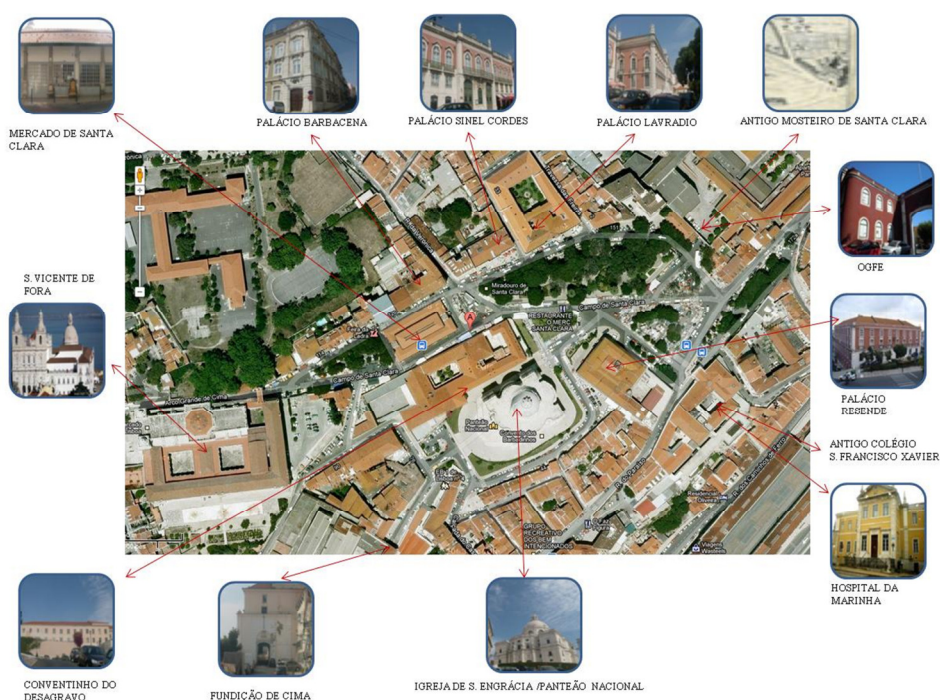
<sup>100</sup> GOMES, Maria Marques Calado de Albuquerque, *A Cultura Arquitectónica em Portugal, 1880-1920, Tradição e Inovação*, I Volume, Lisboa, 2003, p. 321.

## O Campo de Santa Clara, em Lisboa

Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

Desenhado e construído com base em novas técnicas e materiais, nomeadamente o tijolo industrial, o ferro, o vidro, o Mercado de Santa Clara fez parte da fase de introdução da arquitectura do ferro em Portugal, a qual à semelhança da restante Europa, utilizou o conceito sobretudo na construção de estações de caminho-de-ferro, mercados, pontes, armazéns, estufas e outros edifícios públicos. Situado numa área de 1250 m<sup>2</sup>, o edifício foi construído sobre um plano inclinado, o qual se revelou estruturalmente favorável à sua funcionalidade.

A proposta de construção do Mercado de Santa Clara em Lisboa foi apresentada à Câmara Municipal pelos senhores Conde de Penamacor e António Paes de Sande e Castro a qual mereceu um parecer favorável por parte de então vereador camarário, José Gregório da Rosa e Araújo, preconizador do desenvolvimento e modernização da cidade de Lisboa.



**Fig. 43** – Mercado de Santa Clara, Mapa Google, 2012.

A inauguração do Mercado foi feita, com pompa e circunstância, no dia 07 de Outubro de 1877, sob a melodia de uma orquestra que tocava num coreto instalado no local, propositadamente para o dia da inauguração.

*“A festa de inauguração deste mercado foi esplêndida. N’esse dia todo o edifício esteve embandeirado, subindo aos ares milhares de foguetes e tocando duas philarmónicas, uma dentro do recinto e outra da parte externa, para que se armou um vistoso corêto. Immenso concurso de gente ali affluu e a multidão era enorme.”<sup>101</sup>*

Ao mercado veio-se juntar, mais tarde, a Feira da Ladra, uma feira franca lisboeta com origem nos velhos mercados medievais, anteriores possivelmente à fundação da nacionalidade, depois de ter percorrido e permanecido em diversos locais da cidade, foi mandada transferir, definitivamente, para o Campo de Santa Clara em 1882. *“Não abrangendo o comércio de carnes, peixes, legumes e frutas verdes, (...) na feira junto ao Castelo negociava-se naturalmente tudo o que constitui objecto de uso doméstico, vestuário, calçado (...)”<sup>102</sup>*



**Fig. 44** – Feira da Ladra no Campo de Santa Clara.

<http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2011/01/campo-de-santa-clara-vii.html> (Janeiro 2012)

O estabelecimento definitivo da Feira da Ladra, no local, veio engrossar o número de utilizadores do Mercado de Santa Clara. Com o tempo a influência da Feira

<sup>101</sup> In Mercado de Santa Clara, C.M.L., Lisboa, 1995, p. 7.

<sup>102</sup> SILVA, Augusto Vieira da, *Op. Cit.*, 1968, p. 295.

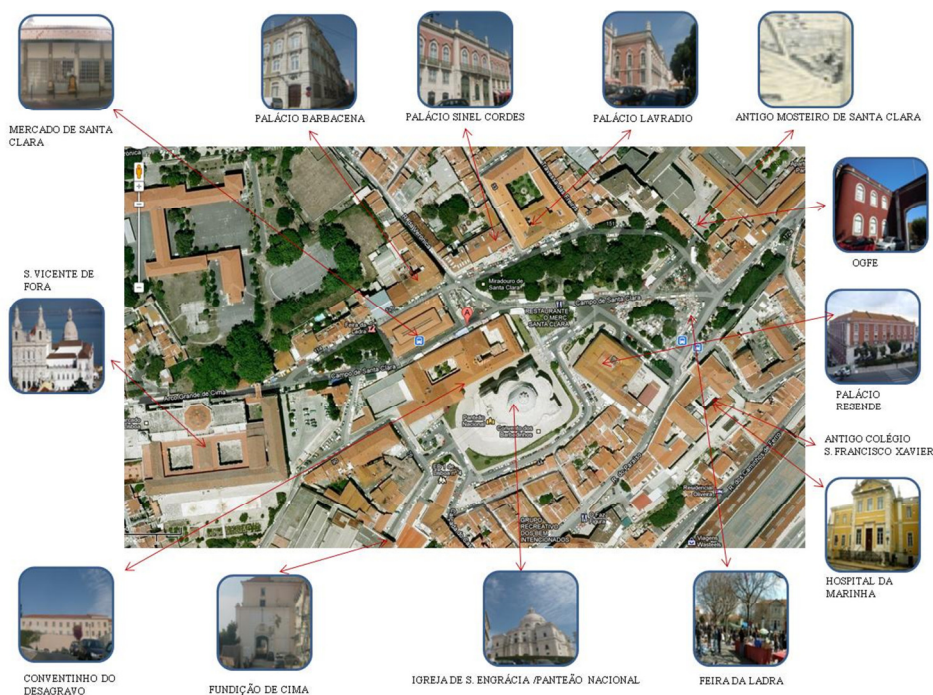
## O Campo de Santa Clara, em Lisboa Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

da Ladra sobre o Mercado de Santa Clara foi de tal ordem que muitas das lojas começaram a vender, à semelhança da feira, antiguidades e ferro-velho.

A Feira da Ladra, por sua vez, com o passar dos anos, foi perdendo o seu carácter de mercado abastecedor e transformou-se cada vez mais num mercado de bugigangas, objectos e roupas usadas, ocasionalmente objectos de arte ou raridades, um verdadeiro mercado de trapo e ferro velho, tornou-se num centro de animação e de atracção popular e turística.

*“ Nada mais original, mais typico, mais característico e pittoresco do que esta antiga feira da ladra, esta escala chromatica de todas as notas da fortuna humana, desde o dó da miséria pelintra, que precisou vender o ultimo tacho, até ao si da grandeza decadente, que teve de alienar, por dez réis de mel coado, o ultimo par de jarras da India, que um avô remoto, vice-rei talvez, trouxera de Goa.*

*E todos esses variadíssimos objectos, que se baralham na feira da ladra, chegam até lá aos pontapés da sorte, e de lá partem do mesmo modo, para um destino incerto e aventureso, (...)”<sup>103</sup>*



**Fig. 44** – Feira da Ladra, Mapa Google, 2012.

<sup>103</sup> DIAS, Marina Tavares, *A Feira da Ladra, Guias de Lisboa pelos Olisipógrafos*, Ibis Editores Lda., Lisboa, 1990, p. 35.

Através da modificação das áreas e denominações das freguesias de Lisboa, passou a constituir-se, em 1770, parte do território de Santa Engrácia na freguesia do Beato, tendo cedido, também, uma parcela aquando da criação da freguesia de Penha de França. Mantendo na freguesia de Santa Engrácia a parte fundamental da paróquia. Em homenagem ao Tenente-Coronel João Baptista da Silva Lopes, o Barão de Monte Pedral, inspector-geral do Arsenal do Exército e criador do Museu Militar passou a freguesia a denominar-se «de Monte Pedral», por Decreto de 1 de Maio de 1913. Por força do Decreto nº 38 696, de 24 de Março de 1952, voltou à primitiva denominação. Viria, no entanto, no ano de 1959, a sofrer grave mutilação com a perda de apreciável superfície e do que precisamente mais belo e valioso contava no seu património histórico artístico – a Igreja de Santa Engrácia – que passaria a pertencer à freguesia de São Vicente de Fora. “*Tão lamentável facto deveu-se à profunda reorganização das freguesias de Lisboa, aprovada pelo Decreto nº 42 142, de 7 de Fevereiro daquele ano.*”<sup>104</sup> **[Mapa 4]**

---

<sup>104</sup> OLISIPO – Boletim do Grupo dos Amigos de Lisboa, Ano XXIX – Janeiro/Abril, Lisboa, 1966, pp. 135/136.

**PARTE II. AS MEMÓRIAS DO CAMPO DE SANTA CLARA:**  
**REGISTO, ESTUDO E SALVAGUARDA**

## Capítulo 1. Registrar as memórias

### 1. A nostalgia do passado

A palavra património teve “(...) *na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo*<sup>105</sup>.” Reflexão iniciada nos primórdios do século XX pelo austríaco Alois Riegl com a obra *Der Moderne Denkmalkultus*<sup>106</sup>, cedo se revelou demasiado complexa e abrangente para permitir uma definição única e consensual.

Na sua aceção mais clássica, o conceito de património refere-se ao legado do passado que é dado a herdar às gerações futuras. Consiste numa construção social apoiada em conceitos de valor e flutuações de moda, com capacidade de representar simbolicamente uma identidade. Segundo Elsa Silva<sup>107</sup>, o passado dá-nos um sentido de identidade, de pertença e faz-nos conscientes da nossa continuidade como pessoas através do tempo. A nossa memória colectiva modelada pelo passar do tempo não é mais de que uma viagem através da história, revisitada e materializada no presente pelo legado material.

Porém, existe no mundo contemporâneo uma evidente tensão entre modernidade e tradição, na medida em que a busca incessante pelo novo, cria uma incontornável ruptura com o passado, votando as sociedades modernas ao desenraizamento, tornando-as descontextualizadas e solitárias<sup>108</sup>. No entanto, essa mesma ruptura é geradora de sentimentos de nostalgia por esse mesmo passado, uma paradoxal necessidade de preservação de um universo de objectos idealizado sob o nome de património cultural,

---

<sup>105</sup> CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2000.p. 11.

<sup>106</sup> CARNEIRO, Alice Maria Pinto de Azevedo, *O Património Reencontrado, Centro Histórico de Guimarães, Património da Humanidade: A Cidade enquanto Memória, Espaço de Identidade e Cidadania*, Universidade do Minho, Braga, 2004, p.60.

<sup>107</sup> SILVA, Elsa Peralta da, *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural.*, I.S.C.S.P., Universidade Técnica de Lisboa, in <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1713/3/217-224.pdf>. (04.01.2011).

<sup>108</sup> CARNEIRO, Alice Maria Pinto de Azevedo, *Op. Cit.*, p.66.

que permite ao mesmo tempo a sustentabilidade e a distinção de identidades culturais e nacionais.<sup>109</sup>

Na Lei de Bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (Lei nº 107/2001), está estabelecido que sejam integrados neste conceito todos os bens que testemunhem e valorizem a cultura de uma nação, através da memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, com efeitos extensivos à melhor compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura. Porque a perenidade de um Povo é mantida pelo seu património cultural, é através desse património que uma Nação se revê no passado, reconhece a sua realidade presente e acredita na continuação do provir.

*“A preservação do património cultural hoje é vista como uma questão de cidadania, por ser de todos e por reforçar a identidade cultural num momento em que, paulatinamente, estes elementos estão sendo esquecidos por conta dos avanços tecnológicos e das mudanças na organização sócio-cultural advindas tanto pelos veículos de comunicação em massa quanto pela organização económica, que vão sutilmente inserindo novos padrões de consumo e de comportamento.”<sup>110</sup>*

É na valorização deste legado patrimonial, através da conjugação de uma atitude de real reconhecimento do seu significado e importância cultural, que se encontra a chave para a salvaguarda e defesa do mesmo. Através de uma política activa, de leituras e usufrutos, que favoreçam e permitam a convergência de acções, de manutenção e preservação dos diversos testemunhos histórico culturais, dando, por consequência, continuidade às tradições e às gerações, ou seja, dando futuro ao passado.

Mas, segundo António Costa<sup>111</sup>, perante pressões dos mais diversos sectores, a cidade histórica vai navegando ao sabor do vento e do gosto de quem dela faz gestão, correndo o risco de o que era património vivo passar a ser ruína, o que era majestoso

---

<sup>109</sup> PEREIRA, Paulo, “O Património como Problema e como Ideologia”, in *Intervenções no Património – 1995-2000 (Nova Política)*, Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1997, p.11.

<sup>110</sup> JAREK, Gisele Lutk S., “Cidade: Culturas, Memórias e Identidades – Uma Proposta em Educação Patrimonial”, in <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/425-2.pdf>, (06.01.2011).

<sup>111</sup> COSTA, António Ricardo da, “Cidade, Ideologia e Património”, in *Jornal Arquitectos da Ordem dos Arquitectos*, Lisboa, 2003, p. 26.

palácio, passar a triste escombro, o que era rua clara e limpa passar a beco escuro e sombrio.

A fruição da História através dos monumentos é uma prática já velha de pelo menos dois séculos, enquanto a fruição da História numa atmosfera urbana é uma prática que surgiu recente, dentro das sociedades modernas ocidentais e onde é conferido um papel de destaque ao património cultural em geral.<sup>112</sup> A cidade, na sua essência, com as suas ruas, praças, jardins, aglomerados urbanos, etc., constitui-se, por si só, num documento vivo pronto a ser explorado. Plena de vivências e memórias, subsiste no contacto com essas mesmas manifestações culturais, o processo activo de construção do conhecimento, do sentido de apropriação e conseqüente valorização do património cultural.

A essência do presente trabalho reside nestes conceitos, sendo o seu principal objectivo a recuperação e apresentação da história do Campo de Santa Clara, que se revelou de um interesse que ultrapassa o meramente local, uma vez que, como demonstramos, se manteve sempre estreitamente ligada e associada aos diversos processos de fundação e refundação simbólica da nacionalidade, através da localização de espaços de homenagem aos grandes vultos nacionais.

## **2. O papel da Literatura de Viagens**

Entrever o enredo histórico e patrimonial que se nos apresenta na envolvimento do Campo de Santa Clara exige-nos abraçar uma cronologia bastante extensa, a qual teve início na conquista da cidade de Lisboa aos Mouros e tem por final os dias de hoje. A cidade de Lisboa mereceu desde sempre um importante lugar na literatura nacional e estrangeira. Quer pela sua posição geográfica, quer pela riqueza dos seus solos e águas, quer pela sua grandeza e espectacularidade, teve o privilégio de abonar dos mais diversos comentários e descrições a seu favor. Protagonista de várias aventuras, feitos e

---

<sup>112</sup> CARNEIRO, Alice Maria Pinto de Azevedo, *op. cit.*, p.47.

lendas, fez parte do imaginário grego e dos seus grandes clássicos, nomeadamente na “*Odisseia*” de Homero.

Efectivamente e, apesar de a crónica, inicialmente, não corresponder a um género literário que versava sobre sítios, mas sobre personalidades e os seus grandes feitos, à medida que, a mesma, foi alargando os seus horizontes, foi tomando em consideração a importância que toda a envolvente representava para esses mesmos feitos históricos<sup>113</sup>. Foram muitos os cronistas que, de uma forma ou de outra, se debruçaram sobre a cidade de Lisboa, utilizando-a quer como figurante nas heróicas histórias de outras personagens, quer como protagonista das suas próprias histórias.

Alguns séculos mais tarde, Damião Góis (1502/1574), na sua obra intitulada “*Descrição da Cidade de Lisboa*”, descreve a cidade de Lisboa aos seus limites, percorrendo a sua malha urbana, de ruelas, becos e travessas espalhados pelos seus montes e vales, de caminhos tortuosos, exaltando-a tanto pela beleza quanto pela variedade de construções, que ascendiam aos vinte mil edifícios. Ao elaborar esse inventário, exaustivo quase, da capital que se tinha expandido muito para além das muralhas, Damião Góis tomou o lugar de primeiro “*Olisipógrafo*” da cidade, cabendo, por seu lado, a Francisco d’Olanda (1517/1585), ao desenhar em aquarela a vista panorâmica de Lisboa e o seu primeiro “*plano de urbanização*”, a categoria de primeiro “*Urbanista*” da capital.<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> Gomes Eanes de Zurara (1404/ 1474), que foi sucessor de Fernão Lopes no ofício de cronista, autor da *Crónica da Tomada de Ceuta*, serviu-se de apontamentos deixados pelo seu antecessor. Zurara terá sido, igualmente, requisitado para a elaboração de obras de carácter senhorial, com o fim de exaltar e enobrecer o bom nome e fama de certas famílias, através do relato heróico dos seus feitos, do seu envolvimento e auxílio militares prestados à Coroa, na consolidação do poderio nacional nas Praças de Marrocos. Foi o caso das *Crónicas do conde D. Pedro de Meneses*, primeiro Governador de Ceuta e de seu filho *D. Duarte de Meneses*. No entanto, na elaboração da primeira Crónica, Zurara fez fé em documentos e testemunhos de pessoas que conheciam o primeiro Governador de Ceuta, pecando por omissão e por relatos pouco verídicos, que deram azo a invejas cortesãs. Por esse facto, passou o cronista a visitar os locais, de forma a tomar conhecimento pessoal dos seus palcos geográficos e a proceder à recolha de depoimentos locais, que lhe possibilitassem um relato mais fiel e verídico dos acontecimentos.

<sup>114</sup> CARDOSO, António José Andrade Muñoz de, *Urbanismo e Arquitecturas, Lisboa dos Descobrimientos*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagística, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1995, p. 15.

No “*Sumario e[m] que breuemente se contem algumas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa*” (1554), Cristóvão Rodrigues de Oliveira (séc. 16), refere o facto de ter recebido por parte do Arcebispo de Lisboa a incumbência de obter informações sobre os rendimentos de todas as igrejas, colégios, mosteiros, hospitais, capelas e confrarias da cidade, bem como, o número de casas e seus moradores e ofícios desenvolvidos, facto que leva o autor a dividir a obra em duas partes distintas, a Eclesiástica e a Secular.

Dá-se início, desta forma, ao despoletar de uma fase de interesse pelas riquezas urbanísticas da capital, as quais são descritas e transcritas, de forma repetitiva e quase exaustiva, em forma de inventário, por vários escritores ao longo dos séculos, como são exemplo disso o “*Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa na Segunda Metade do Século XVI*” (1552) da autoria de João Brandão (séc. XVI), o “*Livro das Grandezas da Cidade de Lisboa*” (1620), de Fr. Nicolau de Oliveira (1566/1634), “*Antiguidades da Mui Nobre Cidade de Lisboa, Império do Mundo e Princesa do Mar Oceano*” (1623), de António Coelho Gasco (séc. XVII), a “*Fundação, Antiguidade e Grandezas da mui insigne cidade de Lisboa*” (1652), de Luís Marinho de Azevedo (séc. XVII), o “*De sitio de Lisboa: sua grandeza, povoação, e commercio*”, (1786) de Luíz Mendes de Vasconcelos (séc. 18), entre muitos outros.<sup>115</sup>

Outras são as obras que, embora de carácter mais geral, consagram à capital uma parte substancial das suas páginas, tal é o caso da “*Corografia Portuguesa*” (1706/1712) do Padre António Carvalho da Costa (1650/1715) e o “*Mapa de Portugal*” (1729) de João Baptista de Castro (1700/1775).

No século XVIII, numa época que respirava das profundas mudanças culturais, sociais, económicas e políticas que despoletavam por todo o mundo, surge uma literatura, muitas vezes associada a viagens, que tentava divulgar e dar a conhecer o que de melhor o país tinha para oferecer.

Numa fase embrionário, surgiram os *Diários de Viagens ou Livros de Viagens*, os quais eram escritos por viajantes, que escolhiam Portugal, como local de estadia ou

---

<sup>115</sup> TEIXEIRA, Luiz, *Lisboa e os Seus Cronistas*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1943, p. 6 e BRANCO, Fernando Castelo, *Op. Cit.*, pp. 15/16.

de passagem. “Robert South<sup>116</sup>, numa carta a Miss Barker, dizia-lhe: «Fazes bem em ler livros de viagens<sup>117</sup>, que são quase os únicos livros modernos dignos de leitura». “<sup>118</sup> O desencadear deste género literário teve a sua origem na Europa culta do norte, nomeadamente, Inglaterra, França e Alemanha, da segunda centúria de setecentos, altura em que a Península Ibérica não era, ainda, considerada como “europeia”.

Devido às alterações económicas, sociais, políticas e culturais sofridas, registou-se, no século XVIII, um aumento considerável de deslocações de estrangeiros a Portugal, que resultou no surgimento dos livros de viagens, que por encomenda ou por simples prazer de escrever diários de viagem, se transformaram num género literário ímpar e de grande valor. Extravasando a literatura da época, a apresentação do desconhecido e do exótico, através do relato e descrição de países, gentes e costumes diferentes, guiaram a predilecção por obras deste género.

Este género literário, quando explorado de uma forma mais séria, e menos fantasiosa, foi utilizado à luz da variedade de credos, religiões, sociedades e seus governantes, como forma de protesto e argumentação com vista ao “(...) abalo dos princípios racionais em que a sociedade vivia organizada. (...) minar a Autoridade, consubstanciada na Igreja Católica e na instituição monárquica.”<sup>119</sup>

---

<sup>116</sup> **Robert Southey** (1774/1843), historiador e poeta laureado britânico da escola do Romantismo.

<sup>117</sup> “*Journey from London do Genoa, through England, Portugal Spain and France*” de Baretto, “*État présent du Royaume de Portugal em l’année 1766*” de Dumouriez, “*Travels Through Spain and Portugal, in 1774*” de Dalrymple, “*Travels Trough Portugal and Spain, in 1772 and 1773*” de Twiss, “*A General View of State of Portugal*” de Murphy, “*Flore portugaise ou description de toutes les plantes qui croissent naturellement en Portugal*” de Link, “*Letters Written During a Short Residence in Spain and Portugal. With Some Account of Spain and Portuguese Poetry*” de Southey e “*Portugisisk Resa, Beskrifven i Breftill Vänner*” de Ruders, que quer pela sua notabilidade, fidelidade nas descrições, fragrância dos aspectos superficiais, pelas informações e comentários ou pelas opiniões heréticas, estes livros, muito contribuíram para a formação da imagem, de Portugal, que ficou corrente na Europa do século XVIII e que foi aceite pelo português, apenas um século mais tarde, como a «vera efigie do seu país», in CHAVES, Castelo Branco, *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Amadora, 1977, p. 14.

<sup>118</sup> Idem, p. 9.

<sup>119</sup> CHAVES, Castelo Branco, *Op. Cit.*, p. 11.

Na maioria das vezes, os viajantes vinham a Espanha e Portugal com ideias predefinidas e baseadas na especulação. A viagem servia muitas vezes, como forma de confirmação e ilustração das suas teses. As sociedades Espanhola e Portuguesas eram consideradas demasiado atrasadas e ignorantes, fanáticas e bárbaras, baseadas numa inquisição que através do clero dominava os reis e desta feita todas as outras classes sociais. A censura funcionava como mecanismo de uniformização católica, que tentava a todo o custo manter o pensamento livre de ideias de mudança e inovação. Os Portugueses eram, ainda, acusados e censurados por não viajarem, senão para o Brasil, África e Índia, mostrando falta de interesse pela Europa culta.

A nível nacional, o grande Terramoto de 1755, desencadeou a curiosidade do mundo, sobre a cidade de Lisboa e do País. O espectáculo da tragédia, o pânico e o desespero humanos, aguçaram o interesse pela cidade.

*“(...) Lisboa em ruínas tornou-se um centro de atracção da curiosidade europeia. Os Protestantes aproveitaram o cataclismo para o apontarem como um castigo de Deus contra a idolatria e superstição dos portugueses. Assim, nos finais do século XVIII, as viagens a Portugal estiveram na moda em Inglaterra.”<sup>120</sup>*

De uma forma geral, os livros de viagens, escritos por estrangeiros, no século XVIII, sobre Portugal, constituem-se como elementos de caracterização e descrição da nação e do povo português nessa época. Na maioria dos casos, foram escritos de forma tendenciosa e improvisada, generalizando o que lhes era permitido observar no percurso escolhido ao resto do país:

*“Enganados ou enganadores, ou ambas as coisas ao mesmo tempo, foi a tónica da maioria dos forasteiros que descreveram as suas viagens em Portugal na década de setecentos.*

*Desses enganamentos por generalizações arbitrarias, por intuições sem agudeza nem alcance, por acomodação a ideias preconcebidas, se emendaram,*

---

<sup>120</sup> Idem, p. 13.

*censuraram ou corrigiram uns aos outros, mas nada que fossem os portugueses a fazê-lo.*

*(...) Não é invulgar para um estrangeiro ver-se em sérias dificuldades para obter de fonte segura informações sobre o próprio país em que se encontra. No entanto, não deixa de causar admiração a negligência de tantas pessoas, aliás instruídas, que tendo vivido muitos anos no mesmo lugar, não chegam a conhecê-lo senão superficialmente, (...)*<sup>121</sup>

Apesar das várias irregularidades e defeitos apontados aos *Livros de Viagens*, estes foram responsáveis pela divulgação do património monumental português a nível internacional e, em muito boa parte, responsáveis pela redescoberta do próprio país pela elite nacional, de onde, entre outros, constam os nomes de Almeida Garrett (1799/1854), Alexandre Herculano (1810/1877), Inácio Vilhena Barbosa (1811/1890), Júlio César Machado (1835/1890), Ramalho Ortigão (1836/1915) e Júlio de Castilho (1840/1919) que, ou por serem assíduos leitores da literatura produzida no estrangeiro, ou por força da experiência do exílio, despertaram para o facto de o património monumental português ser motivo de interesse para os estrangeiros e de abnegação para os nacionais.

Não alheios à redescoberta do passado e do património nacional ficaram, ainda, alguns acontecimentos cujas repercussões foram desastrosas para esses mesmos valores, ou seja, o Terramoto de 1755, as três Invasões Francesas (1807-1811), a Guerra Liberal (1832-1834), a Vitória do Liberalismo (1834) e a Implantação da República (1910).

Neste sentido, “*A renovação litteraria que a geração actual intentou e conclui, não foi instincto; foi o resultado de largas cogitações, veio com as revoluções sociais, e explica-se pelo mesmo pensamento d’estas.*”<sup>122</sup>

Das profundas mudanças políticas, económicas, sociais e culturais que tiveram início nos finais de 1700, nasceu uma nova tomada de consciência histórica e consequentemente o culto dos monumentos históricos. Alguns dos nossos escritores,

---

<sup>121</sup> CHAVES, Castelo Branco, *Op. Cit.*, pp.27 e 29.

<sup>122</sup> BRAGA, Teófilo, *História do Romantismo em Portugal*, Ulmeiro Universidade, Lisboa, 1984, p. 105.

cabecilhas de uma elite esclarecida e viajada, conseguiram através das suas obras, de forma mais ou menos evidente, despertar as consciências adormecidas para a problemática da salvaguarda do património monumental nacional construído:

“(…) O intelectual romântico, na linha de desenvolvimento de uma posição que já vinha do século XVIII, sentiu-se participante de uma «República das letras» constituída por todos aqueles que, tendo ascendido por mérito (e não por nascimento ou riqueza) ao papel de mediadores da verdade, deviam irradiá-la, tendo em vista reformar a «alma nacional».<sup>123</sup>

O desejo de “auto-conhecimento nacional”, levou a que uma elite culta e viajada, se dedicasse à produção de monografias locais e de outras variantes literárias que permitiram a divulgação do património artístico, monumental e cultural português, às quais passaram a chamar de *Guias de Viagens*, e que tinham duas versões, uma para os nacionais, outra para os estrangeiros.

Estes *Guias de Viagens*, foram responsáveis pela divulgação do património de muitos países, especialmente do português. Como já foi referido, alguns autores portugueses atraídos pela redescoberta do próprio país, escrevem monografias que permitiram o acesso, mais fácil, ao conhecimento da história nacional e local. Grandes incitadores nacionais desse novo tipo de literatura foram:

Almeida Garrett fundador do movimento romântico em Portugal, o qual manifestou desde o seu primeiro poema, um genuíno interesse pelo passado nacional e pela valorização da cultura popular, como fontes de inspiração para a mudança cultural que Portugal exigia. Em “*Viagens na Minha Terra*”, publicadas em 1846, Garrett apresentou uma moderna prosa literária portuguesa, uma miscelânea de estilos e géneros, resultantes da vivacidade das descrições e expressões utilizadas na crónica da sua viagem entre Lisboa e Santarém. Esta crónica, em que Garrett se revelou, ao mesmo tempo, autor e narrador, colocou a descoberto, igualmente, as características político

---

<sup>123</sup> CATROGA, Fernando, CARVALHO, Paulo Archer de, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, Universidade Aberta, Lisboa, 1996, p. 37.

sociais de um país que dava os primeiros passos para uma vivência social e política renovadora e liberal.

Alexandre Herculano considerado um dos principais vultos do romantismo em Portugal, aceitou os grandes desafios intelectuais do seu tempo, revelando-se num dos mais cerrados defensores da pátria, da sua história e do seu património construído.

*“(…) Esforça-se por fazer da sua obra autêntica mensagem de dignificação colectiva, na esfera da acção como da cultura. Isto em meio de uma sociedade em que as aspirações românticas cediam cada vez mais o passo aos interesses egoístas; (...) interessam-no os destinos da Nação, o drama dos seus contemporâneos. Entre as criações e produções do romancista e do historiador, vai intercalando ensaios consagrados às realidades actuais, concretas, da administração, da economia, da cultura. (...) Aos artistas cabiam assim responsabilidades de curas de almas e cumpria-lhes por consequência manter o seu posto, como sinal da vocação que os enobrecia.”<sup>124</sup>*

Ramalho Ortigão, uma das figuras da chamada Geração de 70, que ao desacreditar na capacidade de Portugal em se aproximar das sociedades modernas europeias e anticlericais, se voltou para as suas raízes, presenteando o seu público com a edição de várias obras de índole histórico patrimonial, tais como “*O Mistério da Estrada de Sintra*” (1871), “*As farpas*”(1871-1887), “*As Praias de Portugal*”(1876), “*Notas de Viagem*”(1879), “*A Fábrica das Caldas da Rainha*” (1891), “*O Culto da Arte em Portugal*” (1896), “*Arte Portuguesa*” (1947), entre outras. Sendo de realçar, o papel fundamental desempenhado pelo *Culto da Arte em Portugal*, que se apresenta, quase, como uma cartilha, na instrução das várias gerações seguintes, no que diz respeito à salvaguarda do património.

---

<sup>124</sup> CIDADE, Hernâni, *Século XIX – A Revolução Cultural em Portugal e alguns dos seus Mestres*, Colecção «Ensaio», Edições Ática, Lisboa, 1961, p. 42.

### 3. A Olissipografia

O século XIX assistiu ao início de um novo género literário, tendo como objecto principal as mais diversas temáticas à volta da cidade, nas suas vertentes sociais, económicas, culturais, históricas e patrimoniais. Lisboa ganhou a partir deste século um estilo literário próprio, o qual, a ela, se dedicou em exclusivo.

Ao contrário da falta de espírito crítico apontado às obras anteriores, o rigor tornou-se o ponto forte desta nova corrente literária: a Olissipografia. A Olissipografia prima pela observação, investigação, estudo, esclarecimento, análise e síntese de tudo quanto existiu e aconteceu na cidade de Lisboa. Dela nasceu uma nova categoria de profissionais, os Olissipógrafos.

Por vontade individual ou colectiva, em resultado de um conjunto de desejos ou necessidades, o movimento romântico iniciou o despertar e o interesse pelos vestígios do passado, no seio da elite esclarecida portuguesa. Começaram a surgir várias obras de incitação à descoberta do país, do qual é exemplo o *“Itinerário que os estrangeiros que vêm a Portugal, devem seguir na observação, e exame dos edifícios e monumentos mais notáveis deste reino.”*, escrito, em 1845, por António Dâmaso de Castro e Sousa (1804/1876).

Também, os jornais literários e de divulgação tiveram um papel relevante, no âmbito da dinamização da cultura portuguesa em geral, na medida em que abrangiam uma maior faixa de leitores, tais eram os casos de *“O Panorama”* (1837), o *“Arquivo Pitoresco”* (1857), o *“Universo Pitoresco”* (1839), *“A Ilustração”* (1845), o *“Diário Ilustrado”* (1872), entre outros.

Inácio de Vilhena Barbosa fundou, em 1848, o *“Universo Pitoresco”*, colaborou em diversas publicações, tais como, o *Panorama*, o *Panorama Fotográfico de Portugal*, o *Mosaico* e o *Arquivo Pitoresco*, onde pela vulgarização das notícias sobre os monumentos, pretendeu chamar a atenção para a salvaguarda dos mesmos e alertar as consciências para os actos de vandalismo contra eles praticados. Barbosa iniciou, no ano de 1857, a publicação, no Semanário Ilustrado *“Archivo Pittoresco”*, de uma série de artigos sobre a cidade de Lisboa, o seu património artístico e monumental e no ano de

1861 deu início à publicação de um Roteiro pela Capital com o nome de “*Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inéditos)*” o qual se prolongou por vários anos.

Júlio Machado publicou, em 1858, o romance “*A Vida em Lisboa*”, no qual dedicou parte do 20º Capítulo à “Feira da Ladra” e que segundo as suas próprias palavras “(...) *é mais um extenso folhetim com todas as liberdades deste género literário, do que um romance*”<sup>125</sup>, mais tarde, em 1872, lançou o “*Novo Guia do Viajante em Lisboa e Arredores*”, editado por J. Bordalo onde fez a apresentação de vários itinerários em Lisboa:

*“ Para commodidade do viajante, que não possa demorar-se muitos dias em Lisboa vamos apresentar-lhe aqui o itinerário de quatro passeios que começam e acabam no Terreiro do Paço, dentro dos quaes encontrará tudo que há de notável a ver inter-muros da cidade, buscando informações sobre os logares a hi apontados nos respectivos artigos d’este guia. (...) Quarto passeio, Terreiro do Paço, (...), Largo da Graça, convento das Mónicas, Egreja de S. Vicente, Campo de Santa Clara, Palacios do Conde de Barbacena, do Marquez de Lavradio, e dos Cordes, Fundição de Cima, Obras de Santa Engrácia. Hospital da Marinha, Rua do Paraíso, Portas da Cruz, (...)”*<sup>126</sup>

Foi deste modo que, também, Júlio de Castilho, filho de António Feliciano de Castilho (1800/1875), embebido neste sentimento patriótico e nacionalista, fez uso dos *Livros de Viagens*, na recolha de preciosas informações e notícias, muito embora não tenha deixado de afirmar que:

*“«Entre viajantes estrangeiros que falam de nós (por outra: se dignam a fazer-nos a honra de falar de nós, da nossa terra, dos nossos usos, dos nossos merecimentos, dos nossos defeitos), há uns (e umas) simplesmente*

---

<sup>125</sup> DIOGO, Américo A. Lindeza, *A Vida em Lisboa – Romance Contemporâneo*, de Júlio César, Angelus Novus Editora, Braga-Coimbra, 1999, p 1.

<sup>126</sup> CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga - Bairros Orientais*, 2ª Edição Revista e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva, Volumes X, Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1939, p. 8.

*malignos; esses só engendram caricaturas, em que, pretendendo agredir-nos, se ridicularizam a si próprios. Outros entusiasmados com o clima, com a paisagem, com a bondade do Povo, com a hospitalidade proverbial da nossa gente, com a mansidão arqueológica e patriarcal dos nossos costumes, desentranham-se em elogios exagerados; lembram os retratos femininos de Madrazo, que, sem deixarem de ser parecidos, são mil vezes mais belos que os originais, graças aos segredos do claro-escuro, da posição e da cor. Outros viajantes, enfim, misturam os encómios com as críticas e vendem as maçãs maduras de envolta com as verdes».*<sup>127</sup>

Seguindo as bases da erudição literária e do sentido plástico apurado, transportou para a pena todo um ambiente ao redor da sua cidade eleita. Ruas, casas, monumentos, igrejas, famílias, costumes, tradições, romarias, etc, tudo ele rebuscou ao mais ínfimo pormenor, permitindo a sua reconstrução faustosa e realista. Castilho apresentou-se-nos como discípulo de Alexandre Herculano, abordando temas por este já tratados e fazendo-lhe várias alusões e elogios ao longo das suas obras. Copiou-lhe a metodologia, o rigor, a sensatez e a investigação minuciosa:

*“ (...) O Visconde de Castilho empregava um methodo escrupuloso. Indagava os assumptos até às últimas minúcias, e, quando se tornava necessário, approximava-os com o telescópio de Herschell ou a luneta astronómica, ampliava-os com o microscópio ou a lupa convergente. Para a sua pesquisitiva curiosidade, não existia papel inútil, indicação graphica dispensável ou nótula de memoriographo que se devesse desprezar.”*<sup>128</sup>

Por todas essas características, o seu legado é caracterizado pelo pioneirismo e pela validade contínua que tem demonstrado ter, ao longo dos anos. Castilho, em testamento de 7 de Outubro de 1913, deixou todo o seu espólio de plantas, gravuras, fotografias, desenhos e colecção de registos de Santos, à Torre do Tombo.

---

<sup>127</sup> CHAVES, Castelo Branco, *Op. Cit.*, p. 65

<sup>128</sup> TRANCOSO, Miguel, *In Memoriam – Júlio de Castilho (2º Visconde de Castilho)*, Diário de Notícias, Lisboa, 1920, p. 138.

As palavras Olisipografia e Olisipógrafo derivam da palavra Olisipo. Nome misterioso, Olisipo, esconde a sua verdadeira origem, dando azo às mais diversas explicações fantasiosas<sup>129</sup>. Devem a sua emergência aos estudos feitos por Júlio de Castilho sobre a cidade de Lisboa, no passado século XIX:

*“Júlio de Castilho é considerado o fundador da olisipografia. (...) é Júlio de Castilho quem vai iniciar, com a publicação de Lisboa Antiga – Bairro Alto, esse movimento tão relevante na historiografia portuguesa a que é dada a designação de olisipografia. Matos Sequeira, ao prefaciar a terceira edição dessa obra, entretanto ampliada, teve este comentário justo: «Quando em 1879 saiu dos prelos o primeiro volume de Lisboa Antiga, onde o insigne Júlio de Castilho enfeixou os seus primeiros estudos investigadores sobre o Bairro Alto de S. Roque, onde se lhe abria o caminho para a sua grandiosa obra de ressurreição da cidade, o meu saudoso e querido Mestre decerto não visionou o interesse excepcional que tal obra viria a despertar».*<sup>130</sup>

Todavia, esta opinião, de forma genuína ou sob falsa modéstia, não foi partilhada pelo próprio Júlio de Castilho, que na sua obra intitulada “*In Memoriam – Júlio de Castilho*” (1920), atribuiu esse lugar a Vilhena Barbosa:

*“Entre todos eles é justo mencionar o bom e honrado Vilhena Barbosa. Esse sim; esse arrastou consigo uma corte cerrada de trabalhadores e indagadores incansáveis. Não se calcula a influência simpática do Arquivo Pitoresco.”*<sup>131</sup>

Atribuição que não reuniu consensos, na medida em que apesar de Vilhena Barbosa ter contribuído com diversos artigos sobre Lisboa, publicados no “*Arquivo*

---

<sup>129</sup> ALMEIDA, Justino Mendes de, *De Olisipo a Lisboa – Estudos Olisiponenses*, Edições Cosmos, Lisboa 1992, p. 18. Foi Leite Vasconcelos (1858/1941), quem, com maior clareza, se aproximou da derivação da palavra Lisboa de Olisipo, e esta do vocábulo Olisipona.

<sup>130</sup> SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Dicionário da História de Lisboa*, Gráfica Europam, Lda, Lisboa, 1994, p. 662.

<sup>131</sup> BRANCO, Fernando Castelo, *Op. Cit.*, p. 19.

*Pitoresco*”, pelas características breves das suas descrições, que demonstravam pouco ou nenhum estudo, a ausência de indicação de fontes, a falta de espírito crítico e a falta de rigor, foi este autor, sempre, considerado um divulgador e não um investigador. Desta forma, Barbosa remeteu-se ao papel de “(...) «*um excelente vulgarizador*»”<sup>132</sup>. Para além do facto de os seus artigos não se dirigirem exclusivamente à cidade de Lisboa, mas ao País inteiro, como são exemplo disso artigos publicados sobre o Douro, sobre Vizela, Guimarães, entre outras cidades e regiões.

Assim, a Olisipografia passou a denominar o movimento, ou corrente historiográfica, de carácter científico, que se dedica exclusivamente ao estudo das várias temáticas sobre a cidade de Lisboa. Temáticas, essas, que versam os âmbitos históricos, económicos, sociais, culturais e patrimoniais, entre outros. Por sua vez, a palavra Olisipógrafo passou a denominar a personagem que se dedica a esse estudo.

Conforme foi revelado pelo próprio Castilho, o seu primeiro estudo da cidade de Lisboa surgiu quando se encontrava a elaborar uma biografia sobre seu pai e se interessou por conhecer o sítio onde este tinha nascido. Embrenhou-se de tal forma na investigação, que lhe foi dando corpo e acabou por escrever um volume sobre essa temática, com o nome de “*O Bairro Alto*”, publicada pela primeira vez em 1879. Segundo palavras do próprio:

*“«Tendo tomado o gosto a este género de pesquisas históricas e artísticas no alcantilhado terreno da crónica lisbonense, continuou o autor os seus estudos, tanto nos livros impressos como nos registos das paróquias como no veio riquíssimo da tradição».”*<sup>133</sup>

A Olisipografia, surgiu no seguimento de um processo de mudança em que Portugal se encontrava desde o século XVIII, fruto da agitação provocada na Europa, por correntes ideológicas heterodoxas que deram lugar à Revolução Francesa, a qual teve repercussões mundiais intensas. Efectivamente, no mundo da cultura, tanto as viagens, como os exílios voluntários ou forçados, e as expedições militares executadas, provocaram e proporcionaram uma reviravolta no seio das elites europeias:

---

<sup>132</sup> BRANCO, Fernando Castelo, *Op. Cit.*, p. 21.

<sup>133</sup> Idem, *Op. Cit.*, p. 23.

Em 1863, sob proposta de Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806/1896), foi criada a *Associação dos Arqueólogos Portugueses*, que viu, no ano seguinte, os seus estatutos aprovados, e em 1872, a mudança do nome, para Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses. Para além destas duas categorias profissionais, a Associação aceitou a colaboração de todas as pessoas ilustradas da nação que demonstrassem interesse pela mesma e o que esta representava.

Fundada na cidade de Lisboa, a Associação revelou-se, sempre, intimamente ligada à salvaguarda e conservação do património lisbonense. Em 1864, num acto de resgate da situação de abandono a que as ruínas do Convento do Carmo se encontravam, decidiu, a Associação, colocar um pedido de cedência das mesmas, para a construção de um Museu que permitisse salvaguardar fragmentos arquitectónicos com valor para a história da cidade. O seu pioneirismo na defesa e salvaguarda do património, foi-lhe reconhecido pela portaria do Ministério das Obras Públicas, de 24.10.1880.

Porque tudo o que dizia respeito à cidade de Lisboa, recebia, sempre, o melhor acolhimento e empenhamento, por parte da Associação e seus sócios, desenvolveu-se e funcionou no seu seio, entre os anos de 1912 e de 1933, uma activa Secção e Estudos Olisiponenses (restabelecidos em 1993). São, ainda, atribuídas à Associação a fundação do *Museu da Cidade* (1942) e a criação do *Grupo de Amigos de Lisboa* (1936).

No seguimento, e em resultado, das várias temáticas abordadas e estudadas pela Associação, sobre a cidade de Lisboa, surge, em 1914, a *Exposição Olisiponense*. A exposição foi pensada e preparada para comemorar e mostrar o trabalho realizado pela Associação, nos seus 50 anos de existência. Faziam parte da comissão organizadora, os ilustres, Júlio de Castilho e Gustavo de Matos Sequeira (1880/1962).

A história do Museu da Cidade, “(...) remonta à primeira vereação republicana (1908-1912), presidida por Anselmo Braamcamp Freire, por proposta do vereador António Tomás Cabeceira (...).”<sup>134</sup> Tendo sido adiada a sua execução, a ideia foi retomada e entregue, em 1921, à Associação dos Arqueólogos Portugueses. Inaugurado no ano de 1922, no Convento do Carmo, pela falta de condições, viria a ter um período de vida curto.

---

<sup>134</sup> BRANCO, Fernando Castelo, *Op. Cit.*, p. 598.

O Museu viria a surgir, novamente, no ano de 1935, sob um conceito museológico mais adequado. Foi-lhe destinado o Palácio dos Arcebispos no Poço do Bispo, mas acabou por ser inaugurado, de forma provisória, no Palácio da Mitra, no ano de 1942, sob a alçada do Dr. Mário Tavares Chicó (1905/1966).

Foi no ano de 1961, que com a compra do Palácio Pimenta, no Campo Grande, surgiu a oportunidade de levar a bom termo, a execução de uma mostra expositiva sequencial e completa da história e vida cidade de Lisboa.

*“Depois das obras de conservação e de adaptação efectuadas a partir de 1976, o Museu da Cidade foi finalmente instalado e aberto ao público, em fases sucessivas, entre 1979 e 1984, segundo um programa que contempla toda a evolução histórica de Lisboa, desde as suas origens pré e proto-históricas, até à implantação da República em 1910, sendo referenciados, em cada sector, através de abundante documentação iconográfica, de tipo muito diversificado (pintura, gravura, desenho, cerâmica, arqueologia, manuscritos, etc), os acontecimentos históricos, desenvolvimento urbanístico da cidade, usos e costumes da população, aspectos do artesanato, sendo, frequentemente, as colecções completadas com gráficos, moldagens e maquetas.”*<sup>135</sup>

No que diz respeito à criação do Grupo de Amigos de Lisboa, a ideia surgiu pela mão de dois cidadãos comuns, que a enviaram por carta para o jornal “O Século”, no ano de 1917. A sugestão seria aceite e tomaria forma, a partir do ano de 1924, quando:

*“(...) os próprios membros da Secção de Arqueologia Lisbonense, depois chamada Secção de Estudos Orlisiponenses, reconheciam a necessidade de, noutros moldes e autonomamente, se impulsionar a defesa do património físico e, porventura, de outros valores da cidade.”*<sup>136</sup>

---

<sup>135</sup> SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Op. Cit.*, p. 599.

<sup>136</sup> SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Op. Cit.*, p. 63.

Vários são os Olisipógrafos, que publicamente, através dos Jornais Nacionais, expressam o seu interesse na criação do Grupo dos Amigos de Lisboa. Ano após ano, a ideia conquista adeptos. No dia 18.4.1936, na sede da Sociedade de Propaganda de Portugal, no Largo do Chiado, é realizada a primeira Assembleia Geral e aprovados os estatutos do grupo, que, à data, reunia 100 sócios fundadores. Destes, são eleitos como corpo directivo Augusto Vieira da Silva (1869/1951), no cargo de Presidente e Luís Pastor de Macedo (1901/1971), no cargo de Secretário-Geral da Junta Directiva.

Em 1938, faz o Grupo sair ao prelo o primeiro número do boletim com o nome “*Olisipo*”, o qual passará a constituir-se como órgão oficial do mesmo, atingindo no ano de 1989 o nº 152 da 1ª série. Repositório de trabalhos sobre os mais variados temas olisiponenses, recebe a colaboração, entre outros, de Almada Negreiros (1893 / 1970), o qual contribui com a criação do emblema do grupo. São objectivos primordiais do grupo:

*“(...) a) Defender o património artístico, monumental e documental olisiponense; b) Contribuir para o estudo e solução dos problemas de urbanismo e expansão de Lisboa; c) Criar, por todos os meios ao seu alcance, correntes de opinião pública que reforcem acção colectiva do Grupo e estimulem o gosto pelos assuntos que interessem a Lisboa e seus arredores; d) Dar o seu parecer, quando solicitado, a instituições oficiais e particulares que se ocupem da administração, da defesa e do progresso da cidade.”<sup>137</sup>*

Várias são as formas encontradas pelo Grupo dos Amigos de Lisboa, para desenvolver e prestar um serviço público na área da educação patrimonial, à cidade, aos habitantes e aos visitantes, da cidade de Lisboa. Deste modo, e sob a vertente pedagógica, são organizadas visitas guiadas a monumentos, igrejas, palácios, museus, instituições públicas e privadas. São organizadas diversas exposições, conferências, cursos e colóquios. Do Grupo de Amigos de Lisboa, resultaram diversos estudos sobre a cidade, que deram corpo a vários livros, opúsculos, artigos, etc.

O Grupo recebeu da Câmara Municipal de Lisboa, a medalha de Ouro da Cidade (1956), em forma de reconhecimento do trabalho desenvolvido em prol da capital. Pelo

---

<sup>137</sup> Idem , p. 64.

vasto espólio reunido, assim como, pela pujança alcançada pela Olisipografia, surge no ano de 1934, sob a voz de Norberto de Araújo (1889/1952), a ideia de criar uma cadeira de *Estudos Olisiponenses*, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Com uma aceitação, praticamente automática, foram tomadas as devidas diligências no sentido de efectivar o projecto, e em 18.2.1935 sai no *Diário do Governo*, a publicação do decreto que cria o *Curso Livre de Estudos Olisiponenses*, na dita Faculdade.

Apesar, da aceitação demonstrada aquando do surgimento da ideia, o curso mantém-se durante uma década sem se efectivar. No dia 25.10.1945, sob a orientação do geógrafo Prof. Orlando Ribeiro (1911-1997), é proferida a lição inaugural, no salão nobre da Câmara Municipal, e posteriormente, publicada na *Revista Municipal*. O curso, de frequência livre, tem seguimento, no Palácio das Galveias, nos anos de 1946, 47 e 48. A partir de 1948 dá-se a extinção do mesmo.

É criado, no ano de 1954, pelos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, o *Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO)*, que em parte, teve origem numa ideia sugerida pelo Olisipógrafo Eng<sup>o</sup> Augusto Vieira da Silva, aquando da doação do seu espólio olisiponense à Câmara Municipal de Lisboa. Para além do acervo pertencente a este ilustre Olisipógrafo, o GEO recolhe nas suas instalações<sup>138</sup> um riquíssimo espólio bibliográfico, cartográfico, iconográfico e arquivístico sobre a cidade de Lisboa, o qual provém de arquivos pessoais, nomeadamente, dos Olisipógrafos Pastor de Macedo e Matos Sequeira, bem como de algumas figuras ilustres da nação, tal é o caso de Duarte Pacheco (1900/ 1943).

Para além da cooperação e apoio prestado a instituições nacionais ou estrangeiras e à comunidade científica, interessada no estudo da cidade, o GEO tem como funções primordiais:

*“(...) a recolha, tratamento e conservação de toda a documentação, antiga e actual e em qualquer tipo de suporte, sobre a cidade de Lisboa: a elaboração de estudos de investigação sobre a história e a evolução da cidade, bem como a defesa do seu património arquitectónico e cultural; a difusão de actividades culturais relacionadas com a história e vida de*

---

<sup>138</sup> Palácio do Beau Séjour, Estrada de Benfica, 368, Lisboa.

*Lisboa e a elaboração de projectos de arquitectura de recuperação e obras novas.*”<sup>139</sup>

Tudo aquilo que foi dito sobre a Orlisipografia, permite-nos concluir que para além do enorme interesse e gosto, demonstrado pela cidade de Lisboa, por todos aqueles quantos sobre ela se debruçaram, é, igualmente, traço comum, o interesse pelo estudo, pela investigação, pela criação de um método e pela inovação na abordagem de tudo quanto se refere à história da capital.

Sob estes conceitos, foi aberto o caminho para que, até, os mais insignificantes aspectos, acabem por se transformar em aspectos de grande significado, na medida em que o estudo da cidade, envereda pela multidisciplinaridade e pela diversidade de temas.

A primeira geração de Orlisipógrafos demonstrou, no entanto, ser tendenciosa no que se refere á escolha e tratamentos dos temas, na medida em, a grande maioria se debruçou pelo estudo das Igrejas, dos Conventos, dos Palácios, dos Usos e dos Costumes, assim como a busca pelas Histórias de Vida que pudessem existir em redor de todos esses elementos, repetindo-se muitas vezes os percursos e os discursos sem nada acrescentar. Apesar disso, a Cidade de Lisboa, a partir do final do século XIX, passa a auferir de uma literatura própria e genuína que a distingue das demais cidades do país.

## **Capítulo 2. Construir e transmitir as Memórias**

### **1. História e comemorações.**

O Campo de Santa Clara apresenta um carácter “genuíno” no que á identidade cultural diz respeito. A sua história ligada à fundação e ao desenvolvimento inicial da cidade, confere-lhe uma característica de autenticidade e antiguidade, a qual é reforçada

---

<sup>139</sup> SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Op.Cit.*, p. 427.

pela conservação de importantes testemunhos dessa mesma antiguidade – aquilo que constitui o seu património arquitectónico e imaterial.

Para além de o Campo de Santa Clara ter sido tomado como lugar de excelência por diversos e diferentes grupos sociais e entidades governamentais, ao longo dos anos, as alterações sofridas foram sempre de enobrecimento e engrandecimento do espaço, mantendo-lhe as características iniciais.

A par das campanhas de obras de restauro, de engrandecimento da obra e de exaltação de poder, levadas a cabo pela monarquia, ao longo dos séculos, nos monumentos do Campo de Santa Clara, também a hierarquia católica, após a extinção das Ordens Religiosas, revelou interesse na preservação do seu património imóvel e móvel, estando-lhe intrinsecamente ligado o intuito de recuperar o poder que a igreja outrora detivera.

A desamortização e mobilização da propriedade clerical, executada pelo governo liberal, conduziram, o património do Campo, à ameaça de descaracterização e ruína.

Com a Lei da Separação do Estado da Igreja, o catolicismo deixa de ser a religião oficial, dando lugar a uma panóplia de religiões. Com esta medida a política republicana, através da alienação dos bens da igreja, prossegue com o rude golpe contra o património artístico edificado.

O valor cognitivo e educativo conferido aos monumentos, como testemunhos autênticos da nossa história, despoletou na elaboração do inventário do património, elaborado com o intuito de dar a conhecer todo o legado patrimonial que nos era sucessório.

Contemporaneamente os monumentos nacionais passaram a ser encarados:

*“(…)enquanto documentos vivos das épocas de glória, assumem particular importância para o regime que faz da sua salvaguarda uma das suas principais «cruzadas» (...) O estatuto assumido pelos monumentos é indissociável da intenção nacionalista de reconduzir Portugal na tradição do seu passado épico, como determina um dos Dez Mandamentos do regime: «O Estado Novo quer reintegrar Portugal na sua grandeza histórica, na plenitude da sua civilização universalista de*

*vasto império. (...) A par destes grupos de imóveis consagrados, á partida, pelo ambiente ideológico-mental, o regime permitiu-se explorar o valor simbólico de determinados monumentos, no âmbito de comemorações e exposições evocativas, que funcionaram como veículo ideal e eficaz de acção propagandista do seu ideário, na intenção de inculcar confiança aos portugueses.”<sup>140</sup>*

Neste âmbito o Panteão foi inaugurado no ano do Quadragésimo Aniversário do Ressurgimento Nacional.

A palavra Panteão teve origem na Antiguidade Clássica – Pântheon que significava todos os Deuses. O termo passou a ter uma conotação funerária, significando a lugar de sepultura de reis, altas dignidades da igreja e nobres famílias. Sob o espírito da Revolução Francesa, é-lhe conferido um outro significado – “(...) *um local laico consagrado à memória dos grandes homens da Nação, constituindo a última morada daqueles que, por obras valorosas, contribuíram para a grandeza da sua pátria.*”<sup>141</sup>

*“A ideia de Panteão Nacional como local onde repousam os restos mortais ou são erguidos cenotáfios em memória de homens ilustres nasce num contexto de ruptura com o Antigo Regime, de Nacionalismos e progressiva secularização da sociedade. Daí o seu carácter eminentemente laico e a sua dupla função pedagógica, visando a criação de um sentimento colectivo de Nação, e comemorativa ligada à Memória.(...)”<sup>142</sup>*

Em Portugal, a ideia de erguer um monumento de homenagem às figuras ilustres da nação nasceu pela voz de liberais e românticos. Na década de 80 do século XIX, na busca incessante do lugar ideal para acolher os restos mortais dos grandes vultos da nação surge então a ideia de aproveitar a igreja inacabada de Santa Engrácia. A escolha teve uma boa caeitação por parte das entidades responsáveis e defensores da ideia da criação do panteão, e foi oficializada em 1916. Seria inaugurado, apenas, 50 anos depois.

---

<sup>140</sup> SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Op. Cit.*, pp. 143, 144, 146.

<sup>141</sup> *Op. Cit.* Catálogo “Obras de Santa Engrácia, O Panteão na República”, p. 79

<sup>142</sup> MANTAS, Helena Alexandra Jorge Soares

Estão lá panteonizados Almeida Garrett, João de Deus, Guerra Junqueiro, Aquilino Ribeiro, Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Óscar Carmona, Sidónio Pais, Humberto Delgado e Amália Rodrigues. No cruzeiro da igreja foram colocados cenotáfios de homenagem a Nuno Álvares Pereira, Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Pedro Álvares Cabral e Luis de Camões. Nos nichos exteriores foram colocadas imagens de Santa Engrácia, Santo Condestável e Santa Isabel. No cruzeiro da igreja as imagens de Santo António, São Teotónio, S. João de Brito e São João de Deus.

A Igreja de São Vicente de Fora foi, igualmente, escolhida para acolher um Panteão, desta vez um Panteão Real – Panteão da Dinastia de Bragança. Nele encontram-se os restos mortais da família da Casa de Bragança, cujos (...) *limites cronológicos – 1656-1951 – assinalam respectivamente os anos da morte de D. João IV, iniciador da Dinastia brigantina, e de D. Amélia de Orleans e Bragança, ultimo membro da Família Real recebido no Panteão.*<sup>143</sup> Este panteão foi instalado no antigo refeitório do mosteiro.

## 2. O Campo de Santa Clara – um percurso da sua salvaguarda

Da memória colectiva fazem parte saberes e valores que são partilhados por um mesmo grupo social, resultando dessa partilha uma identidade que os une e os distingue dos restantes. A pertença a uma comunidade pressupõe um sentimento de integração só possível através da herança cultural e patrimonial. A protecção e preservação dos valores comuns contribuem, ao mesmo tempo, para defender as noções de identidade e de alteridade, preservando aquilo que distingue uma comunidade relativamente a outra. O património histórico-cultural tem em si essa capacidade aglutinadora que confere coesão e identidade à memória colectiva.

A memória do passado é transmitida através da herança cultural, em função dos interesses do presente e das aspirações do futuro, como resultado do esforço consciente e deliberado de uma sociedade em manter viva a lembrança das coisas. Esse esforço

---

<sup>143</sup> Panteão da Dinastia de Bragança in <http://realfamiliaportuguesa.blogspot.com/2009/02/real-panteao-dos-bragancas-da-autoria.html> (Dezembro 2012)

passa pela elaboração e transmissão de uma história e da comemoração de actos, que se tornam referências e motivos de orgulho para os grupos sociais. Estes ritos, que representam a nação e fornecem signos de identificação colectiva, funcionam como edificadores da identidade nacional.

É, hoje, facto assumido que o património<sup>144</sup> faz parte da identidade cultural de um povo, pelo que é fundamental a sua defesa. Nesse sentido, têm vindo a ser desenvolvidas a inventariação e classificação<sup>145</sup> do património, sob o intuito de o salvaguardar e legar às gerações futuras. A salvaguarda do património é, hoje, caracterizada pela protecção de um conjunto bastante alargado de valores, os quais ultrapassaram, há muito, o âmbito do património arquitectónico.

O evoluir das mentalidades e a complexificação das sociedades proporcionou o alargamento do conceito de património, o qual passou a englobar novas tipologias e, consequentemente. O movimento moderno acabou, na realidade, por reforçar a emergência de uma *ideologia do património*, uma vez que todas estas correntes de pensamento criadas por historiadores, pensadores e escritores resultaram, em simultâneo, na procura do novo e na preservação do “antigo”.

A Portaria de 10 de Dezembro de 1880<sup>146</sup>, emitida pelo então Ministro do Reino, José Luciano de Castro, deu início à inventariação dos monumentos portugueses,

---

<sup>144</sup> Segundo o Art.º 2.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, integram o *património* cultural todos bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização. (...) Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesa.

<sup>145</sup> Segundo o Art.º 18.º da mesma Lei, a *classificação* do património consiste no acto final do procedimento administrativo segundo o qual se estabelece que um certo bem possui um valor cultural inestimável e insubstituível. Importa que esse processo seja organizado segundo normas genéricas, as quais conferiram prestígio e defesa desse bem tanto a nível nacional e como internacional. O Art.º 19.º da supramencionada Lei, entende por *inventário* do património o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação; Inventariar significa investigar, reunir, administrar e disponibilizar informação organizada que descreva fisicamente um objecto (ou conjunto de objectos), tendo em vista a compreensão de seu valor material e simbólico, a sua ligação com o meio a que pertence e as alterações físicas que vai sofrendo ao longo dos tempos.

<sup>146</sup> Diário de Governo N.º 285 de 10 de Dezembro de 1880.

documento que serviu de base de trabalho para a criação dos critérios de classificação que estiveram na base da selecção dos imóveis considerados *Monumentos Nacionais*, constando da listagem publicada a 10 de Janeiro de 1907, no Diário de Governo nº 14. Já com a implantação da República, o legado patrimonial português é definitivamente assumido como responsabilidade do Estado, o qual, em prol da sua salvaguarda, publica o Decreto nº1, de 26 de Maio de 1911. Mais tarde, a importância de preservar património imóvel estende-se à sua envolvente e

*“Pelo Decreto nº 21 875, de 18 de Novembro de 1932, foi o Governo autorizado a estabelecer zonas de protecção para os edifícios públicos de reconhecido valor arquitectónico; outro diploma, o Decreto-Lei nº 34 993, de 1 de Outubro de 1945, estabeleceu disposições particulares para o caso de imóveis públicos não abrangidos por aquela classificação, e outros foram sucessivamente promulgados, relativos a edifícios de diversas finalidades, como estabelecimentos de ensino, quartéis, etc. O domínio de incidência de tão salutares medidas foi ainda ampliado pelo Decreto-Lei nº 40 388, de 2 de Novembro de 1955.”<sup>147</sup>*

Paralelamente à evolução do conceito de *património*, assistiu-se também ao evoluir do conceito de *monumento*, acrescentando-se-lhe as noções de *sítio* e *conjunto*<sup>148</sup> – urbano ou rural.

A mudança de mentalidades provocada pelo 25 de Abril de 1974 teve fortes impactos no que ao valor do património diz respeito, sendo de assinalar o facto de a

---

<sup>147</sup> OLISIPO, Op. Cit., 1966, pp. 136/137.

<sup>148</sup> Segundo a Lei nº 13/85, de 6 de Julho, entende-se: por *Monumento* todas as obras de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras bem como as obras de escultura ou de pintura monumental; por *Conjunto* os agrupamentos arquitectónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a ponderem ser delimitados geograficamente, e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social; por *Sítio* as obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente características e homogéneos, de maneira a serem delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social. In LOPES, Flávio, *Critérios: Classificação de Bens Imóveis, Informar para Proteger*, IPPAR, Lisboa, 1996, pp. 20-23.

tutela dos monumentos nacionais ter começado a fazer parte da alçada de uma Secretaria de Estado da Cultura, directamente dependente da Presidência do Conselho de Ministros. A fixação dos monumentos nacionais no âmbito da política cultural nacional, promoveu a criação de um instituto próprio, com amplos objectivos no domínio do património imóvel e móvel, o IPPC - Instituto Português do Património Cultural (criado pelo Decreto-Lei N.º 59/80 de 3 de Abril). Posteriormente foi criado o Instituto Português do Património Arquitectónico (Dec-Lei 120/97, de 16 de Maio), que devido às várias reestruturações e fusões, se denomina, hoje, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (Decreto-Lei nº 96/2007, de 29/03).

O IGESPAR funciona, nos nossos dias, na dependência da Secretaria de Estado da Cultura, competindo-lhe a missão de gerir, salvaguardar, conservar e valorizar os bens patrimoniais imóveis nacionais, que pelo seu valor histórico, artístico, paisagístico, científico, social ou técnico, se encontrem classificados ou em vias de classificação. Pretende, este instituto, ser considerado um serviço público de excelência, no que se refere à gestão do património, quer a nível nacional e internacional, quer junto dos seus congéneres e dos diversos públicos-alvo. Tem como valores o respeito pelo Património, na aplicação da Lei em vigor (Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro e o Dec. Lei nº 309/2009 de 23 de Outubro), através do rigor técnico e científico, ético e transparente, da qualidade, da interdisciplinaridade e da cooperação com que desenvolve a aplicação da referida lei.

Compete, por lei, ao IGESPAR propor a classificação dos bens imóveis de âmbito nacional, assim como a definição dos critérios a utilizar no decorrer desse processo, nomeadamente critérios de carácter geral (histórico-culturais, estético-sociais ou técnico-científicos) e de carácter complementar (integridade, autenticidade e exemplaridade). O IGESPAR executa regularmente o trabalho de propor e classificar bens culturais imóveis, fundamentalmente com o intuito de lhes proporcionar mecanismos de salvaguarda legais, assim como de fixar critérios de valorização, os quais se encontram em profunda mutação e alargamento. Pelo que, hoje em dia, é possível encontrar classificados com maior incidência bens culturais imóveis de tipologias diversas, tais como arquitectura modernista, vernacular, de espectáculo, industrial, jardins monásticos, cercas monásticas, sítios arqueológicos, etc.

A instrução do processo de classificação e a sua posterior conclusão implicam que os imóveis classificados (publicação em D. R.) ou em vias de classificação (despacho a considerar a sua viabilidade), disponham de uma zona de protecção (ZP) de 50 m a contar dos seus limites externos, ou de uma zona especial de protecção (ZEP), de contornos definidos a partir de curvas de nível, referências na paisagem (cristas de montes, cumeadas, servidões de vistas, cursos de água, etc.), pelo que não se podem fazer quaisquer alterações sem que as mesmas sejam sujeitas a parecer da administração central, neste caso, do IGESPAR.

O acto de classificação exige uma tramitação rigorosa (recentemente alterada com a publicação do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, que entrou em vigor em Janeiro de 2010),<sup>149</sup> até à sua conclusão, quando o IGESPAR propõe à Secretaria de Estado da Cultura a homologação final e publicitação sob a forma de portaria ou decreto dos imóveis a classificar.

Tratando-se, o Campo de Santa Clara, de um espaço urbano que, atravessando os tempos, mercê de um esforço deliberado efectuado nesse sentido pelos mais diversos agentes sociais, chegou até aos nossos dias com características patrimoniais únicas, importa a este estudo, fazer um levantamento das medidas, profícuas ou não, que se sabe terem sido tomadas em defesa e salvaguarda do património do Campo de Santa Clara, de forma a compreender a importância com que, ao longo dos anos, poder político e sociedade civil foram distinguindo o local.

Assim, a ocupação e desenvolvimento urbanístico do Campo de Santa Clara tiveram início, no século XII, com a construção da Igreja e Mosteiro de S. Vicente de Fora [**Ficha Inventário N.º 1**], da iniciativa de D. Afonso Henriques, em resultado de uma promessa feita ao Santo Mártir Vicente caso conquistasse a cidade de Lisboa aos Mouros. Carregada de esta simbologia a igreja beneficiou sempre de protecção real. No século XVI, devido ao avançado estado de degradação do conjunto monástico foram destinadas, pelo Cardeal D. Henrique, verbas para obras de restauro. Porém, decidiu D. Filipe II, Rei de Portugal, mandar também construir uma igreja de raiz. Consagrada a São Vicente e a São Sebastião, as obras da igreja filipina decorreram entre 1582 e 1629.

---

<sup>149</sup> “Classificação de Bens Imóveis e fixação de ZEP” in Página oficial do IGESPAR, <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/classificacaodebensimoveisefixacaodezep/> (31/01/2012).

A Igreja e Mosteiro de São Vicente de Fora, grandiosa e bela edificação implantada na colina oriental da cidade de Lisboa, destacam-se, hoje, na panorâmica patrimonial da cidade, como um dos legados mais preciosos de Filipe II, enquanto Rei de Portugal. Apesar de todas as mutações sofridas, São Vicente de Fora, manteve, ao longo dos séculos, as suas funções ligadas à fé, à educação e à cultura.

Já após a Restauração, fizeram-se as obras de requalificação do mosteiro: com início no ano de 1670, terão durado até ao primeiro quartel do século XVIII. Promovidas pela nova Dinastia de Bragança, estas obras vieram reforçar a carga simbólica de ligação à Coroa portuguesa: apesar da expressa vontade, quer de D. Afonso Henriques quer de D. Sebastião, de serem sepultados na Igreja de S. Vicente de Fora, apenas com D. João IV, tal vontade se concretizou, dando, assim, início à criação de um panteão da dinastia de Bragança.

No século XVIII, com o cataclismo de 1755, o conjunto sofreu danos no zimbório, na sacristia e num dormitório, tendo sido reparados no âmbito da campanha de trabalhos que estava a decorrer.

No século XIX nova campanha de trabalhos de requalificação distinguiu o Mosteiro de S. Vicente de Fora: tendo sido, inicialmente, os restos mortais dos Braganças guardados num depósito adjacente à capela-mor da igreja, por ordem de D. Fernando II, em 1853/55, foram transferidos para as instalações do antigo refeitório do mosteiro. Já no século XX, em 1932, sob o pretexto da morte de D. Manuel II e da aproximação do 25º aniversário do regicídio de 1908, procedeu-se a uma nova intervenção no espaço do panteão, sob a direcção de Raul Lino, a qual lhe conferiu o aspecto que tem, ainda, nos nossos dias. As obras de adaptação do antigo refeitório a panteão régio marcaram profundamente o quotidiano do mosteiro e o dinamismo deste espaço, sendo de registar, de acordo com os jornais da época, a afluência de milhares de pessoas, curiosas em ver os restos mortais da família real, às instalações de S. Vicente.

Assim se verifica que o Mosteiro de S. Vicente de Fora, no Campo de Santa Clara, sempre gozou do beneplácito da Coroa, sendo clara a importância adquirida a seus olhos pelas sucessivas decisões de apoiar total ou parcialmente os encargos com as campanhas de requalificação do edificado religioso nele integrado.

Após a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, a Igreja Católica assistiu ao início de um processo de desapropriação, perseguição e privação dos seus direitos fundamentais. Data de Dezembro de 1905 um ofício enviado pelo Patriarca ao Ministro do Reino, a dar conta do desaparecimento do importante acervo patrimonial e artístico de S. Vicente de Fora, o qual, de acordo com a lei, terá sido distribuído pelas igrejas pobres do Patriarcado. A par desta expropriação de bens, seguiram-se a ocupação das instalações do mosteiro, por parte de diversas repartições públicas e pelo Liceu Gil Vicente e os efeitos imediatos aplicados sob o impulso das Leis de extinção das congregações religiosas, de 8 de Outubro de 1910, e da Lei da Separação de 20 de Abril de 1911. Ainda assim, espelhando os movimentos de sinal contrário que se viviam à época na sociedade portuguesa, pelo Decreto de 16 de Junho de 1910, a **Igreja de São Vicente de Fora** é declarada **Monumento Nacional**.

Este espaço acolheu, sempre, por parte dos Patriarcas de Lisboa, o maior zelo<sup>150</sup>, pelo que e uma vez mais, em 1940, em troca da cedência de terrenos nas imediações, o Paço de São Vicente e a zona envolvente são entregues ao Patriarcado de Lisboa, sendo classificados como IIP (Imóvel de Interesse Público), pelo Decreto N° 33 587 de 27 de Março de 1944. Este facto é revelador de três questões essenciais:

- a importância que os terrenos situados no Campo de Santa Clara assumiam para a urbanização da cidade de Lisboa, ao ponto de se perder a tutela de um bem classificado a favor da Igreja, em troca de um terreno nas suas proximidades;
- a importância simbólica assumida pelo Mosteiro de S. Vicente de Fora para a Igreja Católica, ao ponto de a escolher, sobre outras propriedades possíveis, para aí instalar o Patriarcado;
- a classificação como IIP deste conjunto religioso, acumulando a uma anterior que já havia distinguido a Igreja, em 1910, ambas as classificações em contextos tão importantes para a simbólica das comemorações do poder político e religioso em Portugal.

O século XX foi profícuo em intervenções e alterações, na Igreja e Panteão de São Vicente de Fora. Para além das já mencionadas, muitas outras de carácter conservador e

---

<sup>150</sup> Op. Cit., SALDANHA, Sandra, p. 50.

restaurador foram sucessivamente levadas a cabo até aos nossos dias, nomeadamente obras de reparação das coberturas, trabalhos diversos na área da pintura e construção civil, substituição de vidros, reparação de instalações eléctricas, limpeza e consolidação das fachadas do mosteiro, trabalhos de reparação do Órgão e de recuperação azulejar, etc.

Tendo em vista a instalação do arquivo histórico e da biblioteca do Patriarcado de Lisboa, sofreu o mosteiro, na década de 80, sob a orientação do Arq<sup>o</sup> Jorge de Brito e Abreu, obras de beneficiação.

A década de 90, marca a viragem na utilização e fruição dos espaços da Igreja e Mosteiro, na medida em que 1993, ao abrigo do Programa de Infra-estruturas Turísticas e Equipamentos Culturais (PRODIATEC) se realiza o restauro da zona conventual e a abertura do acesso ao espaço museológico através do pátio das laranjeiras. A partir de 1994, esse espaço deu lugar à realização de diversas exposições.<sup>151</sup> A partir de 1998 passam a funcionar em São Vicente o Gabinete do Patriarca e os departamentos e serviços da Cúria Patriarcal.

Estes factos são importantes para realçar o dinamismo adquirido pelo Campo de Santa Clara, na tradição de atrair populações que procuram lugares associados à história e à memória colectiva.

### **Mosteiro de Santa Clara**

Mais de um século depois, em 1294, foi mandado erguer, no local, um segundo mosteiro, o Mosteiro de Santa Clara. Este mosteiro ruiu completamente com o terramoto de 1755, não voltando a ser edificado, mas a sua memória mantém-se ainda hoje associada ao espaço, perdurando na toponímia.

---

<sup>151</sup> 1994 – “*Encontro de Culturas. Oito séculos de missionação portuguesa.*”; 1996 – “*25 anos de construção de igrejas no Patriarcado de Lisboa.*”; 1999 – Exposição de trinta e oito painéis de azulejo com as Fábulas de La Fontaine; 2004 – “*A Igreja Lisbonense e os Patriarcas*”, in Op. Cit. SALDANHA, Sandra, p.68.

## **A Cerca Fernandina**

A Cerca Fernandina, para além de dividir o Campo de Santa Clara, deixando uma das casas religiosas do lado de dentro e outra do lado de fora da cerca, detinha nas imediações do Mosteiro de S. Vicente, umas das mais importantes entradas na cidade, a Porta da Cruz. A esta esteve sempre associada a importância do Campo de Santa Clara enquanto ponto de passagem, de entrada e saída da cidade.

Perante a situação de divisão do Campo, vieram a abrir-se, em S. Vicente, 2 postigos. Um que dava para o Telheiro de S. Vicente e o outro que dava para o Campo de Santa Clara. A comunicação entre o mosteiro e a sua horta passou a ser feita pelo andaime que corria por cima do postigo que dava para o Campo de Santa Clara. Seguiu, depois, a muralha um troço enviesado, e, mais abaixo no estrangulamento com a via pública, entre o Campo de Santa Clara e o Outeirinho da Amendoeira, local onde se abriu uma porta da cidade ladeada de duas torres, denominada de Porta de S. Vicente ou Postigo do Arcebispo. A sua posterior transformação em Arco, mudou-lhe o nome para Arco Debaixo ou Arco Pequeno de S. Vicente. O postigo que dava para o Campo de Santa Clara foi, em data incerta, substituído por um enorme arco em cantaria, o Arco Grande de Cima. O facto de ser necessário abrir postigos e portas na muralha, que possibilitassem o restabelecer da circulação inicial, acentua a importância que a unidade deste espaço detinha, à época. Com o progresso e desenvolvimento da cidade de Lisboa, os vestígios das Cercas, “Velha” e Fernandina, foram desaparecendo para dar lugar a construções ou ruas. Porém, alguns troços demonstrativos da sua monumentalidade ficaram para a posteridade, tal é o caso do Arco Grande às portas do Mosteiro de São Vicente de Fora. O facto de se ter mantido o referido Arco reforça a importância do espaço onde consciente ou inconscientemente foram salvaguardadas memórias de outros tempos.

No ano de 1910, sob o Decreto de 16 de Junho, foi classificado como **Monumento Nacional, o Castelo de São Jorge e Restos das Cercas de Lisboa**, pelo que lhe é, de todo, reconhecido o valor simbólico dentro do conjunto urbano. No Reinado de D. Manuel (1459/1521), Lisboa transformou-se num importante pólo mercantil, foco de atracção de toda uma elite europeia. A parte oriental da cidade, banhada pelo rio, com uma longa extensão de terra por ocupar e tendo, nas suas imediações, uma das mais

movimentadas portas de Lisboa, a Porta da Cruz, revelou-se numa zona chave para o crescimento e desenvolvimento da cidade.

Assim, após a instalação dos Paços da Infanta D. Maria no local, este rapidamente ganhou um carácter nobre, com a construção de várias casas, as quais, anos mais tarde, viriam a ser transformadas, pelos descendentes, em grandes Palácios. Como é o caso do Palácio dos Condes de Resende e o Palácio dos Marqueses do Lavradio. **[Fichas de Inventário N°s 5 e 6]**

### **Panteão Nacional (Igreja de Santa Engrácia)**

A par disso, a Infanta D. Maria, mandou também erigir uma pequena igreja de invocação a Santa Engrácia (1569), a qual teve uma história de construção muito atribulada. Para dar lugar aos desejos expressos no testamento da Infanta D. Maria, foi fundada a Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento, que escolheu, em 1681, as plantas para a edificação de um novo templo, construído de raiz **[Ficha de Inventário N° 2]**. A escolha recaiu sobre o projecto apresentado pelo mestre pedreiro João Antunes, o qual enveredou por uma construção que veio a revelar-se uma honrosa excepção no quadro da arquitectura portuguesa, contribuindo para a grandiosidade monumental que hoje se pode apreciar no Campo de Santa Clara.

A intenção era dar monumentalidade ao espaço com uma arquitectura erudita, promovida pela Coroa ou pela família real, mais uma vez, no entanto, várias vicissitudes ao longo dos séculos levaram a que, no século XIX, sobre a função de lugar de prestígio simbólico e religioso, prevalecesse a função militar que sempre andou associada a este espaço. Em 1835, o inacabado templo de Santa Engrácia foi entregue ao Ministério da Guerra, que o utilizou como depósito de material militar, tendo para isso, ao colocar uma placa de zinco por cima da cimalha real, encontrado uma forma provisória de fechar e completar a referida edificação, fazendo gorar, momentaneamente, as intenções iniciais de monumentalização do espaço através de uma arquitectura religiosa de grande erudição. Mas, Apesar de inacabado e entregue a instituições militares, o templo de Santa Engrácia, nunca caiu no esquecimento, tanto mais que a partir de meados do século XIX, começam a surgir ideais para a sua conclusão e adaptação a Panteão Nacional.

No ano de 1910, sob o Decreto de 16 de Junho, na senda do romantismo e do gosto pela ruína, o templo de Santa Engrácia, é classificado como Monumento Nacional. (a par de S. Vicente, também no Campo de Santa Clara) Apesar da classificação, o templo volta a ser entregue, em 1911, a instituições militares, desta vez às OGF (Oficinas Gerais de Fardamento) que o transformam numa oficina de fardamento e calçado militar.

Seis anos depois da classificação, é decretada a adaptação da Igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional, alguns anos mais tarde é criada uma Comissão de estudo para a execução dessa adaptação, mas só em 1960 se dão início aos trabalhos de conclusão das Obras de Santa Engrácia.

Entre os anos de 1960 e 1966, as obras de conclusão da Igreja de Santa Engrácia, funcionam como um estaleiro a pleno vapor, onde para além da construção da cúpula dupla com zimbório, se laboraram todos os acabamentos exteriores e interiores do templo, nomeadamente, estatuária, túmulos, zona envolvente, etc.

No que à zona envolvente diz respeito, o plano foi elaborado por Armindo de Espírito Santo e Silva, um estagiário admitido na obra desde 1964. No seu estudo, o arquitecto encarou duas opções – a de considerar o monumento como o centro do espaço ou melhorar a sua integração no espaço. Optou pela segunda hipótese, justificando que a demolição de pequenos edifícios vizinhos, permitiam ao mesmo tempo a criação de pontos de observação distantes, mas culminariam na perda de importância e de escala do monumento. Nessa sequência de pensamento propôs a libertação da fachada do edifício, com a criação de uma praça envolvente para peões.

Por razões de carácter técnico, o projecto de arranjo da zona envolvente foi, posteriormente, entregue ao arquitecto Carlos Chambers Ramos que, mantendo a ideia de uma praça envolvente e a abertura de uma avenida em frente ao edifício, considerou beneficiar o monumento com o aconchego e acanhamento em que se encontrava envolto. “(...) *embora um pouco acanhado quanto à vastidão dos horizontes circunjacentes, nada perde, pois desperta sempre grande interesse e representará um elemento de surpresa para quem não o conheça.*” <sup>152</sup>

---

<sup>152</sup> Op. Cit. , MANTAS, Helena Alexandra Jorge Soares, p. 149.

Estando o monumento classificado como **Monumento Nacional**, foi necessário delimitar a sua Zona de Protecção, tendo o arquitecto proposto como limite a Norte os edifícios oitocentistas onde se encontravam instalados os Tribunais Militares, Messe dos Oficiais, e as casas contíguas a essas, “(...) *destacando-se uma frontaria revestida a azulejos ao gosto pompeiano, «talvez dos melhores exemplares do revestimento de azulejo existente na cidade de Lisboa.»*”<sup>153</sup>

No dia 07 de Dezembro de 1966, a Igreja de Santa Engrácia foi solenemente inaugurada como **Panteão Nacional**.

Após o falecimento de Salazar, o monumento, associado ao regime derrubado, foi intencionalmente votado ao esquecimento, podendo ser encarada a transladação de Amália Rodrigues, em 2001, como uma forma encontrada pela nova classe política para libertar o Panteão do estigma que sempre o envolveu.

As prolongadas e demoradas obras de construção da igreja promoveram a criação de um adágio popular “Obras de Santa Engrácia”, símbolo de algo que nunca mais tem fim, o qual, ainda hoje, decorridos mais de cinquenta anos da sua conclusão, continua na boca do povo.

Na década de 90 o IPPAR enveredou por uma nova política de fruição do monumento que culminou com a criação de um Gabinete de Serviços Educativos e de Animação, encarregue de organizar visitas guiadas e toda uma série de iniciativas pedagógicas, divulgadoras e dinamizadoras da história do monumento.

Entre a década de 90 e os dias de hoje, o IPPAR (depois IGESPAR), tem vindo a desenvolver e organizar diversos programas culturais tendo em vista a dinamização do espaço, a sua fruição, protecção, conservação e divulgação. São exemplos disso as iniciativas anuais, do concurso “*A Minha Escola Adopta um Monumento*”. Este concurso provém de uma parceria entre o IGESPAR, o IMC e a DGE, de forma a proporcionar às escolas, museus e monumentos, oportunidades de desenvolverem e reforçarem laços de cooperação. Tem como objectivos estimular o conhecimento da realidade museológica e patrimonial em Portugal e sensibilizar as comunidades escolares para a necessidade de conservação, protecção e valorização do património

---

<sup>153</sup> Idem, p. 150

cultural; da comemoração do “*Dia Internacional de Monumentos e Sítios*”. Esta comemoração foi criada pelo ICOMOS em 18 de Abril de 1982 e aprovada pela UNESCO, tendo como objectivo sensibilizar o público para a diversidade e vulnerabilidade do património. Todos os anos trabalha um tema diferente, tendo como intenção promover uma ligação entre as realidades locais, regionais, nacionais e internacionais. O Tema proposto para o ano de 2012 é “*Do património Mundial ao Património Local: proteger e gerir a mudança*”, em jeito de comemoração do 40º aniversário da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO. Pretende-se, com este tema, chamar a atenção para o complexo desafio que a globalização apresenta à preservação do património. O papel do IGESPAR é o de organizar, nos seus monumentos, iniciativas relacionadas com o tema, as quais desempenhem ao mesmo tempo um papel pedagógico, de animação e divulgação, entre outras.

Mais recentemente o IGESPAR desenvolveu uma parceria com a TSF, onde através de uma rúbrica intitulada “*Encontros com o Património*”, se abordam vários temas do património. Este programa ganhou em 2010 o prémio Autores (SPA) para Melhor Programa de Rádio e duas Menções Honrosas, uma no âmbito do Prémio Nacional de Ambiente Fernando Pereira 2009/10 e outra na categoria de melhor trabalho jornalístico, atribuída pela APOM.

“*O Palácio da Cidadela de Cascais*”, “*Uma indústria Romana em Tróia*”, “*Uma viagem pelo Museu do Carro Eléctrico do Porto*” são exemplos dos temas a abordar durante o ano de 2012.

No ano de 2008, foi apresentada na Sociedade de Geografia um Projecto de Investigação, do Centro de História da Universidade de Lisboa, sob a direcção da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria João Neto, com o título “*Solis – Igreja de Santa Engrácia – Panteão Nacional: Campanhas de Obras, Exploração de Pedreiras e Trabalhos de Restauro.*”, cujos objectivos, como o título indica, são o estudo da campanha de obras de conclusão da construção do edifício em questão, a origem da matéria pétreia, a avaliação dos efeitos do tempo na construção, na medida em que esta permaneceu por mais de três

séculos sem cobertura, entre outros assuntos relacionados com a matéria prima e as técnicas utilizadas.<sup>154</sup>

## Fundição de Cima

Em 1640, foram criadas as Terceiras da Porta da Cruz, altura em que foram criadas outras fundições particulares, como é o caso da Fundição do Postigo do Arcebispo, de Santa Engrácia e de Santa Clara. Integradas no Real Arsenal do Exército, viriam a Fundição de Cima e Fábrica de Armas, no séc. XIX, por se encontrarem notoriamente obsoletas, a ser extintas e substituídas por novas fábricas, construídas em Braço de Prata, Barcarena e Chelas.

A **Fundição de Cima [Ficha de Inventário Nº 10]**, composta por diversas casa e pavilhões, é uma construção que à partida não apresenta nenhum interesse especial,

---

<sup>154</sup> “Solis – Igreja de Santa Engrácia – Panteão Nacional: Campanha de Obras, exploração de Pedreiras e Trabalhos de Restauro.” *Resumo: Actualmente a necessidade de preservação do nosso Património Arquitectónico obriga a um conjunto de acções que passam pela investigação interdisciplinar abrangendo áreas da Arqueologia, à História da Arte, à Geologia, à Engenharia e à Arquitectura. O estudo da tecnologia da exploração de pedreiras históricas só muito recentemente tem ocupado grupos de trabalho nesta dinâmica interdisciplinar. Tornou-se fundamental o conhecimento de todo o processo que medeia entre a extracção da pedra e o trabalhar desta feita pelo canteiro no Monumento, o que passa pela identificação dos métodos de lavra, instrumentos utilizados, organização laboral existente, sistema de transporte de blocos, etc. Toda esta actividade está na base de um determinado plano mental-artístico que levou à produção de um projecto arquitectónico apoiado por um mecenas, por afirmação, devoção ou simples prazer estético. Assim, paralelamente ao estudo histórico-artístico de um Monumento, o conhecimento de todo este processo tecnológico é determinante na caracterização da proveniência dos materiais pétreos utilizados ao longo das campanhas de obras e de restauros. Daí há que intentar possíveis relações entre os métodos de extracção e aparelhamento e as patologias apresentadas pelo Monumento. A Igreja de Santa Engrácia-Panteão Nacional, é pelas vicissitudes que acompanharam a sua construção um caso particular do Património Arquitectónico Português. A actual construção erguida na colina de Santa Clara, em Lisboa, é a terceira consagrada à invocação de Santa Engrácia. Um longo e tortuoso percurso foi percorrido desde o singelo templo da Segunda metade do século XVI, à nobre construção iniciada em 1632 que caiu arruinada antes do seu terminus, em 1681, e por último, ao grandioso edifício começado a erguer em 1682, ficando por concluir até à "decisão" de terminara obra, já nos anos 50-60 do nosso século, sob os auspícios da DGEMN.*

É objectivo do Projecto SOLIS monografar o Monumento em todos estes aspectos, localizar a origem do material pétreo empregue na sua construção, reconstruir o estaleiro de obras montado para o efeito, perceber das causas técnicas possivelmente responsáveis pelo sucessivos insucessos da construção, avaliar os efeitos do tempo no edifício inacabado, sem cobertura durante quase três séculos e relacionar estes aspectos com possíveis patologias pétreas, tendo em conta métodos de extracção, transporte, aparelhamento, e colocação dos blocos na edificação. De igual modo, importa determinar as circunstâncias ideológico-políticas que levaram o regime do Estado Novo a decidir terminar o templo e transformá-lo em Panteão Nacional, como ficara determinado por Decreto- Lei de 29 de Abril de 1916 e, por fim, avaliar a campanha de obras do nosso século - as dificuldades técnicas encontradas, a proveniência da pedra e as tecnologias utilizadas - comparativamente às épocas anteriores e estabelecer relações causa-efeito entre as mesmas e a caracterização das patologias evidenciadas numa dinâmica de Preservação. (NOTA: SOLIS era o nome do Cristão-Novo que, ao ser acusado de ter profanado a Igreja de Santa Engrácia em 1630, teria lançado a praga que as obras do templo nunca terminariam).” In [http://www3.fl.ul.pt/unidades/centros/c\\_historia/Projectos%20-%20Solis.html](http://www3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Projectos%20-%20Solis.html) (Janeiro 2010).

registra, no entanto, na sua memória um acontecimento importante e único da cidade de Lisboa, a fundição da estátua equestre de D. José, sob a direcção do general de engenharia Bartolomeu da Costa e a destreza do mestre Machado de Castro, a qual foi colocada no Terreiro do Paço no ano de 1775 e marcou um ponto de viragem na história da estatuária portuguesa.

No ano de 1896 foi elaborado um relatório sobre a “Denominada – Fundição dos Canhões (antiga Fundição de Cima), [Doc. XIII] e à semelhança de outras edificações do Campo, também, parte das suas instalações foram entregues às OGFE. [Doc. XIV] Em 1934, outra parte das instalações da ex- Fundição foram alugadas às “*Companhias Reunidas Gaz e Electricidade*”, na década de 90, encontravam-se, para além das OGFE, instaladas na ex- Fundição de Cima a *Revista Militar, a Revista de Artilharia e a Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional*.

No ano de 2006, durante a elaboração do *Programa de Modernização e Concentração de Infra-Estruturas do Exército*, foi apresentada uma proposta de criação de um *Pólo Cultural do Exército*, a instalar nos prédios militares em torno do *Eixo Santa Clara – Santa Apolónia*. Eixo que, desde longa data, tem vindo a ser utilizado por diversos órgãos e unidades do Exército e da Marinha – Fundição de Cima, Fundição de Baixo, Parque da Artilharia, Comando Geral da Engenharia, Tribunais Militares, Estado-Maior do Exército, Oficinas de Fardamento e Calçado, Messe Militar de Santa Clara, Hospital da Marinha.

A instalação do Pólo Cultural no Eixo Santa Clara – Santa Apolónia foi pensada tendo por base o facto de, para além de no local se encontrar uma grande concentração de órgãos militares diversos, os mesmos se encontrarem instalados em edifícios com características arquitectónicas e artísticas relevantes ou ligados a factos históricos importantes para a história do exército e da cidade. Teve ainda peso na escolha do local, a proximidade com a Igreja de Santa Engrácia – Panteão Nacional – pólo de atracção turística – e a Estação Ferroviária de Santa Apolónia – local de grande afluência de transportes públicos.

Propõe-se, para o Pólo Cultural, a concentração da instalação da Direcção de História e Cultura Militar, o Museu Militar de Lisboa, a Biblioteca do Exército, o

Arquivo Histórico do Exército, o Arquivo Geral do Exército e o Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar da Direcção de Infra-Estruturas.

Para além do já exposto, esta proposta teve como pressupostos a defesa e salvaguarda dos bens patrimoniais nacionais à guarda das Forças Armadas e o direito à fruição dos valores e bens culturais por parte dos cidadãos.

Apesar desta proposta ter colhido aceitação por parte das entidades superiores, foi posteriormente constactada a impossibilidade física de alojar todos os órgãos de cultura militar apenas nos prédios militares inicialmente definidos, pelo que foi decidido fazer um novo estudo da proposta. **[Doc. XV]**

No âmbito da proposta de criação do Pólo Cultural, foi assinado um Protocolo com a Universidade Lusíada de Lisboa para a realização de Estudos de Arquitectura. **[Doc. XVI]**

Em 2007, dando início à execução da proposta apresentada, foi feita a transferência da Biblioteca do Exército, anteriormente instalada no Convento dos Paulistas, na Calçada do Combro, para parte das instalações da ex-Fundição de Cima. **[Doc. XVII]** Nas instalações da ex-Fundição, funcionam, hoje em dia, para além da Biblioteca, algumas revistas militares. Mediante solicitação prévia, existe a possibilidade de se assistir a uma visita guiada, às suas instalações, elaborada por técnicos do Museu Militar.

### **Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado do Exército (Local do desaparecido Convento de Santa Clara)**

Sob indicação do Marquês de Pombal foi estabelecida sobre as ruínas do Convento de Santa Clara de Lisboa **[Ficha de Inventário Nº 11]**, totalmente destruído pelo terramoto, um depósito de Artilharia, estabelecimento de apoio à Fundição de Cima, que dava pelo nome de Parque de Artilharia. Local onde hoje se encontram instaladas as Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado do Exército, que por anos ocuparam diversos espaços no Campo de Santa Clara.

Neste mesmo local, no ano de 1842, o Tenente - General José Baptista da Silva Lopes (1784/1857)<sup>155</sup>, Barão de Monte Pedral, com a clara intenção de vir a criar um núcleo museológico, determinou as medidas necessárias para se reunissem e classificassem, objectos raros e curiosos, modelos de máquinas e aparelhos, armas de vários géneros, etc., em depósitos próprios. Desta iniciativa resultaria, em 10 de Dezembro de 1851, a criação oficial do Museu de Artilharia, que ficou, por decreto de 13 de Dezembro de 1869, a depender do Director da Fábrica de Armas. Encontra-se, porém, actualmente nas instalações das OGFE um pequeno núcleo museológico com peças recolhidas no século XIX, e deixadas para trás.

### **Hospital da Marinha (Ex- Convento de S. Francisco de Xavier)**

Em 1682, acolheu o Campo, no seu lado sul, o Colégio S. Francisco Xavier, o qual por força da expulsão dos Jesuítas, veio a ser transformado em Hospital Real da Armada (1797), hoje, Hospital da Marinha [**Ficha de Inventário N° 4**].

As obras de adaptação do edifício às novas funções, mandadas fazer sob o risco de Francisco Xavier Fabri<sup>156</sup>, levaram bastantes anos a ser concluídas, datando-se de 1806 a transferência dos primeiros doentes. Parte da estrutura térrea do antigo edifício terá sido integrada na nova construção.

---

<sup>155</sup> **José Baptista da Silva Lopes**, nasceu em 1784 e morreu em 1857. Foi colocado como 1º Tenente no Regimento de Artilharia de Elvas, distinguindo-se no cerco de Badajoz. Tomou parte da insurreição do Porto, na época de D. Miguel e passou a exercer o Comando Geral de Artilharia das forças de D. Pedro. Foi um dos principais autores da reorganização do exército, levada a cabo em 1834. Em 1835 recebe, das mãos da rainha D. Maria II, o título de Barão de Monte Pedral. Exerceu o cargo de Inspector-Geral do Arsenal do Exército, prestando relevantes contribuições para a instituição. Em 1845 foi nomeado Tenente-General e, em 1849, é nomeado Par do Reino. In [http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2011\\_04\\_01\\_archive.html](http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2011_04_01_archive.html) (Janeiro 2012)

<sup>156</sup> ALMEIDA, Abel Fernandes de, *Campo de Santa Clara e sua Envolvente*, Quilate, Albergaria dos Doze, 2009, p. 104.

## **Terramoto de 1755**

A 1 de Novembro de 1755, o grande cataclismo ocorrido em Lisboa, fez ruir por completo o Convento de Santa Clara e a cúpula com zimbório, da Igreja de S. Vicente de Fora. Algumas famílias que procuraram a largueza do local para se protegerem de eventuais réplicas, acabaram por mandar aqui edificar as suas novas casas. Foi o caso da Família Sinel de Cordes (Palácio Sinel de Cordes).

## **Conventinho do Desagravo**

Em 1783, sob a vontade da Infanta D. Maria Ana, foi mandado erguer em desagravo do desacato ocorrido na vizinha Igreja de Santa Engrácia, o Conventinho do Desagravo [**Ficha de Inventário Nº 3**]. Convento extinto em 1901, deu lugar à instalação de diversas instituições de cariz social, as quais, pelas adaptações necessárias ao decorrer das suas funções, terão contribuído para o total desvirtuamento e descaracterização do edifício religioso.

Apesar do Campo de Santa Clara apresentar características de um espaço amplo com contornos irregulares, em 1865, foi nele construído o Jardim Botto Machado, que desempenha a dupla função de Miradouro local. Em 1877, em frente ao Jardim, sob o domínio de uma arquitectura verdadeiramente inovadora, foi erguido à sombra do que se fazia no estrangeiro, com base na Arquitectura do Ferro, na Arte Nova e em várias outras soluções artísticas associadas à moda e ao cosmopolitismo, o Mercado Santa Clara.

Com o passar dos anos o mercado foi perdendo a influência de outros tempos e começou a acusar falta de manutenção e limpeza do espaço. A situação de falta de manutenção do mercado arrastou-se por largos anos, surgindo no ano de 1962 um estudo com vista ao arranjo do local, o qual teve poucos efeitos práticos e que à época visava não só a comodidade do público em geral, mas também e principalmente o facto de este ser um local bastante procurado por estrangeiros.

Na década de 80 sob o desígnio de inovar, rentabilizar e tornar o mercado mais funcional, foi solicitado, ao arquitecto Alberto Sousa Oliveira<sup>157</sup>, um projecto de reparação e remodelação tendo em vista a solução dos seus mais graves problemas. Desse projecto resultou a instalação de um Restaurante panorâmico na sobreloja do mercado, foram instaladas novas bancas e remodeladas diversas lojas, para além de diversas alterações funcionais. Porém, tudo isto não bastou para salvar o Mercado de Santa Clara que deixou de funcionar como mercado de venda de produtos frescos e passou a funcionar como pólo de dinamização cultural da cidade, acolhendo eventos de índole diversa.

Hoje em dia, para além do restaurante panorâmico, lojas de antiguidades e de produtos alternativos, o Mercado de Santa Clara acolhe o Centro de Artes Culinárias, o qual foi inaugurado no dia 28 de Junho de 2011, em resultado de um protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação “As Idades dos Sabores”.<sup>158</sup>

O Campo de Santa Clara está, completamente, bordejado de edifícios cujos valores histórico-culturais, estético-sociais ou técnico-científicos identificados, são critérios suficientes para permitir o requerimento da sua classificação<sup>159</sup>.

---

<sup>157</sup>Arquitecto M.A. (S/D) Licenciou-se em arquitectura na escola superior de belas artes de Lisboa, em 1969. É master of architecture pela louis kahn's class, da universidade da pensilvânia, desde 1973. ACTIVIDADES PROFISSIONAIS MAIS RELEVANTES: Iniciou a sua actividade profissional no laboratório nacional de engenharia civil (Inec), em colaboração com o arq. Nuno portas em pesquisa sobre programas funcionais para edifícios públicos, em 1967.Trabalhou na câmara municipal de Lisboa, integrado na equipa do plano director de 1971 e 1972.Colaborou com louis kahn em full time work durante 1973. Foi coordenador de projecto no fundo de fomento da habitação, do MHOP, na equipa do sector de planos habitacionais, entre 1975 e 1980.Trabalha como profissional liberal desde 1969. É membro da ordem dos arquitectos portugueses (aap), desde 1969. Foi assistente convidado da cadeira de projecto v da licenciatura em arquitectura faculdade de arquitectura universidade técnica de Lisboa, desde 1985. É professor associado da cadeira de arquitectura, do 5º ano do curso de arquitectura da universidade lusíada de Lisboa, desde 1997. In <http://www.souzaoliveira.pt/equipa.php> (Janeiro 2012).

<sup>158</sup><http://www.youtube.com/watch?v=-1FEM7-VVmk>, (Novembro 2011)

<sup>159</sup> No âmbito das classificações do património imóvel são reconhecidos como critérios gerais: os **critérios histórico-culturais** (possuam um importante significado histórico; constituam a memória da fixação humana e das suas actividades artísticas, económicas, etc; tenham exercido uma influência considerável em determinado período, etc.); os **critérios estético-sociais** (se destaquem pelas suas

Apesar disso, apenas o seu património edificado monumental se encontra reconhecido e protegido, com a classificação de Monumento Nacional<sup>160</sup>, atribuída pelo Decreto de 16-06-1910. Estamos a falar da Igreja de São Vicente de Fora e da inacabada Igreja de Santa Engrácia. Na década de 40 do século passado foi a vez do Mosteiro de São Vicente merecer o devido reconhecimento, tendo sido classificado<sup>161</sup> como Imóvel de Interesse Público pelo Dec. n.º 33 587, DG 63 de 27 Março 1944 (Paço de São Vicente / Mosteiro de São Vicente não abrangendo a cerca anexa).

Os outros edifícios apesar de, na sua maioria, terem sido construídos antes do grande terramoto de 1755, guardam em si parte da história do sítio e de preservarem características artísticas suficientemente relevantes, foram deixados à inércia, continuando, nos dias de hoje, sem receber qualquer tipo de protecção legal.

Através da consulta do inventário, do património imóvel classificado, do IGESPAR foi possível constatar que, no ano de 1980, foi apresentado a título individual, um

---

qualidades estéticas; se destaquem pela sua relação com o meio envolvente, etc); os **critérios técnico-científicos** (se destaquem pelas concepções arquitectónicas e urbanísticas, individual ou conjuntamente consideradas; se destaquem pelas técnicas e materiais construtivos, etc)

<sup>160</sup> Pelo Decreto n.º 21 875, de 18 de Novembro de 1932, foram estabelecidas zonas de protecção para os edifícios públicos de reconhecido valor arquitectónico; pelo Decreto-Lei n.º 34 993, de 1 de Outubro de 1945, foram estabelecidas disposições particulares para o caso de imóveis públicos não abrangidos por aquela classificação, e outros foram sucessivamente promulgados, relativos a edifícios de diversas finalidades, como estabelecimentos de ensino, quartéis, etc. O domínio de incidência destas medidas foi ainda ampliado pelo Decreto-Lei n.º 40 388, de 2 de Novembro de 1955. As Zonas de Protecção (ZP) - de 50m, contados a partir dos seus limites externos, cujo regime é fixado por lei - são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cercas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente.

<sup>161</sup> No âmbito das classificações do património imóvel são reconhecidos como critérios gerais: os **critérios histórico-culturais** (possuam um importante significado histórico; constituam a memória da fixação humana e das suas actividades artísticas, económicas, etc; tenham exercido uma influência considerável em determinado período, etc.); os **critérios estético-sociais** (se destaquem pelas suas qualidades estéticas; se destaquem pela sua relação com o meio envolvente, etc); os **critérios técnico-científicos** (se destaquem pelas concepções arquitectónicas e urbanísticas, individual ou conjuntamente consideradas; se destaquem pelas técnicas e materiais construtivos, etc)

requerimento para a classificação do Palácio dos Marqueses do Lavradio, o qual não teve seguimento e se encontra arquivado [Doc.XVIII]; no ano de 2002, foi apresentado, por uma pessoa particular, um requerimento para a classificação do Palácio dos Condes de Barbacena, o qual não teve seguimento, tendo sido mandado arquivar; no ano de 2006, foi apresentada uma proposta de delimitação de ZEP (Zona Especial de Protecção)<sup>162</sup> do Castelo de S. Jorge [Doc. XIX], que abrangia o Campo de Santa Clara na sua totalidade, a qual recebeu parecer desfavorável por parte do Conselho Consultivo do IGESPAR<sup>163</sup>, pelo que foi mandada arquivar, com a indicação de remeter para a DRCLVT o processo das Igrejas de São Vicente de Fora e de Santa Engrácia, a fim de ser elaborada uma proposta de ZEP individual<sup>164</sup>, para cada um dos Monumentos.

No que á administração local diz respeito, esses mesmos edifícios encontram-se contemplados no Inventário do Plano de Director Municipal, o que lhes confere uma identificação e algum reconhecimento oficial.

O Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), é um Instituto dependente do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, resultante reestruturação e red denominação do antigo Instituto Nacional de Habitação (INH), do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e de parte da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), com excepção das atribuições relativas ao património classificado, que ficaram na competência do IGESPAR.

Porém, e apesar de ter ficado o IGESPAR, oficialmente encarregue da manutenção, organização e actualização do Inventário de Património Arquitectónico (IPA), foi o IHRU herdeiro do rico espólio arquivístico da DGEMN, bem como do inventário desenvolvido por esta instituição.

Assim, o SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico do IHRU, herdeiro do espólio das instituições que a antecederam, nomeadamente a DGEMN, é uma base de dados com mais de 25.500 entradas sobre o património arquitectónico português e de origem portuguesa, incluindo assim os países e territórios onde os portugueses assinalaram a sua presença.

---

<sup>162</sup> Zona Especial de Protecção (ZEP)

<sup>163</sup> Conselho Consultivo do IGESPAR

<sup>164</sup> Zona Especial de Protecção Individual

Ao contrário do Inventário do IGESPAR, onde apenas são inventariados os bens culturais imóveis classificados, no inventário do SIPA é possível a ceder a um extenso inventário que engloba património classificado e não classificado.

De resto, foi no inventário do SIPA que nos foi possível, aceder às fichas de inventário do património arquitectónico do Campo de Santa Clara e, recolher informação actualizada e sistematizada sobre o referido património.

A salvaguarda do património pressupõe a sua identificação, catalogação, inventariação, classificação, restauro e conservação. Pode-se desta forma concluir que, pelo acima exposto e pelo facto de se terem mantido, ao longo dos anos, as características fisionómicas do Campo e suas edificações, o local tem sido alvo do privilegiado interesse das diversas classes políticas e sociais, que nele ou dele, tentaram deixar a sua marca.

O Campo e o seu património cultural foram por diversas vezes alvo de identificação, catalogação e inventariação. Recebeu a classificação, como Monumento Nacional, de duas das suas edificações. Foi alvo de diversas campanhas de restauro, conservação e melhoramentos por parte das entidades responsáveis. Este local foi sempre escolhido para estar presente em todos os momentos em que o Estado deliberou promover cerimónias simbólicas de comemoração ou actos de requalificação urbana neste âmbito, escolhendo a dedo os intervenientes.

O Campo e o seu património foram, ainda, escolhidos pelas diversas entidades nele instaladas como espaço de representação simbólica de poder e da memória. O Campo de Santa Clara está, desta forma, imbuído de carga simbólica significativa que lhe garante e permite perdurar no tempo.

### **PARTE III. VISITA AO ESPAÇO**

## **1. Proposta de um Roteiro Cultural**

Apresentada a história do *Campo* de Santa Clara, a qual teve início por altura da Fundação da Cidade de Lisboa, feita a reconstituição do seu urbanismo tendo por base a edificação das Igreja, Mosteiros e Palácios chega a vez de apresentar um percurso que possibilite a fruição contemplativa desse Património bem como a reconstituição das memórias do *Campo*.



## Roteiro Cultural

### O *Campo de Santa Clara*, em Lisboa Cidade, História e Memórias

Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

## Roteiro Cultural

O *Campo de Santa Clara*, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



### Campo de Santa Clara



- ❖ Largo de contorno irregular
- ❖ Terraços escalonados
- ❖ Tranquilo e panorâmico
- ❖ Mantém as características originais principais

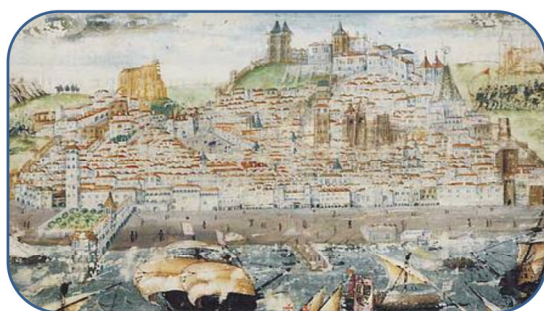
Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

### Roteiro Cultural

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



### Acampamento D. Afonso Henriques



- ❖ Escolheu o lugar para planificar a conquista da cidade aos mouros
- ❖ Mandou erguer uma capela e cemitério
- ❖ Após a conquista e segundo promessa mandou erguer a Igreja S. Vicente de Fora

Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

### Roteiro Cultural

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



### Igreja / Mosteiro de S. Vicente de Fora



- ❖ Edificada em 1147 sob o desígnio de D. Afonso Henriques
- ❖ Reedificada por D. Filipe II
- ❖ Panteão da Dinastia de Bragança
- ❖ Patriarcado de Lisboa

Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

### Roteiro Cultural

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



### Convento de Santa Clara



- ❖ Convento de Santa Clara edificado em 1292
- ❖ Foi completamente destruído com o terramoto
- ❖ Perdura na toponímia do lugar

Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

### Roteiro Cultural

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



### Infanta D. Maria



- ❖ Infanta D. Maria (1521/ 1577) filha de D. Manuel I
- ❖ Princesa mais rica da cristandade
- ❖ Edificou os seus Paços no Campo de Santa Clara
- ❖ Mandou edificar a Igreja de Santa Engrácia

Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

### Roteiro Cultural

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



### Igreja de Santa Engrácia



Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

- ❖ Igreja de Santa Engrácia edificada em 1682
- ❖ Planta de João Antunes
- ❖ Primeira igreja barroca em Portugal
- ❖ Foi transformada em Panteão Nacional

### Roteiro Cultural

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



### Palácio dos Condes de Resende



Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012



- ❖ Palácio Resende primeira fase de edificações no local (Séc. XVI)
- ❖ Sede das OGFE
- ❖ Casão Militar

### Roteiro Cultural

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



#### Palácio dos Marqueses do Lavradio



Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

- ❖ Palácio dos Marqueses do Lavradio
- ❖ Mandado fazer por D. Tomás de Almeida
- ❖ Arq. Ludovice - 1748
- ❖ Tribunais Militares

### Roteiro Cultural

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



#### Palácio Sinel de Cordes



Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

- ❖ Palácio Sinel de Cordes
- ❖ Pós -terramoto
- ❖ Escola Primária Oficial Nº 4

### Roteiro Cultural

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



### Palácio dos Condes de Barbacena



Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012



- ❖ Palácio Barbacena
- ❖ Arquitecto Manuel da Costa Negreiros (1701/1750)
- ❖ Fugiu ao padrão mais comum dos palácios portugueses
- ❖ Messe de Oficiais do Exército

### Roteiro Cultural

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



### Mercado de Santa Clara



Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012



- ❖ Mercado de Santa Clara 1877
- ❖ Mercado da Arquitectura do Ferro
- ❖ Foi o primeiro exemplar dos Mercados de Ferro
- ❖ Último exemplar "vivo" em Lisboa

### Roteiro Cultural

O *Campo de Santa Clara*, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



#### Nº de 125 do Campo de Santa Clara



Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

- ❖ Nº 125 do Campo de Santa Clara
- ❖ Séc. XIX
- ❖ Azulejos da Viúva de Lamego

### Roteiro Cultural

O *Campo de Santa Clara*, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



#### Jardim Botto Machado



Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012



- ❖ Jardim Botto Machado
- ❖ Homenagem ao Político Republicano
- ❖ Construído em 1862
- ❖ Funciona como Miradouro

### Roteiro Cultural

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



### Feira da Ladra



- ❖ Feira da Ladra
- ❖ Feira com origens Medievais
- ❖ Feira de velharias e bugigangas
- ❖ Pitoresca e característica da Cidade de Lisboa

Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

### Roteiro Cultural

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



### Hospital da Marinha



- ❖ Hospital da Marinha
- ❖ Ocupou as Antigas Instalações do Colégio S. Francisco Xavier 1797

Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

### Roteiro Cultural

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



#### Conventinho do Desagravo



- ❖ Conventinho do Desagravo
- ❖ Séc. XVIII – Arq. Reinaldo Manuel dos Santos
- ❖ Construído em honra do Desagravo ocorrido em Stª Engrácia
- ❖ Colégio da Casa Pia

Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

### Roteiro Cultural

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias



#### Fundição de Cima



- ❖ Fundição de Cima
- ❖ Séc. XVII
- ❖ Elaborada a Estátua Equestre de D. José I

Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

**Roteiro Cultural**  
 O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
 Cidade, História e Memórias



**Panteão Nacional**





- ❖ Panteão Nacional
- ❖ Planta em cruz grega
- ❖ Homenagem aos Vultos da Nação

Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012

**Roteiro Cultural**  
 O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
 Cidade, História e Memórias



**FRISO CRONOLÓGICO**

1147 Igreja de S. Vicente de Fora	1294 Igreja do Convento de Santa Clara	1568 Igreja de Santa Eufrásia	Séc. XVI Família dos senhores Roriz e Resende no Campo de Santa Clara.	1669 Convento de S. Francisco de Xavier	1740 Palácio dos Condes de Barbacena
1877 Mercado de Santa Clara	1865 Jardim Botto Machado	Séc. XVIII Palácio Simel de Cordes.	1780 Conventinho do Desagravo	1762 Fundição de Cima	1748 Palácio dos Marqueses de Lavradio

Maria Elisabete Gromicho Serol - 2012



## **2. Aplicação e impactos**

Pretende-se com este trabalho fazer uma caracterização da situação actual do Campo de Santa Clara, com o intuito de perceber o enquadramento territorial deste espaço e as suas potencialidades patrimoniais, artísticas e turísticas, enquanto zona periférica do Panteão Nacional e da Igreja de S. Vicente de Fora, dois Monumentos Nacionais da Cidade de Lisboa. Pretende-se com este estudo fazer a apresentação de um Roteiro Histórico Artístico no local.

Pretende-se igualmente avaliar o impacto deste espaço no desenvolvimento local e no enriquecimento cultural e turístico da cidade de Lisboa. Para alcançar estes objectivos recorreu-se a cartografia, ao estudo da rede viária, à investigação bibliográfica e ao trabalho de campo, nomeadamente com a elaboração de diversos percursos pedestres, a inventariação do local e a recolha fotográfica dos elementos relevantes.

### **2.1. Enquadramento Físico e Geográfico do Campo de Santa Clara**

O Campo de Santa Clara localiza-se na parte oriental da cidade de Lisboa. Situado numa das colinas de Lisboa, caracteriza-se pelo acentuado declive e pela generosidade de espaço livre que oferece, com vista sobre o rio Tejo e a sua margem sul.

Confronta a Norte com o Bairro da Graça, a Sul com a Estação de Comboios e a Gare Marítima de Santa Apolónia, a Este com a Freguesia de Madredeus e a Oeste com os Bairros de Alfama e Castelo.

Pertence à freguesia de São Vicente de Fora e está situado entre as seguintes ruas: Rua do Arco Grande de Cima, Rua do Mirante, Rua do Paraíso, Rua da verónica, Calçada do Cascão, Praça Dr. Bernardino António Gomes, Travessa das Freiras, Travessa do Conde de Avintes e Travessa do Paraíso.

## **2.2. Caracterização do Espaço com Potencial no domínio do Património Arquitectónico e Cultural**

Face ao previamente exposto e tendo por base o território contíguo aos Monumentos Nacionais supramencionados, o espaço foi delimitado segundo as características implantadas no próprio território, ou seja a delimitação natural do Campo de Santa Clara, que se fecha entre si. Sendo De referir que esse espaço não foi abrangido na totalidade pela zona de protecção, de 50 metros, conferida a cada um dos Monumentos Nacionais, que dele fazem parte.

## **2.3. Análise SWOT**

Foi feita uma análise SWOT ao local, com o intuito de aferir com maior clareza as verdadeiras potencialidades patrimoniais e turísticas.

Através desta análise foi possível identificar os Pontos Forte (que já existem implantados no terreno), os Pontos Fracos (o que já existe apesar de explorado de forma deficiente, ou o que não existe), as Oportunidades (as mais valias conferidas pelo local) e as Ameaças (o que se poderá revelar num obstáculo) de forma a diagnosticar a situação actual.

Analisando o quadro 1 que se segue, reconhece-se perfeitamente que o património edificado, as características naturais do local (o declive acentuado com vista para o rio Tejo, proporcionando um autêntico miradouro sobre a margem sul do Tejo) e a realização da Feira da Ladra são pontos fortes que, por si só, justificam as fortes potencialidades do local, as quais funcionam, ao mesmo tempo, como polos de atração de visitantes e de razões para a sua salvaguarda.

Além das condições anteriormente descritas o local sugere o acesso a outros locais de interesse da cidade de Lisboa, nomeadamente ao Centro Histórico da cidade e aos Bairros de Alfama, Graça e Madredeus.

Relativamente a acessibilidades, apesar do acentuado declive, o local está repleto de possibilidades de acesso, nomeadamente através da rede do Metropolitano de Lisboa, e Rede de Comboios de Portugal, ambas com estação em Santa Apolónia, várias paragens de autocarros da Carris de Lisboa nas suas vertentes mais funcionais, de transportes da população da cidade de Lisboa, e na vertente turística. O local dá acesso á linha do Eléctrico 28, que executa um percurso histórico e artístico com ampla divulgação turística.<sup>165</sup>

Para além disso, e apesar de não oferecer, ainda, as melhores condições, existe em Santa Apolónia uma Gare Marítima que regista a paragem de vários paquetes por semana.

Os pontos fracos identificam-se com a falta de informação, a falta de sinalização e a falta de infra-estruturas de acolhimento e outras. Outro factor a ter em conta é o facto de se localizar muito perto do Centro Histórico da Cidade, passando muitas vezes despercebido. A única ameaça registada baseia-se no provável desinteresse das entidades responsáveis, na divulgação e dinamização do reoteiro cultural.

---

<sup>165</sup> Eléctrico 28 José Augusto França e Eléctrico 28 Imprensa Nacional

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
 Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

Quadro 1 – Análise SWOT

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p><b>Património Edificado:</b>                      Igreja de São Vicente de Fora                      Igreja de Stª Engrácia / Panteão Nacional                      Conventinho do Desagravo                      Palácios Barbacena,                          Sinel de Cordes,                          Lavradio,                          Resende                          Nº 124-126 do Campo Santa Clara                      Hospital da Marinha                      Fundação de Cima                      Mercado de Santa Clara</p> <p><b>Património Imaterial:</b>                      Feira da Ladra (3ª e Sáb.)</p> <p><b>Outros:</b>                      Jardim Botto Machado                      Vista Panorâmica sobre o Rio Tejo e a Margem Sul                      Visitas guiadas organizadas pelos Monumentos Nacionais                      Exposições Organizadas pelos Monumentos Nacionais                      Comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (18 de Abril)                      Jornadas do Património (último FDS de Setembro)                      Centro de Artes Culinárias implantado no Mercado (Activ. / Eventos)                      Proximidade do Centro do Centro Histórico de Lisboa                      Proximidade de Bairros Históricos de Lisboa (Graça, Alfama, Mouraria, Castelo)                      Proximidades de Vilas Históricas de Lisboa (Souza, Berta, Estrela de Ouro)                      Proximidade da Estação de Comboios de Santa Apolónia                      Proximidade da Gare Marítima de Santa Apolónia (Paquetes Turísticos)                      Fácil acesso                      Monumentos visíveis a longas distâncias                      Implantação do Pólo Cultural do Exército                      Zona simbolicamente imbuída pelo Fado, pela proximidade dos bairros históricos, do Museu do Fado e pelo facto de a Amália Rodrigues estar sepultada no Panteão Nacional</p>	<p>Fraca divulgação</p> <p>Falta de Postos de Informação</p> <p>Falta de sinalética</p> <p>Escassa oferta em Restauração</p> <p>Falta de pessoal especializado</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Recuperação dos festejos anuais em honra do Desagravo do Santíssimo Sacramento                      Estender as Festas de Lisboa ao Campo                      Organizar Grupos de Voluntários (Diversas áreas)                      Criar a Rota dos Panteões de Lisboa                      Organizar os “Encontros com o Património” sobre o local                      Implementar Visitas guiadas ao Campo                      Sugerir a classificação do Campo de Santa Clara como Conjunto                      Reproduções históricas de acontecimentos (Acampamento D. Afonso Henriques, Desacato de Santa Engrácia)                      Abertura de lojas e cafés alternativos no Mercado de Santa Clara                      Manter a identidade do local através da salvaguarda das fachadas dos edifícios, da manutenção da Feira da Ladra</p>	<p>Falta de interesse por parte das entidades responsáveis</p>

### 3. Cronologia

#### CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS FACTOS HISTÓRICOS OCORRIDOS NO CAMPO DE SANTA CLARA

<b>1147</b>	Acampamento de D. Afonso Henriques e Cruzados no cerco a Lisboa
<b>1147</b>	Lançada a primeira pedra da Igreja de S. Vicente de Fora
<b>1173</b>	Depositadas na Igreja de S. Vicente algumas relíquias do Santo (S.Vicente)
<b>1288</b>	Breve do Papa Nicolau IV autorizando a fundação do Convento de Santa Clara
<b>1290</b>	Instalação da Primeira Universidade Portuguesa nas imediações do Mosteiro de S. Vicente
<b>1292</b>	Chegam as primeiras Religiosas do Convento de Santa Clara
<b>1294</b>	Lançada a primeira pedra da Igreja do Convento de Santa Clara
<b>Séc. XIII</b>	Instalação do Campo da Forca
<b>1373</b>	Construção da Cerca Fernandina, (separa Igreja S. Vicente do Convento de Santa Clara)
<b>Séc. XVI</b>	Edificação dos Paços da Infanta D. Maria
<b>1568</b>	Edificação da Igreja de Santa Engrácia
<b>1582</b>	Demolição do primitivo edifício e edificação da nova igreja de S. Vicente, Filippo Terzi
<b>Sec. XVI</b>	Estabelecimento da família dos senhores Roriz e Resende no Campo de Santa Clara, acompanhando a primeira fase da ocupação urbana deste arrabalde iniciada pela Infanta D. Maria.
<b>1604</b>	Construção de muralha com parapeito na parte do sul do Campo, iniciativa de D. João de Castro
<b>1606</b>	D. João de Castro, Senhor do Morgado de Resende, baptiza a filha na freguesia de Santa Engrácia.
<b>1629</b>	Celebrada a primeira missa na Nova Igreja de S. Vicente
<b>1630</b>	Desacato de Santa Engrácia
<b>1631</b>	Suplício de Simão Pires Sólis, acusado do desacato de Santa Engrácia
<b>1632</b>	2ª Edificação da Igreja de Santa Engrácia
<b>1669</b>	Instalação do Convento de S. Francisco de Xavier
<b>1681</b>	Ruiu a 2ª Edificação de Santa Engrácia – D. Pedro II
<b>1681</b>	Escolhida a planta de João Antunes para a Igreja Santa Engrácia

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
 Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

<b>1682</b>	3ª Edificação da Igreja de Santa Engrácia – 1º Monumento barroco português
<b>1717</b>	Divisão Administrativa de Lisboa em Ocidental e Oriental
<b>1740</b>	Edificação do Palácio dos Condes de Barbacena
<b>1748</b>	Edificação do Palácio dos Marquêses do Lavradio
<b>1754</b>	D. António José recebe o título de 1º Conde de Resende.
<b>1755</b>	Terramoto de Lisboa
<b>1755</b>	Ruiu por completo o Convento de Santa Clara
<b>1755</b>	Campo de Santa Clara pouco atingido pelo terramoto serve de abrigo a centenas de pessoas
<b>1755</b>	Igreja S. Vicente perde o zimbório
<b>1759</b>	Expulsão dos Jesuítas e expropriação do Convento de S. Francisco de Xavier
<b>1762</b>	Instalação da Fundação de Cima
<b>1766</b>	Surge e ideia de mandar erguer o Conventinho do Desagravo
<b>1774</b>	Fundição da Estátua de D. José I
<b>1773</b>	Patriarcal é instalada no Mosteiro de S. Vicente, manteve-se por vinte anos
<b>1780</b>	Edificação do Conventinho do Desagravo
<b>1793</b>	Falecimento do monsenhor da igreja patriarcal, José Francisco Sinel de Cordes, na residência da família do Campo de Santa Clara.
<b>Séc. XVIII</b>	Edificação do Palácio Sinel de Cordes.
<b>1820</b>	Falecimento do monsenhor da igreja patriarcal, Manuel Pedro Sinel de Cordes, na residência familiar do Campo de Santa Clara.
<b>1833</b>	Extinção dos Festejos em Honra do Desagravo
<b>1834</b>	Extinção das Ordens Religiosas
<b>1834</b>	S. Vicente passa a Paço Episcopal
<b>1836</b>	Data da primeira legislação referente a Honras de Panteão.
<b>1842</b>	O, Tenente-General José Baptista da Silva Lopes, barão de Monte Pedral, manda reunir «objectos diferentes, raros e curiosos, a fim de criar um museu.
<b>1843</b>	Instalação do Panteão da Casa de Bragança no Mosteiro de S. Vicente de Fora
<b>1844</b>	Instalação do Teatro Sociedade Thalia no Palácio dos Condes de Resende
<b>1851</b>	Criação do Museu da Artilharia, pelo decreto que reformou o Arsenal do Exército.

*O Campo de Santa Clara, em Lisboa*  
 Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

<b>1854</b>	Morte do último Conde e Visconde de Barbacena, Francisco Furtado de Castro e Rio de Mendonça e Faro, o Palácio de Barbacena passa para as mãos de herdeiros que, anos depois o vendem em leilão.
<b>1864</b>	Cardeal Manuel Bento Rodrigues financia a compra do Palácio dos Condes de Barbacena, onde são feitas obras de beneficiação e se instalam os Cardeais.
<b>1864</b>	Obras de beneficiação do Palácio Sinel de Cordes, com o acrescento da balaustrada e vasos que a coroam.
<b>1865</b>	Construção do Jardim Botto Machado.
<b>1865</b>	Morte do 4º Conde de Resende, D. António Benedito e Castro, e fixação da família na cidade do Porto.
<b>1869</b>	Com a reorganização da Arma de Artilharia o museu passou a estar a cargo do director da Fábrica de Armas.
<b>1869</b>	Falecimento do Dr. José Correia Godinho da Costa, Visconde de Correia Godinho, juiz do Supremo Tribunal de Justiça.
<b>1871</b>	Instalação do Hospital da Armada Real no Ex-Colégio dos Jesuítas
<b>1873</b>	Instalado do Teatro Popular de Alfama no Palácio dos Condes de Resende
<b>1874</b>	Por morte do 5º Marques do Lavradio, D. António de Almeida Portugal, o Palácio dos Marqueses do Lavradio vai á praça.
<b>1875</b>	O Palácio dos Marqueses do Lavradio é adquirido pelo Estado, que dá início às obras de adaptação necessárias à instalação dos Tribunais Militares.
<b>1876</b>	Transferência definitiva, do museu da artilharia, para as instalações do extinto Colégio dos Aprendizes da Fundação de Baixo, à Calçada Nova.
<b>1880</b>	Venda do antigo Palácio dos Condes de Resende ao Sr. Henry Burnay.
<b>1882</b>	Obras de recuperação, com a reconstrução da fachada do lado nascente e o acrescento de uma nova ordem de janelas ao nível do último piso, mandadas fazer pelo Sr. Henry Burnay.
<b>1882</b>	Início da realização da Feira da Ladra às Terças-Feiras no Campo de Santa Clara
<b>1884</b>	Venda do Palácio dos Condes de Resende ao Ministério da Guerra, instalação do Quartel do Regimento de Artilharia nº 4, da Guarnição do Campo Entrincheirado de Lisboa.

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
 Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

<b>1896</b>	A Rainha D. Maria Pia manda instalar no Palácio dos Condes de Barbacena um sanatório para acolher os soldados vindos de África, o Sanatório D. Luís I.
<b>Séc. XIX</b>	Criação de uma Oficina de Alfaiate, nas instalações do antigo Palácio dos Condes de Resende, que deu origem à Oficina e Depósito da Grande Circunscrição Militar do Sul e posteriormente às actuais OGFE.
<b>Séc. XIX</b>	O Palácio Sinel de Cordes é comprado, à família, pelo Dr. José Correia Godinho da Costa (1º Visconde Correia Godinho).
<b>Séc. XIX</b>	Edificação do N° 124-124 do Campo de Santa Clara com cobertura azulejar de Luís António Ferreira, “Ferreira das Tabuletas”.
<b>1903</b>	Início da realização da Feira da Ladra aos Sábados
<b>1910</b>	Implantação da República
<b>1910</b>	Igreja de Santa Engrácia decretada Monumento Nacional
<b>1911</b>	Instalação provisória, da Fábrica de Calçado das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, no edifício de Santa Engrácia.
<b>1916</b>	Igreja de Santa Engrácia passa a Panteão Nacional
<b>1916</b>	Grande incêndio ocorrido no antigo Palácio dos Condes de Resende.
<b>1925</b>	O Palácio de Barbacena é adquirido pelo Estado para o Ministério do Exército, que nele instala a Messe dos Oficiais do Exército.
<b>1927</b>	Criação da Fábrica de Equipamentos e Arreios, nas instalações desocupadas da antiga Fábrica de Armas.
<b>1929</b>	As Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado concorrem à "Exposição de Sevilha", recebendo o "grand prix" com distinção pela elegância do corte e execução.
<b>1932</b>	Transferência da Fábrica de Calçado para as instalações da antiga Fabrica de Canhões - Fundação de Cima.
<b>1942</b>	Inauguração da Nova Fábrica de Calçado no Largo do Outeirinho da Amendoeira
<b>194.</b>	Instalado Liceu Gil Vicente no Edifício do Mosteiro de S. Vicente de Fora
<b>1947</b>	Pela Lei nº 2.020 de 19 de Março, sucedem à Fábrica de Equipamentos e Arreios as Oficinas Gerais de Equipamentos e Arreios, conhecidas por Fábrica Militar de Santa Clara, que passaram a integrar os Estabelecimentos Fabris do Ministério da Guerra.

<b>1952</b>	Panteão dos Patriarcas no Mosteiro de S. Vicente de Fora
<b>1956</b>	Governo determina a responsabilidade dos Edifícios e Monumentos Nacionais no estudo e conclusão das obras de Santa Engrácia, nomeadamente a sua adaptação a Panteão Nacional.
<b>Séc. XX</b>	Instalado Tribunal Militar no Palácio dos Marqueses do Lavradio
<b>Séc. XX</b>	Instalação da Messe dos Oficiais do Exército no Palácio dos Condes de Barbacena
<b>Séc. XX</b>	Instalação da Escola Oficial nº 4 no Palácio Sinel de Cordes
<b>Séc. XX</b>	Instalação do Arquivo do Ministério da Guerra, Arquivo Histórico Militar e Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado no Palácio dos Condes de Resende
<b>Séc. XX</b>	Instalação das Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado na inacabada Igreja de Santa Engrácia
<b>Séc. XX</b>	Instalação de Depósito de material das Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado no Conventinho do Desagravo
<b>1966</b>	Conclusão das Obras de Santa Engrácia
<b>1966</b>	Restauro e colocação de um Órgão de Tubos Ibéricos, em Talha Dourada, no interior do Panteão Nacional.
<b>1966</b>	Inauguração do Panteão Nacional
<b>1966</b>	Transladação dos restos mortais de Almeida Garrett, João de Deus, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga (1843-1924), Óscar Carmona (1869-1951), Sidónio Pais (1872-1918), para o Panteão Nacional / Igreja de Santa Engrácia.
<b>1967</b>	Decreto-Lei nº 47.853 promulga que o Panteão Nacional fique na dependência administrativa e técnica da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.
<b>1969</b>	Oficinas Gerais de Fardamento - OGF incorporam o património da Fábrica Militar de Santa Clara - FMSC, passando a designar-se Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento - OGFE (Imagem Palácio Resende - Edifício sede da OGFE)
<b>1980</b>	Tentativa, frustrada, de reorganização do museu na OGFE.
<b>1990</b>	Transladação dos restos mortais de Humberto Delgado para o Panteão Nacional.
<b>Séc. XX</b>	Instalação dos Tribunais Militares no Palácio dos Marqueses do Lavradio
<b>Séc. XX</b>	Instalação da Escola Primária Masculina nº 70 no Palácio Sinel de Cordes

*O Campo de Santa Clara, em Lisboa*  
 Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

<b>Séc. XX</b>	Instalação da Legação de Itália no Palácio de Sinel de Cordes.
<b>2001</b>	Transladação dos restos mortais de Amália Rodrigues para o Panteão Nacional.
<b>2004</b>	Transladação dos restos mortais de Manuel de Arriaga (1840-1917) para o Panteão Nacional.
<b>2007</b>	Transladação dos restos mortais de Aquilino Ribeiro para o Panteão Nacional.
<b>Séc. XXI</b>	Saída dos Tribunais Militares das instalações do Palácio dos Marqueses do Lavradio
<b>Séc. XXI</b>	Instalação da Direcção de Infra-Estruturas do Exército (DIE) no Palácio dos Marqueses do Lavradio
<b>2011</b>	Igreja Mosteiro de S. Vicente. Pertence ao Patriarcado de Lisboa, alberga a Cúria de Lisboa. O Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa tem aí a sede e dispõe de um núcleo museológico.
<b>2011</b>	Conventinho do Desagravo - Fechado - Possível futura utilização como escola.
<b>2011</b>	Palácio dos Condes de Resende / Casão Militar - Sede da OGFE e Casão Militar
<b>2011</b>	Palácio Sinel de Cordes - Fechado.
<b>2011</b>	Fundição de Cima - ocupação feita por Revistas militares

#### **4. Considerações Finais**

O Campo de Santa Clara deixou de ser um arrabalde, um ponto de passagem, um local de entrada e saída da cidade de Lisboa. No entanto a sua história e quotidiano mantêm interesses e solicitações que podem dizer-se exclusivas. (A Feira da Ladra)

A ocupação humana e as origens culturais do Campo situam-se na idade medieval, deteve desde sempre a atenção das classes políticas dominantes, foi lugar de exaltação e reafirmação de poderes.

Terramotos e incêndios, ditaram o desaparecimento de conventos e casas. As riquezas provenientes dos descobrimentos, proporcionaram o evoluir das mentalidades e uma nova fisionomia urbana. A reconstrução pombalina acrescentou ao Campo uma funcionalidade militar. O advento do Iluminismo contribuiu para a definição do perfil do espaço que chegou até à contemporaneidade, a qual por sua vez, soube engrandecer e manter o espaço na sua totalidade.

A nacionalidade, a religião, a cultura, a política elegeram este território. Aqui se elaboraram os planos de reconquista cristã da cidade de Lisboa, aqui se ergueu o primeiro monumento simbólico dessa conquista. Neste canto da cidade sucederam-se os panteões, primeiro dos monarcas, depois das figuras ilustres da nação.

Os terrenos situados no Campo de Santa Clara assumiram grande importância para a urbanização da cidade de Lisboa, ao ponto de se perder a tutela de um bem classificado a favor da Igreja, em troca de um terreno nas suas proximidades.

Da literatura do Campo há a referir o assinalável interesse dos Olissipógrafos, pelo espaço e seus edifícios. De Castilho, com *Lisboa Antiga – Bairros Orientais*, a Norberto de Araújo, com *Peregrinações em Lisboa*, o Campo de Santa Clara fez correr rios de tinta.

Os Palácios, que definem a fisionomia do espaço, representam uma época. O edificado define, grandemente, a toponímia: Campo de Santa Clara (Mosteiro de santa Clara), Rua do Arco Grande de Cima (Arco de S. Vicente), Rua do Mirante (Edifício

das OGFE, onde está implantado um mirante), Rua do Paraíso (Ermida de Nossa Senhora do Paraíso – entretanto desaparecida), Travessa do Conde de Avintes (Marquês do Lavradio).

O Mercado de Santa Clara, abriu as portas à construção de mercados, sob o desígnio da arquitectura do ferro, em Lisboa. A acompanhá-lo veio a Feira da Ladra, que ao passear-se durante séculos pelas praças de Lisboa, aqui se estabeleceu definitivamente.

Do Campo de Santa Clara sobrevive o peso da memória, uma carga nostálgica que o mantém vivo, simbolicamente assinalada pela classificação dos dois monumentos erguidos no local – o Panteão Nacional e o Mosteiro de S. Vicente de Fora. Deparamo-nos, ainda, com tentativas gouradas de classificação de outros elementos de valor arquitectónico, artístico e histórico.

Apesar de não terem passado de intenções, consideramos que permanece no ideário nacional e local a intenção de prosseguir com outras formas de salvaguarda de um património que consideramos reunir as condições ideais à sua classificação como *Conjunto*.

Ao longo do estudo procurámos e consideramos ter encontrado resposta para todas as questões que se nos colocaram no início do estudo: Qual a História do *Campo*? Qual a ligação entre a História e o Património? Como os salvaguardar? Qual é o Património classificado no Campo de Santa Clara? Qual o valor real e utilitário, para a comunidade local e para a nação, da história materializada no Campo de Santa Clara?

Através destas respostas, consideramos contribuir para o reconstruir e o reavivar das memórias relativamente ao espaço. Estas poderão, no futuro, funcionar como mecanismos de salvaguarda do património edificado e imaterial existente.

Durante a elaboração deste trabalho foram-se abrindo diversas novas perspetivas de abordagem do local eleito para o estudo, nomeadamente a análise da Toponímia que marcou o espaço e parece resistir inalterada, o estudo das personalidades que habitaram o local e que de alguma forma proporcionaram a perduração do seu nome no espaço e no tempo, entre muitas outras outras formas de olhar o lugar enquanto local de identidade, de memória da cidade de Lisboa e mesmo do resto do País.

*O Campo de Santa Clara, em Lisboa*  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

Direccionamos o nosso estudo à recolha e análise de informação básica e essencial à elaboração de um Roteiro Cultural que possibilite, de uma só vez, a fruição e a salvaguarda do espaço, que esperamos fazer parte dos planos de evolução da cidade de Lisboa.

**FONTES E BIBLIOGRAFIAS**

## 1. Fontes

### 1.1. Fontes Manuscritas

Arquivo da Direcção de Infra-Estruturas do Exército (DIE)

Tombo do PM (Prédio Militar) 43/Lisboa, da SPatr/DIE/Cmd Log “*Palácio dos Marqueses do Lavradio*”

Tombo do PM (Prédio Militar) 44/Lisboa, da SPatr/DIE/Cmd Log “*Obras de Santa Engrácia*”

Tombo do PM (Prédio Militar) 46/Lisboa, da SPatr/DIE/Cmd Log “*Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento no Campo de Santa Clara*”

Tombo do PM (Prédio Militar) 50/Lisboa, da SPatr/DIE/Cmd Log “*Fundição dos Canhões*”

Tombo do PM (Prédio Militar) 157/Lisboa, da SPatr/DIE/Cmd Log “*Messe de Oficiais de Santa Clara*”

Arquivo da Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo

Processo da Proposta de criação da Zona Especial de Protecção Conjunta ao Castelo de S. Jorge e Restos das Cercas de Lisboa, Baixa Pombalina e Imóveis classificados na sua área envolvente.

Processo da Proposta de Classificação do Antigo Palácio do Lavradio

### 1.2. Fontes Impressas

Diário do Governo, Número 136 – Anno 1910

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa, Archivista da Camara Municipal da Mesma Cidade*, 1ª Parte, Publicação mandada fazer

a expensas da Camara Municipal de Lisboa, para commemorar o centenário do MARQUEZ DE POMBAL em 8 de Maio de 1882, Tomo III, Typographia Universal (Imprensa da Casa Real), Lisboa, 1888;

SILVA, Augusto Vieira da, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Volume I e II, 2ª Edição, Sociedade Tipográfica, S.A., Lisboa, 1987;

SILVA, Augusto Vieira da, *A Cerca Moura de Lisboa*, Estudo histórico descritivo, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 3ª Edição, Sociedade Tipográfica, S.A., Lisboa, 1987;

SILVA, Augusto Vieira da, *Memórias Curiosas em que, por estes annos de 1778, se acham as principaes cousas da Corte de Lisboa*, Por Fr. António do Sacramento, Com uma notícia sobre o original manuscrito, Biblioteca da “Feira da Ladra”, Fascículo I, A Oficina do “Tombo Histórico”, MCMXXIX;

## **2. Bibliografia**

### **2.1. Obras de Referência**

ACCIAIUOLI, Margarida, *Exposições do Estado Novo. 1934 – 1940*, Lisboa Horizonte, Lisboa, 1998;

ALMEIDA, Abel Fernandes de, *Campo de Santa Clara e sua Envolvente*, Quilate, Albergaria dos Doze, 2009;

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Nova Edição Preparada e Dirigida por Damião Peres, Volume I, Portucalense Editora, Porto, 1967;

ALMEIDA, José Luiz de, *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, 2ª Edição, Edições Ática, Lisboa, MCMXCIII;

ALMEIDA, Justino Mendes de, *De Olisipo a Lisboa – Estudos Olisiponenses*, Edições Cosmos, Lisboa 1992;

ALVES, José da Felicidade, *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147 – carta de um cruzado inglês*, Horizonte, Lisboa, 1989;

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

ALVES, José da Felicidade, *Descrição da Cidade de Lisboa por Damião Góis*, Livros Horizonte, Lisboa, 2001;

ALVES, José da Felicidade, *O Mosteiro de São Vicente de Fora*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008;

ANDRADE, Ernesto de Campos, *Memórias do Marquês de Fronteira e D'Alorna – D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto*, Volumes I, II, III, IV, IV, Coimbra, 1928;

ARAÚJO; Norberto, *Pequena Monografia de São Vicente*, Edição dos Amigos de Lisboa, Lisboa;

ARRUDA, Luísa D'Orey Capucho, *Azulejaria Barroca Portuguesa - Figuras de Convite*, Edições Inapa, Lisboa, 1993;

ARRUDA, Luísa D'Orey Capucho, *Caminho do Oriente – Guia do Azulejo*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998;

AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses*, Horizonte, Lisboa, 1988;

BERGER, Francisco José Gentil, *Guia de Arquitectura de Lisboa 94*, Arquivo do Arco Cego, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1994;

BERGER, Francisco José Gentil, *Lisboa e os Arquitectos de D. João V*, Manuel da Costa Negreiros no estudo sistemático do barroco joanino na região de Lisboa, Edições Cosmos, Lisboa, 1994;

BINNEY, Marcus, *Casas Nobres de Portugal*, Difel, Nova Iorque, 1987;

BIRG, Manuela, *João Antunes – Arquitecto (1643-1712)*, Instituto Português do Património Cultural, Igreja de Santa Engrácia – Panteão Nacional, Lisboa, 1988;

BORGES, Nelson Correia, *História da Arte em Portugal. Do Barroco ao Rococó*, Publicações Alfa, Lisboa, 1986;

BRAGA, Teófilo, *História do Romantismo em Portugal*, Ulmeiro Universidade, Lisboa, 1984;

O *Campo de Santa Clara*, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

BRANCO, Fernando Castelo, *Breve história da olisipografia*, Instituto de Cultura Portuguesa, Secretaria de Estado da Cultura, Ministério da Cultura e da Ciência, Lisboa, 1980;

CAEIRO, Baltazar Matos, *Arcos e Arcadas de Lisboa*, Arquivo do Arco Cego, C.M.L., 1991;

CAEIRO, Baltazar Matos, *Os Conventos de Lisboa*, Distri Editora, Lisboa, 1989;

CALADO, Rafael Salina, *Azulejo: cinco séculos do azulejo em Portugal*, FCG, Lisboa, 1980;

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da, *A Arte de Bem Viver - A Encenação do Quotidiano na Azulejaria Portuguesa da Segunda Metade de Setecentos*, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2005;

CARVALHO, Ayres de, *As Obras de Santa Engrácia e os seus Artistas*, Lisboa, 1971;

CARVALHO, Ayres de, *D. João V e a Arte no seu tempo*, 1962;

CARVALHO, S. L., *Cidades Medievais Portuguesas*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989;

CATROGA, Fernando, CARVALHO, Paulo Archer de, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, Universidade Aberta, Lisboa, 1996,

CHAVES, Castelo Branco, *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Amadora, 1977;

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2000;

CHRISTINO, Ribeiro, *Estética Cidadina. Anotações sobre os aspectos artísticos e pitorescos de Lisboa*, José Ribeiro Editor, Lisboa, 1990;

CIDADE, Hernâni, *Século XIX – A Revolução Cultural em Portugal e alguns dos seus Mestres*, Colecção «Ensaio», Edições Ática, Lisboa, 1961;

COSTA, A. Celestino, *A Evolução de Uma Cidade – Lisboa*, Edição da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1962;

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

COUTO, Dejanirah, *História de Lisboa*, Tradução de Carlos Vieira da Silva, 11<sup>a</sup> Edição, Gótica, Lisboa, 2008;

CRESPO, Ángel, *Lisboa Mítica e Literária*, Horizonte, Lisboa, 1990;

DELGADO, Humberto, *Memórias de Humberto Delgado*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1991;

DIAS, Marina Tavares, *A Feira da Ladra, Guias de Lisboa pelos Olisipógrafos*, Ibis Editores Lda., Lisboa, 1990;

DIAS, Marina Tavares, *Histórias de Lisboa – Antologia de textos sobre a cidade*, Quimera, Lisboa, 2002;

DIAS, Marina Tavares, *Lisboa Desaparecida*, 6 Volumes, Quimera, Coimbra, 1987;

DIOGO, Américo A. Lindeza, *A Vida em Lisboa – Romance Contemporâneo*, de Júlio César Machado, Angelus Novus, Braga-Coimbra, 2000;

FERNANDES, José Manuel, *Cidades e Arquitectura*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999;

FERNANDES, José Manuel e Almeida, Pedro Vieira de, *História da Arte em Portugal*, Volume XIV, Publicações Alfa, Lisboa, 1986;

FERNANDES, José Manuel, *Lisboa Arquitectura & Património*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989;

FERRÃO, Leonor, *Lisboa da Restauração ao Terramoto de 1755, Desenvolvimento Urbanístico, Os Palácios e os Conventos*, in O Livro de Lisboa, Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994;

FRANÇA, José Augusto, *A Arte e a Sociedade Portuguesas no Século XX. (1910 – 2000)*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000;

FRANÇA, José Augusto, *A Sétima Colina – Roteiro Histórico-Artístico*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994;

FRANÇA, José Augusto, *Lisboa: Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 1998;

FRANÇA, José Augusto, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Livros Horizonte, Lisboa, 1980;

O *Campo de Santa Clara*, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

FURTADO, Mário, *Do Antigo Sítio de Xabregas*, Veja, Lisboa, 1997;

GARCIA, José Manuel, *História de Lisboa, Tempos Fortes*, Gabinete de Estudos Olisiponeses, Direcção Municipal de Cultura, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 2009;

GARRETT, Almeida, *O Toucador – Periódico sem Política*, Colecção Almanaque, Veja, Lisboa, 1993;

GASPAR, Diogo, *Manuel de Arriaga – Presidente da República Portuguesa*, Museu da Presidência da República, Lisboa, 2009;

GASPAR, Diogo, *Óscar Carmona – Presidente da República Portuguesa*, Museu da Presidência da República, Lisboa, 2009;

GASPAR, Diogo, *Sidónio Pais – Presidente da República Portuguesa*, Museu da Presidência da República, Lisboa, 2009;

GASPAR, Diogo, *Teófilo Braga – Presidente da República Portuguesa*, Museu da Presidência da República, Lisboa, 2009;

GIL, Júlio, *Os mais belos Palácios de Portugal*, Verbo, Lisboa, 1992;

GOIS, Damião de, *Descrição da Cidade de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1988;

GOMES, Paulo Varela, *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no Séc. XVIII*, Caminho, Lisboa, 1988;

HOLANDA, Francisco de, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1984;

LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Livraria Editora de Mattos & Companhia, Lisboa, 1874;

LEITE, A. Cristina, *Lisboa: Memórias da Cidade Intangível*, in Manuel João Ramos (org.), *A Matéria do Património- Memórias e Identidades*, Edições Colibri, Lisboa 2003;

LIMA, Durval Pires de, *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Tomo II, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa LXXII;

*O Campo de Santa Clara, em Lisboa*  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

MACHADO, Júlio César, *Novo Guia do Viajante em Lisboa*, Editor J. Bordalo, Lisboa, 1872;

MACHADO, Júlio César, *Os Teatros de Lisboa*, Prefácio de Manuela Espírito Santo, Editora Notícia, Lisboa, 1991;

MARQUES, A.H. de Oliveira, *História de Portugal.*, Editorial Presença, Lisboa, 1998;

MARTINS, Rocha, *Lisboa de Ontem e de Hoje*, Edição da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, MCMXLV;

MATOS, José Sarmiento de e SACHETTI, António, *Lisboa, um passeio a oriente.*, Resopal, Lisboa, 1998;

MATTOSO, José, *História de Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa 1993;

MECO, José, *O Azulejo em Portugal*, Alfa, Lisboa, 1989;

MEDEIROS, Carlos e PIÇARRA, Mariano, *Antigos Lugares de Vender - Feira da Ladra e Mercado da Ribeira*, Eurolitho, Impressores Gráficos, Lda, Lisboa, 1994;

MELO, José de, *Pedras de Armas, que ainda existem nalgumas Casas de Lisboa e seus arredores*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1947;

MENDONÇA, Manuela, *História dos Reis de Portugal – Da fundação à perda da independência*, Academia Portuguesa da História, Volume I, 2ª Edição, Quidnovi, Lisboa, 2010;

MESQUITA, Alfredo, *Lisboa*, Perspectivas & Realidades, Lisboa, (?);

MOITA, Irisalva, *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994;

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551 – Sumário*, Livros Horizonte, Lisboa, 1987;

OLIVEIRA, Frei Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Veja, Lisboa, 1991;

OLIVEIRA, José Augusto de, *O Cerco de Lisboa em 1147 – Narrativa do glorioso feito conforme os documentos coevos*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1938;

ORTIGÃO, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, Esfera do Caos, Lisboa, 2006;

*O Campo de Santa Clara, em Lisboa*  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

PESSOA, Fernando, *Lisboa: O que o Turista deve ver*, Livros Horizonte, Lisboa, 1997;

PORTUGAL, Fernando; Matos, Alfredo de, *Lisboa em 1758 - Memórias Paroquiais de Lisboa*, Coimbra Editora, Lisboa, 1974;

SÁ, Victor de – *Lisboa no Liberalismo*, Livros Horizonte, Lisboa, 1992;

SALDANHA, Sandra Costa (dir.), *O Mosteiro de S. Vicente de Fora – Arte e História*, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, Lisboa, 2010;

SANTOS, Reynaldo dos, *O Azulejo em Portugal*, Editorial Sul Limitada, Lisboa, 1979;

SAPORITI, Teresa, *Azulejaria de Luís Ferreira – o «Ferreira das Tabuletas»: Um Pintor de Lisboa*, C.M.L., Lisboa, 1993;

SEGURADO, Jorge, *Da Obra Filipina de São Vicente de Fora*, Academia Nacional de Belas-Artes, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Direcção-Geral do Património Cultural, Lisboa, 1976;

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes*, Instituto de Cultura Portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian, Amadora, 1977;

SERRÃO, Vítor, *História da Arte em Portugal — O Barroco*, Editora Presença, Lisboa, 2003;

SILVA, Carlos Guardado da, *Lisboa Medieval – A organização e a estruturação do espaço urbano*, Edições Colibri, Lisboa, 2008;

SIMÕES, João Miguel dos Santos, *A Azulejaria em Portugal no Século XVIII*, Edição Revista e Actualizada, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010;

SOUTO, José Correia do, *Portugal Monumental*, Marujo, Lisboa, 1988;

STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Editora do Minho, Barcelos, 1986;

TEIXEIRA, Luiz, *Lisboa e os Seus Cronistas*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1943;

O *Campo de Santa Clara*, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

TORRES, João Carlos Feo Cardoso Castello Branco Motta e, *Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal*, Edições Carvalhos de Basto, Braga, 1991;

TRANCOSO, Miguel, *In Memoriam – Júlio de Castilho (2º Visconde de Castilho)*, Diário de Notícias, Lisboa, 1920;

VASCONCELOS, Carolina Michaelis de, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as Suas Damas*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983;

VASCONCELOS, Francisco de, *A Nobreza do século XIX em Portugal*, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, Porto, 2003;

VELASCO, Emília Maria, *Mercado de Santa Clara*, CML-DMAC, Lisboa, 1992;

VELOSO, A.J.Barros; ALMASQUÉ, Isabel, *Azulejaria de Exterior em Portugal*, Inapa, Lisboa, 1991;

## **2.2.Periódicos, Catálogos e Actas.**

ALMEIDA, Mário de, *A cidade-formiga*, Empreza Lusitana Editora, Lisboa, 1918;

ARAÚJO, Hermínio, *A Família Franciscana em Portugal, das origens ao início do século XXI*, OFM, Brotéria nº 162, Lisboa, 2006;

ARAÚJO, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1944;

ARAÚJO, Norberto de, *Legendas de Lisboa*, Veja, Lisboa, 1994;

ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Direcção Artística De Martins Barata, Parceria Com António Maria Pereira, Volumes I, III, VIII, X, Sociedade Industrial de Tipografia, Lisboa, 1939;

BARBOSA, Inácio de Vilhena, “*Fragments de um Roteiro de Lisboa (Inédito) – Fundição do Campo de Santa Clara*”, in *Archivo Pittoresco, Semanário Ilustrado*, Tomo VI, Lisboa, 1858;

O *Campo de Santa Clara*, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

BARBOSA, Inácio de Vilhena, “*Fragments de um Roteiro de Lisboa (Inédito) – Mosteiro de S. Vicente de Fora*”, in *Archivo Pittoresco, Semanário Ilustrado*, Tomo VI, Lisboa, 1863;

BARBOSA, Inácio de Vilhena, “*Fragments de um Roteiro de Lisboa (Inédito) – Praças, Campos e Terreiros – Campo de Santa Clara*”, in *Archivo Pittoresco, Semanário Ilustrado*, Tomo VII, Lisboa, 1864;

BARBOSA, Inácio de Vilhena, “*Fragments de um Roteiro de Lisboa (Inédito) – Arsenaes: Fundação de Cima*”, in *Archivo Pittoresco*, Tomo III, Lisboa, 1865;

BARTHOLO, Maria de Lourdes, *Uma Panorâmica Inédita de Lisboa dos Princípios do Séc. XVI*, Tese Final de Estágio para Conservador de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, 1955;

CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa, Descrição Histórica da Margem do Tejo, desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, Volumes, I, II, IV, V, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1940;

CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga - Bairros Orientais*, 2ª Edição Revista e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva, Volumes I, II, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1939;

CHAVES, Luis, *Lisboa nas auras do povo e da História – ensaios de etnografia*, Biblioteca de Estudos Olisiponenses e Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1961;

COSTA, António Ricardo da, *Cidade, Ideologia e Património*, in *Jornal Arquitectos*, Ordem dos Arquitectos, 2003;

FARO, Emílio de Tovar, “*O Hospital da Marinha – Suas Origens (Subsídios para a história do Serviço de Saúde Naval)*” in *Anais do Clube Militar Naval*, Volume XCVII, Lisboa, 1967;

MACEDO, Luiz Pastor de, *Lisboa de Lés-a-Lés – Subsídios Para a História Das Vias Públicas da Cidade*, Volume I, 3ª Edição, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1981;

*O Campo de Santa Clara, em Lisboa*  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

MOITA, Irisalva, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Junta Distrital de Lisboa, 1º e 2º Tomo, Lisboa, 1973;

OLISIPO – Boletim do Grupo dos Amigos de Lisboa, Ano XXIX – Janeiro/Abril, Lisboa, 1966;

*OLISIPO* – Direcção, Edição e Propriedade do Grupo de «Amigos de Lisboa», N.ºs 150-151-152, Ramos, Afonso & Moita, Lisboa, 1987-1988-1989;

OLISIPO – Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa, N.ºs 139-140, Ramos, Afonso & Moita, Lisboa Anos 39º e 40º;

OLIVEIRA, E. Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Volumes I, II, V, VIII, XIV, XV, XVI, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1942;

PAULO, Jorge Ferreira, *Nomes de ruas, Campo de Santa Clara*, Agenda Cultural de Lisboa, Lisboa, 2002;

PEREIRA, Paulo, *O Património como Problema e como Ideologia, in Intervenções no Património – 1995-2000 (Nova Política)*, Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1997, p.11.

RODRIGUES, Maria João Madeira, *Tradição, Transição e Mudança*, Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, Série III, N.º 84, Lisboa, 1978;

SILVA, Augusto Vieira da, *Dispersos*, 2ª Edição, Biblioteca de Estudos Olisiponenses, Sociedade Tipográfica, Lisboa, 1968;

SILVA, A. Vieira da, *A Feira da Ladra*, in *Separata da Feira da Ladra: Revista mensal ilustrada*, Lisboa, 1934;

SOUSA, António R. Silva e, *Lisboa, Miscelânea – O Campo de Santa Clara*, Volume II, Lisboa, 1939;

Catálogo da Exposição, “*Amália no Mundo – O Mundo de Amália*”, Panteão Nacional, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 2009;

*O Campo de Santa Clara, em Lisboa*  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

Catálogo da Exposição, “*Obras de Santa Engrácia – O Panteão na República*”, Panteão Nacional, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 2010;

Catálogo da Exposição, “*Lisboa – Conhecer, Pensar, Fazer Cidade*”, Centro de Informação Urbana de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 2001;

*Cerimónia de Homenagem e Transladação de Aquilino Ribeiro para o Panteão Nacional*, Assembleia da República, Lisboa, 2008;

*Cerimónia de Homenagem e Transladação de Manuel de Arriaga para o Panteão Nacional*, Assembleia da República, Lisboa, 2005;

I Colóquio Temático, *O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (séculos XVI-XIX)*, Actas das Sessões, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1995;

*Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, Academia Portuguesa de História, Volume I, Lisboa, MMIX;

*Feiras e Romarias*, in *Diário de Notícias*, nº 30715, Lisboa, 1951;

“*Fotobiografia OGFE*” in *Revista Casão Militar*, Nº 4, Primavera/Verão, Lisboa, 2001;

*Índice dos Elementos para a História do Município de Lisboa*, Volume I, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1942;

*Índice dos Elementos para a História do Município de Lisboa*, Volume II, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1943;

MOURA, Maria Cristina, “ *OGFE: Um Século fazendo jus à sua divisa ao serviço das Forças Armadas – Nobis Honor Servire*” in *Jornal do Exército*, Ano XLIII, Nº 521, Agosto/Setembro, Lisboa, 2003, p.34;

“*Museu fabril das OGFE – Pressupostos históricos e museológicos na origem do projecto*”, in *Revista Militar – Casão Militar*, Nº 5, Outono/Inverno, Lisboa, 2001/2002;

*Nos 60 Anos dos Amigos de Lisboa – Recordar Vieira da Silva*, Gabinete de Estudos Olisiponenses, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1996;

*Os Antigos Mercados Portugueses*, in «*Terra Portuguesa*, Ano II, nº 24, Lisboa, 1918;

### 2.3.Dicionários

FRANCO, José Eduardo, MOURÃO, José Augusto, GOMES, Ana Cristina da Costa, *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, Gradiva, Lisboa, 2010;

LUCIE-SMITH, Edward, *Dicionário de Termos de Arte*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995;

PEREIRA, José Fernandes, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, 1989;

ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Círculo dos Leitores, Lisboa, 1996;

SANTANA, Francisco e Eduardo Sucena, *Dicionário da História de Lisboa*, Gráfica Europam, Lda, Lisboa, 1994;

SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Lisboa, 1992;

TEIXEIRA, Luis Manuel, *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes*, Editorial Presença, Lisboa, 1985;

VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Volume I, II e III, Imprensa Nacional – Casa Da Moeda, Lisboa, 1988;

#### 2.4. Teses de Mestrado e Doutoramento

ACCIAIUOLI, Margarida, *Os anos 40 em Portugal. O país, o regime e as artes. “Restauração” e “Celebração”*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991;

CARDOSO, Catarina de Almada Saldanha Santos Barreira, *A Estratégia do Estado Novo*, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1996;

CARNEIRO, Alice Maria Pinto de Azevedo, *O Património Reencontrado, Centro Histórico de Guimarães, Património da Humanidade: A Cidade enquanto Memória, Espaço de Identidade e Cidadania*, Universidade do Minho, Braga, 2004;

COSTA, ANTÓNIO FIRMINO COSTA, *Sociedade de Bairro – Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1998;

CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, Durante a 1ª República*, 2 Volumes, Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora, Évora, 2008;

JACQUINET, Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves, *Em desagravo do santíssimo sacramento: o “Conventinho Novo”: devoção, memória e património religioso*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa, 2008;

JUNÇA, Ricardo, *São Francisco Xavier – Nas vozes do seu tempo, os primórdios de um culto e de uma devoção*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa, 2009;

O Campo de Santa Clara, em Lisboa  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*

MANTAS, Helena Alexandra Jorge Soares, *O Panteão Nacional – Memória e afirmação de um ideário em decadência. A intervenção da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais na igreja de Santa Engrácia (1956-1966)*, Volume I, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002;

MARTINS, Fausto, *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas da Companhia de Jesus em Portugal: 1542/1759*, Tese de doutoramento, Porto, 1994;

NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929 – 1960)*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995;

NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929 – 1960)*, FAUP Publicações, Porto, 2001;

PINTO, Carla Alferes, *O Mecenato da Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577)*, Dissertação de Mestrado em História de Arte Moderna, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996;

RODRIGUES, Paulo Alexandre Rodrigues Simões, *Património, Identidade e História. O Valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de Oitocentos*. Vol. I, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1998;

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval – património e restauro (1853 -1928)*, Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, 1995;

SANTOS, Liliana Campeão dos, *Estratégias para o Aproveitamento e Valorização do Património de Montijo (Património Arqueológico, Construído, Industrial e Natural)*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa, 2008;

SILVA, Elsa Peralta da, *Património e Identidade. Os Desafios do Turismo Cultural*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009;

TRINDADE, António, *A Arquitectura Maneirista em Portugal – da Capela-Panteão de Santa Maria de Belém ao Real Mosteiro de São Vicente de Fora*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001;

VIEIRA, Isabel Cristina Pereira, *O Património e o Turismo: A Cidade de Lamego*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, 2006;

## 2.5. Endereços electrónicos:

SILVA, Elsa Peralta da, *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural.*, I.S.C.S.P., Universidade Técnica de Lisboa, in  
<https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1713/3/217-224.pdf>.

JAREK, Gisele Lutk S., *Cidade: Culturas, Memórias e Identidades – Uma Proposta em Educação Patrimonial*, in  
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/425-2.pdf>

Arquitecto Sousa Oliveira in <http://www.souzaoliveira.pt/equipa.php>.

Centro de Artes Culinárias inaugurado no dia 28 de Junho de 2011, protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação “As Idades dos Sabores” in  
<http://www.youtube.com/watch?v=-1FEM7-VVmk>.

*CML Revista*, Boletim Informativo do Funcionário da CML/ Publicação Mensal, Março, Lisboa, 2009, in [https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:TkCzECAj1k8J:rh.cm-lisboa.pt/fileadmin/DMRH/Publicacoes/CML\\_Revista/2009/065\\_2009\\_Marco.pdf+Emiliano+Augusto+de+Bettencourt&hl=pt-PT&gl=pt&pid=bl&srcid=ADGEESjI2qPksjJX4xZgnwODDYH\\_hU001GRISzMhb-4F7Yxzf0kIO1Kcu\\_GbFmh7jlkXrIEeRFCaoWls9gvUGMU0rQqZR1ONIPKG3cVoX6tg-BjVRefwGFYknIzAkM0vMQhGRcPdtB3&sig=AHIEtbS3J5rNwtIIHa8IJyWt7FTkl5TbxA](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:TkCzECAj1k8J:rh.cm-lisboa.pt/fileadmin/DMRH/Publicacoes/CML_Revista/2009/065_2009_Marco.pdf+Emiliano+Augusto+de+Bettencourt&hl=pt-PT&gl=pt&pid=bl&srcid=ADGEESjI2qPksjJX4xZgnwODDYH_hU001GRISzMhb-4F7Yxzf0kIO1Kcu_GbFmh7jlkXrIEeRFCaoWls9gvUGMU0rQqZR1ONIPKG3cVoX6tg-BjVRefwGFYknIzAkM0vMQhGRcPdtB3&sig=AHIEtbS3J5rNwtIIHa8IJyWt7FTkl5TbxA) (Dezembro 2011)

Montalvo e as Ciências do Nosso Tempo: Duarte Glavão ...  
in...<http://montalvoescienciasdonossotempo.blogspot.com/2010/08/duarte-galvao-um-cronista-e-diplomata.html> (Janeiro 2012)

Dicionário Histórico - Infanta D. Maria in  
[http://www.arqnet.pt/dicionario/maria\\_inf7.html](http://www.arqnet.pt/dicionario/maria_inf7.html) - Janeiro 2012

*O Campo de Santa Clara, em Lisboa*  
Cidade, História e Memórias | *Um Roteiro Cultural*